



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DIANA ANTONIAZZI FURTADO

ENTRE DIZER E NEGAR: o discurso negacionista de Jair Bolsonaro Sobre a Covid-19

Recife
2024

DIANA ANTONIAZZI FURTADO

ENTRE DIZER E NEGAR: o discurso negacionista de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Análise do discurso

Orientador(a): Fabiele Stockmans de Nardi Sottili

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Furtado, Diana Antoniazzi.

Entre dizer e negar: o discurso negacionista de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19 / Diana Antoniazzi Furtado. - Recife, 2024.
137p.

Orientador(a): Fabiele Stockmans de Nardi Sottili
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.
Inclui referências, apêndices.

1. discurso. 2. pandemia de Covid-19. 3. efeitos de sentido. 4. capitalismo.
5. Análise do Discurso. I. Sottili, Fabiele Stockmans de Nardi . (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

DIANA ANTONIAZZI FURTADO

ENTRE DIZER E NEGAR: o discurso negacionista de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Letras.
Área de concentração: Linguística
Linha de pesquisa: Análise do discurso

Aprovado em: 28/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Fabiele Stockmans de Nardi Sottili (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco —UFPE

Prof. Dr. Evandra Grigoletto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco —UFPE

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas —UFAL

À memória dos mortos por Covid-19 durante o (des)governo de Jair Bolsonaro.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incondicional amor e pela segurança nas escolhas do meu caminhar.

À amiga Mirele, por incentivar e me direcionar pelos caminhos da universidade pública, o “Olimpo” inacessível, graças a ti encontrei o caminho para estar aqui, mas, sobretudo, você me fez acreditar que eu era capaz. Obrigada pelas oportunas dicas ao meu projeto de pesquisa. Agradeço também à querida Janaína por sanar minhas dúvidas nos meandros do *lattes*, pela leitura atenta do meu projeto de pesquisa. Gratidão, minhas queridas!

Aos colegas de mestrado, em especial, ao Thiago Carneiro pelo carinho, acolhimento e apoio e pela disponibilidade e leitura atenta ao meu embrionário projeto de pesquisa, que resultou neste trabalho. Saiba que és, para mim, uma referência na AD do que é ser pesquisador com o olhar acolhedor aos que estão à sua volta. Sou muito grata pela vida ter possibilitado nosso encontro no mundo!

À Fabiele, minha orientadora e professora, pelo acolhimento, pela paciência, pela compreensão, pela generosidade, por acreditar que este trabalho seria possível e pelas preciosas e precisas orientações. Minha conterrânea, os (des)caminhos da vida permitiram que nos cruzássemos em terras pernambucanas. Quanta honra! Sempre com um sorriso no rosto, uma fala mansa de incentivo e tranquilidade em meio à minha insegurança e vontade de estar nesse espaço que muito tempo em vida foi idealizado como inacessível. Não tenho palavras para materializar minha gratidão por me dar a mão e seguir no/pelo caminho do maior e melhor desafio da vida.

À professora Evandra Grigoletto pelo acolhimento, por todo aprendizado nas aulas, pela leitura atenta a este trabalho, contribuindo significativamente no exame de qualificação.

À inesquecível professora Carmen Faggion, que me cativou no Ensino Médio com suas aulas de Literatura e Língua Portuguesa, conduzindo-me a seguir o caminho das Letras, e à professora Maria Antônia da Costa Lobo (*in memoriam*), por me apresentar os estudos de Michel Pêcheux durante a especialização em Língua Portuguesa.

Ao professor Helson Sobrinho, obrigada pelo aceite para compor a banca avaliadora e pelas valiosas contribuições. Alguns ecos da tua voz estão neste trabalho.

Aos professores(as) do Mestrado, Fernanda Galli, Marcelo Sibaldo, Siane, Stella e Cláudia, pelos seus ensinamentos e incentivos.

E, por fim, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

“[...] não há dominação sem resistência: primado básico da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (Pêcheux [1978] 1999, p. 304).

RESUMO

O presente estudo analisa o funcionamento do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia e seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, mediante a análise das declarações do então presidente, registradas no Relatório final da CPI da Covid-19. Utilizando o aparato teórico da Análise de Discurso materialista, buscamos compreender o funcionamento dos discursos em análise, bem como estabelecer as condições de produção — que compreendem os sujeitos, a situação e a memória — dessa enunciação, a fim de apontar seus efeitos de sentido no que concerne a um modo de dizer do governo brasileiro, no período em análise, sobre a vida e a ciência, considerando-se que aquele que enuncia ocupava, então, o lugar de máximo representante da nação. Nesse caminho, pretendemos ainda pensar esse discurso ressignificado, em especial no Brasil, uma vez que foi ganhando força, corpo e voz oficial durante o período pandêmico, trazendo à tona processos de negação da ciência, do discurso científico, e de descaso com a vida. Ou seja, partimos da hipótese de que se trata de um discurso negacionista, atravessado pelas marcas do capital, e que está orientado pela premissa de que a economia precisa sobreviver ainda que, para isso, muitos tenham que morrer. Tais questões são tratadas, nessa direção, a partir da compreensão de que o lugar institucional a partir do qual se enuncia o dizer em análise produz efeitos nas práticas governamentais de Estado, que vão se pautando, por sua vez, pela implementação de um Estado mínimo. A partir das análises realizadas, foi possível observar que se trata, realmente, o discurso em análise, de um discurso negacionista, que se caracteriza por sua enunciação a partir da posição de presidente regida pela ideologia do capital, funcionando nas diferentes formas de profusão instaladas nas políticas governamentais do Estado brasileiro no período da Covid-19.

Palavras-chaves: discurso; Jair Bolsonaro; negacionismo; pandemia da Covid-19; efeitos de sentido; capitalismo; Estado mínimo; Análise do Discurso.

ABSTRACT

The present study analyzes the functioning of Jair Bolsonaro's discourse on the pandemic and its meaning effects on life and science, through the analysis of statements made by the then-president, as recorded in the final report of the Covid-19 Parliamentary Inquiry Commission (CPI). Using the theoretical framework of materialist Discourse Analysis, we aim to understand the functioning of the discourse under analysis, as well as to establish the conditions of production—comprising the subjects, the situation, and the memory—of this enunciation, in order to highlight its meaning effects concerning the Brazilian government's mode of speaking about life and science during the analyzed period, considering that the enunciator held the position of the highest representative of the nation. In this regard, we also intend to examine this resignified discourse, particularly in Brazil, as it gained strength, prominence, and an official voice during the pandemic period, bringing to light processes of denial of science, scientific discourse, and disregard for life. In other words, we start from the hypothesis that this is a denialist discourse, marked by the traits of capitalism, and driven by the premise that the economy must survive even if, for that to happen, many must die. These issues are addressed, in this context, from the understanding that the institutional position from which this discourse is enunciated produces effects on governmental and state practices, which, in turn, are guided by the implementation of a minimal state. Based on the analyses conducted, it was possible to observe that the discourse in question is indeed a denialist discourse, characterized by its enunciation from the position of president governed by the ideology of capital, functioning within the different forms of profusion established in the Brazilian state's governmental policies during the Covid-19 period.

Keywords: discourse; Jair Bolsonaro; Denialism; Covid-19 pandemic; meaning effects; capitalism; minimal state; Discourse analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD-69	Análise Automática do Discurso - 69
AD	Análise do discurso
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FA	Forças Armadas
FD	Formação Discursiva
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LQFEx	Laboratório Químico Farmacêutico do Exército
MNF	Medidas Não Farmacológicas
MPL	Movimento Passe Livre
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC 37	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PL	Partido Liberal
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos trabalhadores
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Sequência Discursiva
SECOM	Secretaria de Comunicação Social

STF Superior Tribunal Eleitoral

TSE Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	23
2.1	O resgate na história	27
2.2	A (des) construção no plano governamental de Estado.....	38
2.3	A irrupção da pandemia.....	41
2.4	As marcas discursivas do negacionismo	46
2.4.1	A negação da pandemia na perspectiva da AD	48
2.4.2	As noções sujeito e posição-sujeito	49
3	A PRÁTICA DISCURSIVA QUE NEGA A PANDEMIA.....	55
3.1	Desqualificação da pandemia	58
3.1.1	A negação da ciência	87
3.1.2	Descrédito nas vacinas.....	94
3.2	A (des) harmonia entre a vida e o capitalismo	99
3.2.1	O impacto aos povos originários - pauta governamental de Estado.....	102
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A	124

1 INTRODUÇÃO

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições. E eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro. (*Jean Paul Sartre, 1963. Prefácio de “Os condenados da Terra”, de Frantz Fanon*).

A reflexão acerca dos discursos tem sido, para nós, um compromisso e um desejo que nos move, aspiração intensificada ao se vivenciar o momento histórico da Covid-19 e os discursos sobre a pandemia, que provocaram efeitos nas vidas de todos nós. A inquietude e o desconforto que permearam o momento pandêmico, especialmente no tocante às falas do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, mobilizaram-me a mergulhar nesse espaço permeado de sentidos. A brecha permitida para a busca dos efeitos de sentidos foi cingida pelo meu encontro com a Análise do Discurso (AD) materialista e ratificada pela reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto do já feito (Pêcheux, 1983, p. 7). Ou seja, se há um momento difícil na história, é preciso refletir no/pelo discurso e esperar pelo futuro, a exemplo das palavras de Sartre.

No contexto sanitário mundial, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Brasil, 2021), que foi identificado pela primeira vez na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019, a partir de amostras obtidas em pacientes com pneumonia de causa desconhecida. Não demorou muito para que esse vírus se espalhasse pelo mundo. O primeiro caso no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 (Pinheiro, 2021) e classificado como paciente zero¹. Embora o paciente, que estivera na Itália, onde provavelmente contraiu o vírus, tenha se recuperado, novos milhares de casos ocorreram no país, inserindo o Brasil no rol de países tocados pela pandemia. No avançar de 2020 e 2021, o país atingiu números alarmantes de contaminados e mortos por Covid-19, alcançando a posição de segundo em número de mortos pelo vírus no cenário mundial (Brasil, 2022).

O cenário desolador que se construiu no Brasil durante a pandemia se faz em contato com as declarações que negavam a realidade, proferidas pelo então presidente da nação, que despertaram em mim, para dizer o mínimo, desconforto. Movida por esse sentimento, busquei a temática do negacionismo no período da Covid-19 e as formas de compreensão desse fenômeno no espaço acadêmico.

¹ Termo usado para descrever o primeiro humano infectado por determinada doença viral ou bacteriana, segundo Ministério da Saúde.

Para compreender melhor as discussões sobre o tema de nossa pesquisa, construímos um gesto de leitura do arquivo disponível nas redes acerca desse assunto. Utilizamos como entradas para a nossa busca as palavras negacionismo, Bolsonaro e pandemia. Usamos como instrumentos de busca, inicialmente, o Google Acadêmico, posteriormente, pesquisa geral com o buscador Google, o arquivo da CAPES e, por fim, os Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), evento bianual, que acontece desde 2003, que põe em discussão o que se está produzindo na AD. Selecionamos os artigos, as teses e as dissertações produzidos entre os anos de 2020 e 2022, que, de alguma forma, se vinculavam aos termos de busca, e que tinham como objeto de estudo o discurso negacionista. Chegamos, assim, a um quadro composto por treze artigos, uma dissertação e uma tese relacionados aos termos de busca². Num segundo momento, a partir da leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, apontamos aqueles que se mostraram mais diretamente relacionados aos nossos interesses de pesquisa.

Nesse sentido, a fim de estabelecer a delimitação dos objetivos e a organização desta dissertação, destacamos as pesquisas que versam sobre a análise do discurso negacionista de Jair Bolsonaro e suas práticas languageiras durante o período da pandemia de Covid-19. Nos trabalhos selecionados, a saber, Frederico Antonio Pereira Campean (2019); Daniela Varnier Gilson(2022); Vanessa Aline de Souza Almeida Aivi; Rosemere de Almeida Agüero (2021); Kennedy Anderson Cupertino de Souza; Ruth de Cássia dos Reis (2021); Denise Teixeira Marques (2021); Thiago Costa da Silva; Patrick Neves de Paula da Silva; Cláudia Cristina Mendes Giesel (2022); Ângela Paula Nunes Ferreira; Joseeldo da Silva Júnior; Regina Baracuhy (2021); Carlos Renato Lopes (2022); Fábio Alexandre Silva Bezerra; Anderson Alves de Souza (2021); Helcira Lima (2020); Hélio Oliveira (2021); Eric Duarte Ferreira; Ana Cristina Agnoletto; Maruana Kássia Tischer Seraglio (2021); Pedro de Souza (2021); Freda Indursky (2020); Andréia da Silva Daltoé (2019), encontramos análises das práticas discursivas, dos efeitos de sentido instaurados pelo discurso negacionista, bem como a compreensão de como esse negacionismo é revestido e de quais funcionamentos nele estão imbricados. Ainda, observamos que são analisadas a prática de biopolítica, no que tange à enunciação do presidente, bem como que são feitas reflexões sobre o negacionismo científico, principalmente a partir da disseminação de discursos contrários às vacinas.

Entre os textos que selecionamos como aqueles que dizem do estado da arte acerca do nosso objeto de estudo, indicamos dois que não versam sobre o discurso negacionista de

² Nos apêndices há uma tabela contendo os trabalhos que convergem com o tema desta dissertação: título, autor, ano e resumo.

Bolsonaro na pandemia, já que foram publicados um ano antes do delimitado para esta busca. São eles: a tese *O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil*, de Frederico Campean (2019), e o artigo *É propaganda mesmo, presidente*, do mesmo ano, de autoria de Andréa Daltoé (2019). Decidimos pela inclusão desses dois textos no nosso panorama de estudos sobre a questão, pois, no caso de Campean (2019), o autor objetiva analisar “o discurso e as formações discursivas produzidas a partir do surgimento, campanha, posse e primeiro semestre do governo de Jair Bolsonaro”, ou seja, faz um estudo desde sua entrada na vida política na década de 1980, passando pela campanha presidencial de 2018, até a chegada ao poder e o primeiro ano de seu governo.

Nesse caminho, são estabelecidos recortes de textualizações relevantes na constituição da História do Brasil, como o Golpe de Estado em 1964, comparando-os com o discurso produzido sobre e pelo bolsonarismo. Além disso, é feito um mapeamento histórico do discurso da direita e extrema direita, dos riscos e impactos desses discursos sobre o Brasil na atualidade e da convergência desse governo tendente ao fascismo, impactando, sobremaneira, as minorias. Já no caso de Daltoé (2019), em seu artigo, a autora busca analisar a historicidade que resgata o já dito e o fio da história que vem e volta, ou seja, como os sentidos da Ditadura enredam passado, presente e futuro, e como se refletem na política atual, o que contribuiu para a constituição das condições de produção deste trabalho.

Ainda, a partir do estado da arte, que converge com nosso escopo de pesquisa, ressaltamos o artigo *O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil*, de Freda Indursky (2020), que analisa as falas públicas do “capitão” como presidente da nação. No jogo das Formações Imaginárias, estabelece-se uma distinção entre apoiadores/seguidores e seus modos de dizer em relação a esses grupos e a si mesmo. Na escuta discursiva, são desveladas “as práticas dos saberes fascistas que ficam na cortina de fumaça da aparente liberdade da democracia” (*Ibid.*, p. 365). Nesse sentido, esses discursos vão sustentar as reformas pautadas no sistema neoliberal, que defende a implementação do Estado mínimo.

Os textos que selecionamos, guardadas suas especificidades, e que aparecerão no decorrer de nossa escrita sempre que mobilizamos essas referências, apontam para um discurso negacionista cujo funcionamento é tomado como estratégia discursiva, a fim de proteger a economia. Nesse viés de resguardo da economia, é preciso pontuar que a economia burguesa constituída pela classe dominante do sistema capitalista, detentora do poder e dos meios de produção representa, de acordo com Indursky (2020) a forma atual do capitalismo, em sua modalidade neoliberal, que visa exclusivamente a acumulação de lucro, desconsiderando o social. Dessa forma o negacionismo operando nessa lógica protetiva da economia burguesa

escancara, segundo Silva Sobrinho (2019, p. 142) “a sociedade capitalista em sua dominação burguesa busca explicar as relações de trabalho (relações de exploração) como algo “natural” no mundo “globalizado” e “neoliberal” e, assim, busca explorar cada vez mais os/as trabalhadores/as para manter a lógica do lucro”. Ainda, são explorados o funcionamento e seus efeitos de sentido instaurados nesse discurso. Esses trabalhos, portanto, abrem caminho para o que busco para esta dissertação, ou seja, compreender, por meio da análise do discurso do ex-presidente, como funciona o discurso do presidente da nação e seus efeitos de sentido no período da Covid-19.

A construção desse objetivo se pauta em leituras iniciais do *corpus*, que nos autorizam a dizer que as declarações de Jair Bolsonaro, desde os primeiros casos de Covid-19, estiveram atravessadas pela negação da pandemia, visto terem sido, suas aparições públicas, marcadas por declarações reiteradas que refutavam a existência da pandemia ou a gravidade dos casos de Covid-19, assim como pela refutação do que a ciência apresentava como formas adequadas de enfrentamento ao flagelo, postulando-se contrário às medidas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Atreladas às políticas do negar e do desatendimento às medidas não farmacológicas, isto é, incentivar a população a não fazer o isolamento, não utilizar a máscara e questionar a eficácia das vacinas, culminaram em discursos e ações que construíram as narrativas negacionistas, ganhando força em vários ministérios, sobretudo, escancaradas na saúde pública durante o processo de combate à Covi-19.

Nesse sentido, em que espaço cabe o valor da vida³? A partir desse questionamento, entre outros que mobilizaram meu percurso e interesse por este objeto de estudo, emerge outra pergunta: o reflexo dessas declarações e ações de Jair Bolsonaro impactaram no combate ao vírus, já que ele ocupava, então, a posição de chefe de Estado? Como uma tomada de posição negacionista impactou numa política-discurso-prática do Estado brasileiro? Logo, nessa dinâmica discursiva, teríamos um projeto governamental de quem vive e quem morre mascarado pelo discurso capitalista? Essas questões iniciais se apoiam na compreensão de que, enunciar a negação da doença e de sua gravidade, num cenário como o que tivemos, aponta para a compreensão de que vivemos uma prática de necropolítica, tal como compreendem Piovezani e Gentile (2020, p. 242):

Assim, práticas e discursos já antigos construíram a normalização do sofrimento e da morte dos sujeitos da parte de baixo da sociedade brasileira. Outros mais ou menos recentes consolidaram a naturalização de que devemos nos submeter a muitas dores

³ Aqui gostaria de fazer referência aos 690 mil mortos por Covid-19, segundo Ministério da Saúde. (Brasil, 2022).

em nome da economia. Sua junção em um contexto de colapso sanitário é crônica de uma tragédia anunciada e consumada.

Nessa investida, o discurso daquele que ocupa a posição de presidente da nação faz brotar em meu âmago um sentimento de estranhamento, uma vez que brasileiros e brasileiras buscavam orientações claras e assertivas acerca da condução da crise sanitária. O discurso negacionista de Jair Bolsonaro é assim caracterizado a partir das leituras do estado da arte. Segundo Gilson (2022), as negações configuram-se além do senso comum, com ou sem a presença de advérbios de negação. Nesse sentido, o negacionismo é assentado no descrédito de fatos consensuais, ou seja, a partir de construções discursivas cuja aparência de objetividade, na verdade, escondem, posições ideológicas. Dito isso, o negacionismo, segundo Lima (2020, p. 391):

[...] tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que o tema em jogo se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam conferir credibilidade ao discurso.

Ademais, embora no quadro teórico da AD, haja espaço para as tipologias discursivas — como o discurso pedagógico, o discurso autoritário, o discurso institucional, o discurso religioso, o discurso da história, dentre outros, preconizados por Eni Orlandi (1983) —, o que nos interessa é a noção deixada a Orlandi por Michel Pêcheux que “as tipologias podem ser um bom instrumento exploratório”. Nesse sentido, ancoramo-nos em Gilson (2022) para circunscrever que a ideia aqui não é tipificar o discurso, mas sim explorar o funcionamento do discurso negacionista, que não somente opera na produção de negações, mas também em enunciados que são tipificados em afirmações, perguntas, metáforas, os quais, todos eles, discursivamente, produzem efeitos de negação.

Ainda, nessa ancoragem negacionista, e na ordem dos efeitos de sentido instaurados pelo discurso de Jair Bolsonaro, tomado como negacionista, vimos refletir a prática discursiva do negacionismo na visão de Indursky (2020, p. 385): “A prática discursiva do negacionismo tornou-se tão arraigada que não mais se limita a denegar os crimes da ditadura militar. Agora ela sobredetermina a práxis discursiva desse (des)governo como um todo”.

Portanto, frente ao posicionamento contundente de Jair Bolsonaro, estabeleceu-se uma atmosfera de dúvida e incoerências no combate ao vírus, o que causou, entre outros efeitos, enorme aflição à grande parte da população. Esse preâmbulo perturbador ainda remexe nosso íntimo a fim de compreender esse discurso da ordem do *non sense*. Assim, nesse espaço de

tantas indagações, emerge o questionamento que orientará esta dissertação — como funcionam discursivamente os dizeres do ex-chefe de Estado no combate à Covid-19?

Como analista do discurso, busco, como objetivo geral desta dissertação, analisar o funcionamento do discurso de Jair Bolsonaro durante a pandemia e seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, a partir do Relatório final da CPI da Covid -19 (Brasil, 2021), com ênfase para a observação do negacionismo enquanto traço dominante desse discurso.

Delimitado o objetivo geral, esta dissertação circunscreve-se dentro da Análise do discurso (AD) idealizada por Michel Pêcheux, trazida e disseminada, no Brasil, por Eni Orlandi. Dessa forma, a partir do discurso, objeto de estudo da AD, e pelos pressupostos teóricos — sujeito, ideologia, formação discursiva e memória —, que se imbricam dentro do quadro teórico, podemos estabelecer o gesto de escuta e, então, perceber os movimentos vivos da linguagem provocando deslocamentos e sentidos outros.

Nesse sentido, face ao postulado de Pêcheux, que ancora os sentidos para, assim, resgatar a teorização da teoria materialista, concordamos que os sentidos podem ser outros, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1983, p. 53). A partir do objeto teórico — o discurso —, a teoria materialista faz olhar para aquilo que está e não está, para o dito e não dito, ou seja, um gesto interpretativo oscilante. Conforme mencionam Petri e Dias (2013, p. 40), “a Análise do discurso é uma disciplina de entremeio e o dispositivo teórico-metodológico da AD se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”.

Para melhor compreender o que aqui chamamos de negacionismo, trazemos uma retomada, ainda que breve, do estado da arte sobre a questão no contexto da atualidade para, enfim, ratificar a premência em considerar a multiplicidade de sentidos, de registrar e circular os não ditos revestidos no discurso. Nessa investida, consideramos analisar como esses negacionismos evidenciam dizeres já proferidos que, num gesto de repetibilidade, estão presentes no discurso do ex-presidente. Podemos aqui citar Orlandi (1999, p. 31):

[...] alguma coisa mais forte — que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia pelas posições relativas ao poder — traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades.

Dessa forma, abrir horizontes de reflexão e escuta é buscar o funcionamento desse discurso que nega a pandemia e seus efeitos de sentido, principalmente, sobre a vida e a ciência. Logo, as discursividades aliadas às práticas de recusa à ciência e não compreensão da gravidade da pandemia são consequências do negacionismo que é semeado no âmbito social, assim como

atrelado às versões, argumentos e narrativas que dão credibilidade a esse discurso. Consideradas as reflexões anteriores, poderíamos delinear como possibilidade pensar em um discurso ressignificado, uma vez que foi ganhando força, corpo e voz oficial durante o período pandêmico no Brasil, trazendo à tona esses processos de negação da ciência, do discurso científico e de descaso com a vida. Ou seja, um discurso atravessado pelas marcas do capital em que a economia precisa sobreviver, ainda que muitos tenham que morrer. Por isso, essa hipótese inicial, em traços gerais, é estabelecida pelas leituras sobre o negacionismo e pela escuta desses dizeres em diferentes instâncias que nos encaminham a analisar e compreender o funcionamento do discurso do ex-chefe de Estado durante a pandemia e seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, a partir do Relatório final da CPI da Covid-19. Dito isso, cabe acrescentar que, a partir de uma leitura inicial do *corpus* e da observação das condições de produção do discurso em análise, partimos da consideração de que a prática e o discurso do ex-presidente ressignificam o que se caracteriza como discurso negacionista, porque uma vez produzido a partir de um lugar institucional, tal discurso produz efeitos muito visíveis. Nesse sentido, esses dizeres contribuíram, de certa forma, para que a doença contabilizasse 695.088 óbitos e 36.578.865 casos de coronavírus, segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2022).

Nesse contexto de descontrole vigente pela atuação do governo de Jair Bolsonaro em meio ao agravamento da crise sanitária de Covid-19, as omissões, as irregularidades, pela falta de oxigênio na cidade de Manaus-AM e a marca de 300 mil mortes por Covid-19, em 24 de março de 2021, Luís Roberto Barroso, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, determinou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (Brasil, 2021), conhecida com CPI, a fim de avaliar, debater e apurar uma série de eventos, fatos, ligados a possíveis desvios, irregularidades ou má gestão. O Relatório final da CPI é um documento oficial que reúne documentos, oitivas, investigações, análises e o indiciamento — ancorado nas provas coletadas por documentos e oitivas — “de algumas pessoas, agentes políticos e servidores públicos que de algum modo tinham o poder de definir ou influenciar a tomada de decisões no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, bem como de particulares que tiveram envolvimento com práticas delituosas.” (Brasil, p. 1008).

Quanto ao nosso objeto de interesse, há o levantamento das declarações de Bolsonaro coadunando com o que a comissão parlamentar apura sobre o protagonismo negativo exercido pelo presidente da nação durante o enfrentamento da crise sanitária.

A postura do Presidente da República, autoridade máxima do País, gera óbvias e grandes consequências na opinião pública e na condução das ações de combate ao

coronavírus. Apontaremos, neste Relatório, declarações públicas de Jair Bolsonaro que evidenciam o referido comportamento, objeto desta CPI. (Brasil, 2021, p. 691).

Na Análise do Discurso materialista, segundo Grigoletto e Carneiro (2023, p. 98) as noções teóricas como arquivo, *corpus*, sequência discursiva, embora próximas teoricamente apresentam-se de formas distintas. Com isso em mente, o arquivo para Pêcheux ([1982] 2014b, p. 59) é “[...] entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” [...]” Logo, a partir desse entendimento, estamos conscientes da constituição não linear e objetiva do arquivo que, heterogêneo, comporta uma dispersão que lhe é própria. Nessa direção, Guilhaumou; Maldidier; Robin, [1994] 2016, p. 116), apontam que:

[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes.

Ao avançar na discussão teórica da relação entre arquivo, *corpus* e segmento, Léon e Pêcheux ([1982] 2015, p.165) nos trazem a noção de *corpus* como “um sistema estratificado, disjuncto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um *corpus* de arquivo textual não é um banco de dados”. Como dizem Grigoletto e Costa (2023, p. 99):

Com essa formulação sobre a noção de *corpus*, entendemos, de antemão, que, assim como o arquivo é constituído pela heterogeneidade, pela dispersão, o *corpus*, em sua materialidade simbólica, também o é. Nesse sentido, a nossa leitura parte para o entendimento de que o *corpus* compõe o arquivo, mas não o é em par de igualdade. Expliquemo-nos: em sua dimensão histórica e material, o *corpus* é parte de um todo-incompleto, que representa um recorte do arquivo, cuja segmentação é fruto do dispositivo teórico proposto pelo(a) analista.

No caminho de delimitação do *corpus* desta pesquisa, recorreremos a Courtine (2016), que traz duas noções referentes ao conceito de *corpus*: *corpus* empírico e *corpus* discursivo. Segundo Courtine (2016, p. 20), o *corpus* discursivo refere-se a um “[...] conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso”. Isto posto, o *corpus* sobre o qual o/a analista produz o gesto de interpretação, mobilizando os dispositivos teóricos analíticos. Já o *corpus* empírico, de acordo com a compreensão de Grigoletto e Costa (2023, p.100), é:

“anterior” ao discursivo, de modo que se produziria uma cadeia de recortes. Do arquivo, produz-se um recorte e chega-se ao *corpus* empírico; do *corpus* empírico, considerando os dispositivos teórico e analítico, chega-se ao *corpus* discursivo, o qual, em outro processo de segmentação, permite a observação das sequências discursivas, isto é, as formulações linguageiras que o(a) analista perseguirá na análise discursiva.

Assim, o Relatório final da CPI da Covid-19 é tomado como *corpus* empírico desta dissertação, entendido como anterior ao discursivo, a partir do qual se estabelece o recorte das falas de Bolsonaro presentes no Relatório final da CPI — nosso objeto de análise — permitindo-nos observar as relações entre língua e ideologia, assim como os efeitos do jogo na língua na história e os efeitos desta na língua. Nesse caminho, configuramos o gesto de interpretação que recorre ao dispositivo teórico e analítico, visando as formulações linguageiras que serão perseguidas pelo/pela analista do discurso na análise discursiva.

No entanto, antes de fazê-lo, é preciso entender que não se trata de selecionar uma unidade da frase ou do sintagma — a isso Eni Orlandi (1984) chama de segmento. Ao/a analista do discurso interessa o recorte, que é uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem — e — situação. Logo, “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (*Ibid.*, p. 14), comprometida com as condições de produção e com a situação discursiva. Ainda, segundo Orlandi (1984, p. 14), “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, compreendidos com um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. Ou seja, o recorte requer do/da analista um comprometimento teórico e político. Adicionalmente, o recorte pretende remeter à polissemia e não à informação. Nessa esteira, alinhado ao escopo teórico da AD, empreendo o recorte das declarações diretas de Bolsonaro, levantadas e compiladas pela CPI no período de 2020 a 2021, que doravante serão denominadas sequências discursivas (SDs).

Ademais, a fim de orientar às questões da pesquisa, busco nos objetivos específicos:

1. caracterizar, a partir da revisão de literatura, o que se chama de discurso negacionista, apontando os elementos que o conformam;
2. recuperar as condições de produção do Relatório final da CPI da Covid-19, bem como dos discursos de Bolsonaro que compõem o referido documento, apontando seus efeitos sobre os modos de ler/compreender esse dizer;
3. analisar o discurso de Jair Bolsonaro apontando os traços do negacionismo que o caracterizam e as formas como esse negacionismo se produz, bem como seus efeitos de sentido, considerando-se o lugar a partir do qual se enuncia.

Enfim, analisar e teorizar acerca da temática é imperativo para o diferencial da proposta a qual me proponho. De tal modo que espero que este trabalho possa somar-se aos que foram e serão escritos dentro do quadro teórico da AD e no campo linguístico, ou seja, contribuir com

o gesto de escuta do funcionamento discursivo — e seus efeitos de sentido — dos dizeres de Jair Bolsonaro, conforme postula Pêcheux (2015, p. 48):

[...] aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência; trata-se para além da leitura dos grandes textos [...], de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido.

À luz dos ensinamentos de Pêcheux, do gesto de leitura empreendido e da inquietude que move esta pesquisa, resgato a epígrafe introdutória, que traz pitadas atemporais filosóficas de Sartre, refletindo o sentido de dias difíceis na história, a exemplo do que brasileiros e brasileiras viveram no auge da pandemia frente aos discursos de negação do ex-presidente. Uma boa lanterna para incidir o sentido de resistência deixado por Pêcheux ([1982] 1990, p. 17):

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; [...] mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras [...].

Para a sistematização deste trabalho, não busco a construção de um todo, de uma verdade, de um sentido único, mas sim a abertura de horizontes de reflexão sobre as inúmeras declarações do ex-presidente e a possibilidade de ver os sentidos outros desses dizeres. Nessa investida, consideramos como passo introdutório delimitar este trabalho em duas partes, as quais se constituem em considerações introdutórias; e, em seguida, considerações de análise.

Nas considerações introdutórias, apresentamos a pesquisa, marcamos o caminho de encontro de mobilização dos questionamentos, das inquietudes, e a questão inicial do estudo, assim como a busca do estado de arte, a apresentação dos objetivos e a organização desta dissertação. Em seguida, são delineadas as condições de produção, que compreendem os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso, segundo Orlandi (1999). Ou seja, mobilizar o que é exterior ao texto: contexto sócio-histórico-ideológico definido como sentido amplo, para além do contexto imediato, a fim de compreender os efeitos de sentido frente ao discurso de Jair Bolsonaro, com ênfase no negacionismo.

Para tal, nos atemos a autores da Análise de Discurso, que nos trazem embasamento teórico, como Pêcheux (1997), Orlandi (1999), Indursky (2020), Leandro Ferreira (2020), Grigoletto e De Nardi (2020), Piovezani e Gentile (2020), Silva Sobrinho (2016), Campean (2019), e alguns estudiosos de outras áreas do conhecimento, como Klemperer (2009), Rocha (2020), Souza (2016), Žižek (2020) e Ujvari (2020), que apresentam análises acerca do contexto histórico atual, principalmente no que se refere a questões políticas, o histórico das pandemias e ao discurso fascista utilizado em regimes totalitários. Neste caminho, percorremos o resgate

na história, as marcas de (des)construção no plano governamental de Estado, o que foi a pandemia de Covid-19, as marcas discursivas do negacionismo e seus respectivos modos de funcionamento no combate à pandemia a fim de compreender os efeitos de sentido a serem mapeados e analisados.

Já nas considerações de análise, buscamos discutir a prática discursiva que nega a pandemia, a partir das materialidades discursivas que compõem nosso recorte e os seus efeitos de sentido. Nesse percurso, levamos em consideração a desqualificação da pandemia, a negação da ciência, o descrédito nas vacinas, a (des)harmonia entre vida e capitalismo e o impacto aos povos originários.

Por fim, após delineadas as condições de produção e a condução do gesto analítico, marcamos, a questão central da pesquisa que circunscreve como funcionam discursivamente os dizeres do ex-chefe de Estado Jair Bolsonaro no combate à Covid-19. Em seguida, elaboramos, nas considerações finais, uma síntese de nossos resultados obtidos, fazendo uma reflexão entre a teoria e a análise.

2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Não posso mover meus passos,
 por esse atroz labirinto
 de esquecimento e cegueira
 em que amores e ódios vão:
Cecília Meireles, Romanceiro da Inconfidência
(Prefácio do livro de João de Castro Rocha - Guerra Cultural e retórica do ódio)

A partir das reflexões que me levaram pelo labirinto da linguagem, resgatamos Michel Pêcheux em AAD-69, quando se distancia do modelo esquemático comunicacional de Jakobson — emissor, receptor, código, referente e mensagem —, para pensar o discurso. Ao discutir esse esquema elementar de comunicação, Pêcheux passa a entender o discurso não como uma mera transmissão de informação, mas sim, como efeito de sentidos, “um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1997, p. 81). Isso significa compreender que a “mensagem”, nos termos de Jakobson, não se “transmite” de forma direta, porque toda interlocução está afetada pelas formações imaginárias que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (*Ibid.*, 1997, p. 82) — “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que me fale assim? Quem é ele para que me fale assim?”. Sendo assim, segundo Leandro Ferreira (2020), A e B são espaços de representação dos lugares determinados na estrutura social (Pêcheux, 1997, p. 82), e não os indivíduos empíricos. No Brasil, essa noção foi reformulada por Orlandi (2001, p. 21) para “efeito de sentidos entre interlocutores”. Partimos, então, com Orlandi (1984, p. 10), do entendimento de que “a linguagem passa a ser considerada no momento de sua existência como tal, ou seja, como discurso. Dessa forma, ela pode ser observada na dinâmica de seu funcionamento, em que se procuram determinar os processos de sua constituição e que são de natureza sócio-histórica” (Orlandi, 1984, p. 10).

Tomado em análise, o funcionamento discursivo de Jair Bolsonaro no combate à pandemia de Covid-19 e seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, analisados a partir do Relatório final da CPI, marcam o movimento de escuta às inquietudes desse discurso cingido pelo *non sense*. Assim como a poetisa Cecília Meireles, em seus versos, abre o movimento estático pelo labirinto horripilante de esquecimento e cegueira, peço licença para deslocar os versos para o contexto discursivo em foco, visto que, frente ao meu desconforto, não posso ficar alheia aos discursos do ex-chefe de Estado. Nessa via, movo meus passos dentro do que me cabe: mobilizar a teoria da AD para compreender esse funcionamento discursivo e seus efeitos de sentido. Para tal, tomamos as condições de produção que “compreendem fundamentalmente

os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (Orlandi, 1999, p. 28).

Ainda quanto às condições de produção do discurso, segundo Sobrinho (2019, p. 345), é preciso pontuar que Pêcheux, ao distanciar-se de uma perspectiva “reacional”, que desconsidera o produtor e o destinatário, pois se reduz à relação estímulo-resposta, também busca afastar-se da perspectiva “informacional” que, apesar de inserir em cena os protagonistas do discurso e o seu referente, fundamenta-se na teoria da transmissão de informação-comunicação-mensagem. Dessa forma, o discurso é entendido por Pêcheux como efeito de sentidos entre os pontos A e B, e não, na produção de mensagem ou informação. Podemos dizer que, ao tratar de lugares de A e de B (lugares de sujeitos), não se está referindo a organismos humanos individuais, mas sim a compreensão de que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. Logo, à luz das preleções de Pêcheux (1997, p. 82, grifos do autor).

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão **representados** nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que **o lugar como feixe de traços objetivos** funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, **presente, mas transformado**; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A e B* se atribuem cada um a **si** e ao **outro**, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Por fim, ao postular essas questões, Pêcheux está projetando que todo processo discursivo supõe a existência das Formações Imaginárias (FI), permitindo visualizar os sujeitos-protagonistas do discurso na produção de sentido. Reitero as palavras de Pêcheux (1997, p.82) “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que me fale assim? Quem é ele para que me fale assim?”, imagem do lugar A-A, B-A, B-B, A-B, respectivamente. Ainda convém acrescentar que o referente também é projetado a partir de A-B sobre R: “De que lhe falo assim? De que ele me fala assim?” (*Ibid.*, 1997, p.83). Enfim, ainda segundo Sobrinho (2019, p. 346), “o quadro esboça as condições de produção do discurso, tratando do contexto e situação, além do referente do discurso, a partir das perspectivas dos sujeitos protagonistas em determinadas condições de produção”.

Nessa compreensão, Pêcheux trabalha na representação formal dos processos discursivos, definindo as suas condições de produção como processos sedimentados, sendo impossível definir uma origem e as relações de força. Ou seja, são consideradas as questões dos discursos sedimentados e suas transformações enquanto processos nas condições de produção dadas. Logo, o discurso não tem uma origem no sujeito, mas sim, num processo de produção

discursiva, que irá considerar o exterior do discurso, os não ditos, os ditos em outros lugares, as ausências.

Com isso em mente, ao se pensar as condições de produção, é necessário, também, pensar os movimentos dos discursos na história e com os sujeitos, pois, fazem parte da exterioridade linguística, e, segundo Orlandi (1999), compreendem os sujeitos e a situação. A memória também faz parte da produção do discurso. Logo, as lembranças podem ser agrupadas em sentido estrito, correspondentes ao momento da enunciação e em sentido amplo, no qual incluem o contexto sócio-histórico-ideológico. Nesse percurso teórico, porém, esses dois agrupamentos caminham de forma concomitante, já que, segundo Leandro Ferreira (2020, p. 47), “são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, construindo com ela o sentido do texto”. Esses indicativos são estabelecidos a partir de uma reflexão linguística que passa a considerar a História e o Sujeito na produção dos sentidos para compreender os efeitos de sentidos entremeados ao dizer. Ainda, no dizer de Leandro Ferreira (2020, p. 47), “o sentido passa a ser compreendido como um efeito, produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age de fora, oriundo do espaço sócio-histórico”. Por isso, é preciso considerar as condições de produção para além do contexto imediato, uma vez que o sentido amplo constitui, segundo Leandro Ferreira (2020, p. 50):

[...] uma exterioridade que sustenta o dizer, de forma que as relações de sentido vão sendo construídas a cada tomada de palavra, quando a antecipação imaginária do sentido ao sujeito permite que o discurso se produza, pondo a ver as relações de forças em jogo no funcionamento da linguagem, responsáveis pela reprodução e transformação do sentido.

Porém, para atingirmos esse nível de análise, precisamos romper, segundo Orlandi (1999), a superfície linguística do texto, que compreende a natureza linguístico enunciativa, e passarmos para as etapas em que começamos a vislumbrar a configuração das formações discursivas e ideológicas que dominam a prática discursiva. Nessa etapa é que atingiremos “a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido” (Orlandi, 1999, p. 76). Portanto, nesse movimento teórico, a partir do objeto discursivo, são movidas noções como memória e história. Ademais, as condições de produção, segundo Leandro Ferreira (2020, p. 50),

[...] fortalecem o liame entre a língua e a história, fundamentos do processo discursivo, trazendo às circunstâncias da enunciação (contexto imediato), a historicidade dos sentidos. Com isso, se assegura que os sentidos são produzidos enquanto efeito,

produto de condições sociais e ideológicas específicas e anteriores, não restritos, portanto, à situação concreta e imediata da produção verbal.

Nessa teorização, abro espaço para ratificar a relevância e o diferencial em *Análise do Discurso*, que se propõe estabelecer um gesto de escuta no que tange aos efeitos de sentido, já que considera o exterior do sistema linguístico, assim como a memória. Não a memória psicológica ou cronológica que faz lembrar do passado, mas sim a memória discursiva que:

[...] indica como as palavras produzem sentido pelo processo histórico e social de produção de linguagem. Os discursos resultam de processos de significação que se fazem pela linguagem e pela história, apresentam, portanto, uma memória que recupera do interdiscurso os dizeres que já foram ditos antes, em outro lugar e independente deste dizer que é atualizado no momento da enunciação (Leandro, Ferreira, 2020, p. 207).

Face ao dispositivo teórico, ao pensar um sujeito do dizer a partir da AD, remetemo-nos não necessariamente a um sujeito empírico, ou “[...] não aquela [caracterização] talhada por descrição física, forma empírica e categorias regidas pela cor, classe, idade, etnia; tampouco o sujeito afetado pelo afã de assenhorar-se plenamente de suas palavras, capaz de geometrizar o seu dizer em equações puras, lógicas e controláveis” (Abrahão; Sousa, 2020, p. 264), mas sim, um sujeito produtor da linguagem, que enuncia a partir de uma formação discursiva constituído pelo inconsciente e pela ideologia. Ou seja, segundo Leandro Ferreira (2020, p. 281), o sujeito não representa a origem do dizer, é preciso trazê-lo para o campo da linguagem. Essa definição epistemológica é permitida graças a Michel Pêcheux, que propõe uma (re)teorização dessa noção a partir do materialismo histórico, da psicanálise e da linguística para trabalhar a partir de uma noção de sujeito que considera o sujeito do inconsciente, estruturado na língua e interpelado pela ideologia através das práticas discursivas.

Nessa via das condições de produção, no caso do *corpus* em análise, compreendemos que o contexto imediato é a pandemia de Covid-19 vivida, no Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro. A infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 tomou o mundo no ano de 2020 pela disseminação rápida e, conseqüentemente, chegou ao Brasil. Na medida em que a doença atingiu níveis alarmantes de disseminação, a OMS decretou pandemia mundial⁴ em março do mesmo ano, e, a partir do decreto pandêmico, o ex-presidente do país faz contestações/declarações desqualificando a situação sanitária.

⁴ UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia de novo Coronavírus. **Portal da UNA-SUS**, Ascom SE/UNA-SUS (Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde), [S. l.], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 02 maio 2024.

No entanto, para ampliarmos a discussão, é indispensável partirmos para as práticas de análise. Tomaremos, portanto, a conjuntura histórica, política, social, econômica que precede a pandemia de Covid-19, exterior ao contexto da enunciação, no entanto materializada no discurso, para buscar o fio discursivo. Portanto, consideramos relevante buscar pela história a trajetória da ascensão da direita ao poder em 2018 por Jair Bolsonaro, para compreender os efeitos de sentido das falas refletidas nas práticas governamentais do Estado no combate à pandemia que impactaram a vida e à ciência.

2.1 O resgate na história

O campo epistemológico da AD, segundo Leandro Ferreira (2003, p. 190), apresenta um quadro conceitual comum a outras teorias linguísticas, por isso se faz necessário ratificar o cuidado em empregar noções como língua, ideologia e história. A AD pode ser compreendida como uma teoria de interpretação articulada no imbricamento de três campos teóricos: a Psicanálise, a Linguística e o Materialismo Histórico. Nessa investida, a teoria materialista do discurso elege o próprio discurso como seu objeto de estudo, entendido como “um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1997, p. 81). Porém, não se trata de uma transmissão de informações entre A e B; há um processo de significação, uma produção de efeitos de sentidos entre esses pontos: “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um em a si e ao outro, a imagem que se faz de seu próprio lugar e do lugar do outro” (*Ibid.*, 1997, p.82).

Ao selecionar a caixa de conceitos⁵, a história não é tida como contexto ou marco cronológico. Na corrente francesa, a história constitui-se na ordem do discurso, pelo sujeito, que é o resultado da relação com a linguagem e a história. Nesse sentido, Paul Henry (1994) já apontava que a história não é evolução, relato de acontecimentos, mas sim sentido. Logo, “a história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar.” (Henry, 1994 *apud* Leandro Ferreira, 2003, p. 191).

Dessa forma, para continuarmos na construção das condições de produção, tomamos o termo historicidade, mobilizado por Orlandi, cuja noção aponta para o modo como a história e o sentido se materializam no texto. Logo, “a historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele” (Orlandi, 1999, p. 66). Assim, a ligação entre história e

⁵ “A expressão ‘caixa de ferramentas’ é encontrada em G. Deleuze, em entrevista com M. Foucault, como metáfora de como deve funcionar uma teoria” (Leandro Ferreira, 2003, p. 190).

historicidade não pode ser estabelecida pela ligação direta, nem automática, nem relação causa-e-efeito. O/a analista trabalha em uma região menos usual, mas igualmente relevante, a materialidade histórica da linguagem (*Ibid.*, 1999, p. 66). Nessa medida, “a forma de apreender a historicidade no gesto do/da analista é identificando as marcas ideológicas” (Leandro Ferreira, 2020, p. 136). Ou seja, é como se a historicidade fosse a materialidade da história apreendida no texto/discurso pelo gesto analítico. Nesse sentido, ratificamos a relevância desse percurso que tomamos nas condições de produção, evidenciando a organização do texto na relação da língua com a história, do sujeito em relação com o mundo e a memória.

Diante do exposto, partimos para a compreensão e a análise do sujeito que fala aqui estudado, o ex-presidente do Brasil. Jair Bolsonaro, capitão do Exército Brasileiro, aparece no cenário público no Brasil em 3 de setembro de 1986, quando publica na seção “Ponto de vista”, da revista *Veja*, o artigo “O salário está baixo”. Conforme descrevem Piovezani e Gentile (2020), essa declaração, que empreendia queixas aos baixos salários, rendeu-lhe uma punição e prisão no âmbito disciplinar. No ano de 1987, novamente, Bolsonaro e outros militares voltam à cena pública. Dessa vez, a jornalista Cássia Maria revelou, na edição da mesma revista, a operação “Beco sem saída”, que implicava um plano do então capitão Bolsonaro e de outros militares de explodir bombas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Academia Militar das Agulhas Negras e em outros quartéis. Além do plano, relata-se que Bolsonaro faz críticas veementes aos superiores, “São uns canalhas”. No ano de 1988, após negar o plano junto às instâncias do Superior Tribunal Militar, foi absolvido, porém sua carreira foi encerrada no posto de capitão da reserva remunerada. Neste mesmo ano, Bolsonaro foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão, com 11.062 votos.

A partir dessa primeira conquista eleitoral, Jair Bolsonaro galgou outros cargos, sendo eleito deputado federal por sete mandatos (1991 a 2019). Sempre alinhado às pautas conservadoras e em defesa dos militares, ele aparece como um incentivador de ações violentas e discriminatórias, além de realizar projeções midiáticas, que foram decisivas no percurso triunfal eleitoral de Jair Bolsonaro, cujo caminho passa pela figura de militar reformado, sendo a desonra com o alto oficialato deixada de lado em 19 de novembro de 2011, quando do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pela lei 12.528. O então capitão reformado, agitador, beligerante, possuidor de um tom de voz ácido, duro, áspero, que estava proibido de entrar “em qualquer dependência militar do Rio de Janeiro, sob o argumento de que era má influência para os soldados” (Rocha, 2021, p. 318), ganha protagonismo na dura oposição durante os trabalhos da CNV. Na época, exercia o mandato de deputado federal e,

numa participação caricata, restabeleceu a união com os generais. Na instauração dos trabalhos, Bolsonaro deferiu críticas à comissão:

Senhor, presidente, vamos lá. Primeiro, senhor presidente, eu queria aqui torturar muitos dessa comissão. Que o instrumento da tortura que eu quero usar para muitos dessa Comissão é a verdade. Realmente, tem alguns, nessa Comissão em especial muitos, que acreditam na própria mentira. Eu não sei que doença é essa. (Bolsonaro, 2011 *apud* Rocha, 2020, p. 320)⁶.

As declarações do deputado federal resgatam os momentos de autoritarismo no país, ferem a memória dos brasileiros e brasileiras que foram presos, torturados e mortos pelo regime ditatorial, que vigorou por mais de 20 anos (1964-1985), e a memória de suas famílias. A tortura é (re)tomada nas alegações de Jair Bolsonaro durante o exercício político. No dia 17 de abril de 2016, durante a instauração do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em sua formulação da justificativa de voto, o então deputado federal, Jair Bolsonaro, retoma seu posicionamento⁷:

Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (Bolsonaro, 2016 *apud* Indursky, 2019, p.85).

A falta de empatia nos causa, no mínimo, certo estranhamento, noção tomada de Indursky (2019), que nos é apropriada, pois representa o efeito de sentido da ordem do indizível, de não pertinência ao modo de dizer no espaço enunciativo público-institucional — no caso em destaque, a justificativa de voto na Câmara dos deputados para o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Logo, nessa cena enunciativa que conduz à formulação do voto, o então deputado federal reforça os momentos de autoritarismo que marcaram a sociedade brasileira.

Ao ser instaurada a CNV, o primeiro artigo da comissão versava: “examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos ocorridas em um determinado período da história de um país [...], a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a

⁶ A citação de Jair Bolsonaro à CNV foi extraída da obra *Guerra Cultural e Retórica de ódio – Crônicas de um Brasil pós-político*, de João de Castro Rocha. A declaração foi analisada no capítulo “Direita volver: rumo à residência”, mostrando, especificamente, quando Jair Bolsonaro se destacou como opositor aos trabalhos da CNV e na defesa da atuação das Forças Armadas no período da ditadura, o que, segundo o autor “A atuação do deputado no episódio o uniu aos generais [...]”. (Rocha, 2020, p. 321).

⁷ A citação de Jair Bolsonaro foi extraída do artigo *Que sujeito é sujeito?*, de Freda Indursky (2019), que faz uma análise dos discursos performados nas declarações que antecederam o voto dos deputados federais na instauração do processo de *impeachment* e deposição da presidenta Dilma Rousseff. A citação em questão foi deferida na justificativa de voto na sessão da Câmara dos deputados, cuja pauta deliberava sobre a admissibilidade da instauração do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016. A declaração está disponível também em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> (Poder 360, 2021).

reconciliação nacional” (Rocha, 2020, p. 318). Esse artigo fora entendido como o rompimento dos acordos unilaterais da Lei da Anistia pelas Forças Armadas (FA), princípio que teria sido quebrado pela esquerda. Dito isso, o ressentimento das narrativas do Orvil⁸ estavam à mesa: o inimigo, o perigo vermelho, o comunismo fora derrotado militarmente, mas não intelectualmente. Isso ficou evidente numa declaração da exaltação e defesa da ditadura feita por Jair Bolsonaro, e difundida na rádio Jovem Pan em 2016, compilado pela *Folha de São Paulo*, em 28 de março de 2019⁹: “O erro da ditadura foi torturar e não matar.” Numa tentativa revanchista de passar a limpo os fatos do período de chumbo no Brasil, o deputado resgata a violência da tortura em todos os sentidos. E, no ápice da idolatria, o torturador coronel Alberto Brilhante Ustra é convocado dos porões da ditadura como herói pelo deputado federal Jair Bolsonaro. Nesse espaço enunciativo, é materializado uma formulação como justificativa de voto em que ressoa um dizer da ordem do indizível quando resgata a memória das práticas da tortura promovidas pela ditadura, atravessado pela identificação com o fascismo, que remete, por sua vez, de forma consciente ou não, a um dizer da Alemanha nazista. Conforme Indursky (2020, p. 367), “Aquele mesmo deputado que traduziu o slogan da Alemanha nazista — Deutschland uber alles (Alemanha acima de tudo) — ao votar pelo impeachment, alegando fazê-lo em nome do Brasil acima de tudo.”

Nessa perspectiva, enunciar, na posição de chefe de Estado, é perceber os atravessamentos que o sujeito constrói em seu discurso a partir das redes de filiação e da inscrição histórica dos sentidos, ancorada pela memória discursiva. Logo, pensando no enunciador desses dizeres, podemos destacar que “os indivíduos são interpelados em sujeitos

⁸ A obra Orvil, intitulado com a palavra “livro” de trás para a frente, porque é o reverso de *Brasil Nunca Mais*, o qual denunciou os crimes da ditadura, com torturas, mortes e desaparecimentos, a partir de processos da Justiça Militar. Foi redigido pelo CIE (Centro de Inteligência do Exército), sob encomenda do então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. O título seria “Terrorismo Nunca Mais”, mas acabou vetado, nunca publicado e mantido em rigoroso segredo, pois quando ficou pronto, José Sarney, presidente à época, vetou que viesse a público. A obra foi a resposta da caserna, acusando crimes e conspirações da esquerda e de suas tentativas de transformar o país em uma China tropical. Trata-se de uma narrativa conspiratória da constante ameaça comunista. Havia rumores da sua existência, mas não comprovação. Somente nos anos de 2000, os jornalistas investigativos Mário Magalhães e Sérgio Torres, em artigo, descreveram a iniciativa. Em 2007 o relatório-vingança começou a circular na Internet com 953 páginas timbradas de RESERVADO. Já, em 2012, veio a público em formato de livro, com a apresentação do Coronel Ustra. Ainda, foi resgatado e explorado pela produtora Brasil Paralelo, com a missão de popularizá-lo, numa série de documentários históricos, como o filme *O Brasil entre armas e livros*, dirigido por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Nesse sentido, a narrativa do “Orvil” é um dos pilares da tática política de Bolsonaro de acusar e combater uma suposta conspiração da esquerda para tomar o poder, desta vez pela via da cultura, sem pegar em armas (Rocha, 2020, p. 246-247). Para mais informações obre a obra Orvil, ela está disponível em: <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/#>. Acesso em 15.06.2024._

⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1995, p. 161).

Portanto, ainda segundo Pêcheux:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, 1995, p. 160).

Essas teorizações ratificam que o sujeito do discurso e os sentidos constituídos e atravessados pelo inconsciente/ideologia são materializados nas práticas, ou seja, “a ideologia não possui exterior (para si mesma) mas [...] ao mesmo tempo ela é exterioridade (para a ciência e para a realidade)” (Pêcheux, 1995, p. 177). Assim sendo, o sujeito-enunciador desses dizeres, em sua constituição social, permite pensar:

todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, em total consciência e em total liberdade, tome iniciativas pelas quais se torna responsável como autor de seus atos etc., e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da linguagem, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante. (Pêcheux, 1995, p. 171).

Isso posto, num processo que vinha sendo fomentado desde a redemocratização¹⁰, na década de 1980, estava instalado o antagonismo político em nosso país, o inimigo estava delineado: o Partido dos Trabalhadores (PT). Se outrora o comunismo pairava como inimigo, agora o PT assumia o posto, uma vez que não representava a força do poder econômico e político das elites de nosso país.

Não poderíamos deixar de registrar nesse delineado histórico, a chegada de Lula à presidência da república em 2002. Oriundo da classe trabalhadora, sindicalista, conhecedor do Brasil, cujos planos de governo inseriram¹¹ crescimento, emprego, inclusão social, desenvolvimento, distribuição de renda, estabilidade, infraestrutura e desenvolvimento social como horizonte político, ou seja, “Um Brasil para todos”, conforme *slogan* de campanha (Plano, 2002). Nesse ponto, estamos frente ao discurso precursor na construção de um país mais

¹⁰ Tomamos o conceito patenteado por Campean (2019) em sua tese de doutorado. “A redemocratização possui discursivamente um tom polissêmico e foi criada por participantes e simpatizantes da ditadura. Redemocratizar produz um funcionamento de sentidos que quer dar ao público a ideia de que voluntariamente se faz uma democratização, o prefixo “re” confere à palavra a falsa ideia de que após um longo período ditatorial, os donos do poder, para utilizarmos aqui uma expressão que se tornou título da clássica obra de Raymundo Faoro, resolveram reativar a democracia no Brasil. Nada mais falso. Inúmeras injunções internas e externas conduziam a esta necessidade, inclusive interesses de plenipotenciários que queriam se livrar da desgastada pecha militarista para consumir seus desejos de poder.” (Campean, 2019, p. 33).

¹¹ Para mais informações sobre o plano de governo do candidato Luís Inácio Lula da Silva, acessar: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>

justo e igualitário. Era inquestionável: “Uma nova era começava no Brasil. A este período havia, por grande parte da população a esperança da democratização” (Campean, 2019, p. 39)¹².

Os dois mandatos do governo Lula foram marcados, por um lado, pelos altos índices de aceitação pública e política, delineados por avanços no campo dos Direitos Civis, na busca da igualdade social e econômica, e, por outro, marcado com pontos oscilantes de escândalos de corrupção, cobrados sem igual no governo do Partido dos Trabalhadores, mesmo estando essa prática incrustada na histórica política brasileira. No entanto, ainda que com indicativos positivos e outros nem tanto, os dois mandatos do então presidente Lula foram findados com bastante credibilidade. Destacamos, nos mandatos do PT, avanços significativos no campo social, direitos de igualdade, inclusão, controle da inflação, estabilidade da moeda, criação de empregos formais, aumento do salário-mínimo, obtenção de uma cadeira no conselho de Segurança da ONU, entre outras questões que mostram as conquistas de seus dois mandatos presidenciais, cuja aprovação também se refletiu na eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, para dois mandatos.

Porém, os governos de Lula e Dilma se viram fortemente afetados pelo escândalo do mensalão, envolvendo membros da cúpula do PT, denunciado pelo deputado Roberto Jefferson. Mesmo com tantos pontos positivos, o mensalão fez a credibilidade do PT e de Lula despencar, e o preço cobrado para o governo foi sem igual na história do país. Nas palavras de Campean (2019, p. 44):

[...]como admite o próprio Lula, teve que fazer muitas concessões às classes historicamente plenipotenciárias. Sem isso, sua possibilidade de governar seria nula. Todavia, tais concessões acabaram se tornando um ponto de extrema fragilidade de seu governo. Não por coincidência, muito arditosamente, esses mesmos beneficiários utilizaram os 44 favorecimentos políticos com os quais foram contemplados para criticar, perseguir e, literalmente, destruir o governo de esquerda e popular. Essa é uma marca histórica das nossas elites, que são capazes de utilizar até aquilo que as ajudou, como forma de abater um potencial inimigo, entendendo como “inimigo” qualquer um que possa retirar o mínimo que seja de seus poderes feudais absolutos.

Nesse amalgamado de credibilidade e avanços, emergem o revanchismo e os ressentimentos de uma classe que não aceitava o protagonismo do Partido dos Trabalhadores. Muito embora alianças políticas tivessem sido estabelecidas, sobressaem-se a crise econômica mundial e uma mágoa de tomada de espaço da elite brasileira, indisposta a dividir seus

¹² “A democratização, enfatizamos, é o processo por meio do qual tenta se vencer a fase da mera democracia formal para atingir a democracia material, entendendo esta como a distribuição igualitária de possibilidades. Mais uma vez, realçamos que afastamos a ideia pura e simples da distribuição de renda, [...] se trata de algo que está no âmbito reducionista do economicismo. O criar a distribuição de possibilidades, automaticamente, uma das consequências será a melhor e mais justa distribuição de renda. Só assim podemos falar em democracia.” (Campean, 2019, p. 39).

privilégios, já que o plano governamental prioriza, na sua gênese, a distribuição justa de possibilidades nas áreas econômicas e social. É nesse cenário que a primeira presidenta na história do Brasil eleita e, posteriormente, reeleita, assume a direção do país. No decorrer de seu mandato, dá continuidade à política de Lula, porém com bases necessárias para que governe por si própria, conferindo autenticidade ao governo da primeira mulher a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Nesse panorama descrito, nas palavras de Campean (2019, p. 46):

Dilma assume a presidência sob a inegável carga de três espectros que lhe eram francamente desfavoráveis: A sombra de Lula; a grande crise econômica do final da primeira década do século, e a reação da direita, mais do que nunca ávida em retomar o poder.

Considerando os aspectos mencionados acima, o governo de Dilma foi assolado pelos impactos da crise mundial do Subprime¹³, crise nascida no coração de *Wall Street*, alcançando o globo, e que impactou sobremaneira a economia do nosso país. Em meados de 2013, entram na cena política brasileira “As Jornadas de Junho”, que consistiam em legítimas reivindicações estudantis, agregadas por grupos autônomos duvidosos que ocupavam as ruas. Por esta época, ocorreu o chamado Movimento do Passe Livre (MPL), nascido das reivindicações contra os aumentos nas passagens na capital paulista; não demorou para que esse cenário atingisse a federalização, pela ampla cobertura da mídia. No entanto, havia outras pautas camadas, tais como “a inflação do diploma, para mostrar que o diploma, do mesmo modo que a moeda, quando produzido em quantidade excessiva e posto em circulação, já não vale o que valia antes para outras gerações” (Souza, 2016, p. 88).

Agregadas a essas reivindicações, existia, sobretudo, uma verdadeira cruzada contra o PT e contra Dilma. Ou seja, o cerco foi sendo cada vez mais fortalecido à medida que se aproximavam as eleições de 2014. Ademais, as elites da direita estabeleceram uma manipulação política nas redes sociais e cingida pela grande mídia, conforme teoriza Souza (2016, p. 89): “Se tomarmos o Jornal Nacional, da Rede Globo, uma espécie de porta voz da reação conservadora extraparlamentar que se forma nas ruas do país e que só se conclui com o *impeachment* da presidente eleita”.

Esses indicativos e a ampla cobertura dos atos pela mídia ficam escancarados por um marco instaurado, em 17 de junho daquele ano, quando o Jornal Nacional muda a denominação de atos de vandalismo para atos pacíficos. A bandeira do Brasil passa a constituir uma marca do movimento democrático, cujo foco reivindicatório incide nos gastos com a Copa do Mundo,

¹³ Tomamos a definição de Subprime definido por Campean (2019) — “(termo do mercado financeiro para designar empréstimos bancários concedidos sem as devidas garantias), e erradamente chamada de ‘crise da bolha imobiliária’ que assolou os Estados Unidos no ano de 2008” (Campean, 2019, p. 46).

a PEC 37 e a corrupção. Ou seja, um movimento antigoverno federal conduzido pela imprensa, conforme elencado por Souza (2016, p. 93), na obra *A Radiografia do Golpe*:

Uma repórter do jornal O Globo perguntou ao líder do Movimento Passe Livre, que pretendia encerrar o movimento, já que o aumento das passagens fora revogado, se as “outras pautas”, como a PEC 37 e o combate à corrupção, não merecem também continuar. O líder respondeu que essas jamais foram pautas do movimento e se declarou contra a hostilização de partidos políticos. A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma “festa popular” contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central. O PT e os manifestantes de esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio.

Nessa dinâmica, resumidamente, segundo Campean (2019), mesmo com toda carga da mídia contra si e com os levantes promovidos pela FIESP, a presidenta Dilma alcança a reeleição sobre o adversário Aécio Neves (PSDB) e é empossada em 1º de janeiro de 2015. A partir dessa data, “sua sustentabilidade política seria asfixiada. O Brasil se tornaria ingovernável, e o preço pago pela paralisia e consequente estagnação forçada do país seria a cabeça da presidente” (Campean, 2019, p. 55).

Nessa empreitada de sufocamento do governo Dilma, elencamos a juventude de direita que toma as redes sociais fazendo forte campanha a favor do *impeachment* da presidenta Dilma, o que veio do desdobramento das reivindicações estudantis pela “caça” à corrupção e pelo forte descontentamento político. Em 2015, de forma bastante ostensiva, a direita conservadora começou a ocupar as ruas, campo historicamente da esquerda, “pois as ruas pareciam propriedade simbólica dos que estavam à margem do poder, [...] a própria esquerda.” (Rocha, 2020, p. 40). Nesse cenário, as manifestações direitistas explodiram, revelando um movimento altamente organizado nas redes sociais e “tomando” o espaço das ruas com um único objetivo: eliminar o inimigo — o partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores.

Em um processo que pode ocorrer por prática de crime ou responsabilidade regido pelo ordenamento jurídico da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o impedimento é chancelado pela câmara dos deputados em abril de 2016 e, posteriormente, pelo senado federal, o *impeachment* de Dilma — o golpe fora consumado. Pela primeira vez na história, um presidente se tornava oficialmente alvo de impedimento no Brasil. Segundo Campean (2019, p. 57), “não havia crime comum, e os indícios de crime de responsabilidade eram tão frágeis e sem provas, que o pedido deveria ser arquivado, como foram tantos outros, contra vários presidentes, inclusive com provas mais robustas”.

Nesse ponto fulcral, abre-se o caminho para delinear o que a direita buscava, já que a esquerda no poder não representava a agenda das elites empresariais do nosso país. Por fim,

circunscrevendo o inimigo, “o bode expiatório da vez era o governo petista, e como corolários evidentes: as cotas; a tentativa de se minimizar as injustiças históricas, de mesmo com dificuldades, percalços e erros cometidos, tentar realizar o que nunca havíamos experimentado” (Campean, 2019, p. 53). Esses indicativos aliaram-se à operação Lava Jato, que evidenciava “uma “cruzada” contra a corrupção ganhando um amplo apoio popular” (*Ibid.*, p. 42)

Assim, Michel Temer assumiu a presidência da república no tom do neoliberalismo e do sentimento de (re)apropriação. Trouxe como bandeira a promessa da recuperação econômica, as reformas trabalhista e previdenciária. Durante os dois anos à frente do governo, Temer aprova a reforma trabalhista, mas em meio aos escândalos, não consegue êxito nas reformas da previdência. (Campean, 2019, p.58). Nesse cenário, o espaço que “precisava ser ocupado” estava aberto:

Perante todo o vácuo de poder deixado a partir da derrubada de Dilma, e dos inúmeros escândalos que foram minando o PSDB, principalmente seu presidente Aécio Neves, chegando a pôr um ponto final na carreira do também aspirante à presidência José Serra. Em meio ao desgaste generalizado da classe política abriu-se um perigoso vazio. (Campean, 2019, p. 58).

Nessa conjuntura de (re)apropriação, aliado à retórica de ódio de Olavo de Carvalho, que consiste, segundo Rocha (2020, p.159), em “uma técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel do inimigo a ser eliminado”, ou seja, Olavo de Carvalho apresenta uma série de clichês que representam os princípios da direita¹⁴ em circulação no Brasil. Essas ideias são amplamente disseminadas pelo movimento intenso nas redes, definidas pelas *fake news*. Derivado desses fatores, em 2018, dois meses antes da eleição presidencial do Brasil, o general Villas Boas, publica o ameaçador tuíte: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões constitucionais” (Rocha, 2020, p. 321). No dia 04 de abril de 2018, um dia após a publicação do tuíte, os ministros rejeitaram o *habeas corpus* do Luiz Inácio Lula da Silva por uma margem de 6 votos a 5. O petista foi preso numa manobra política e, definitivamente, estava fora da eleição presidencial de 2018. Logo, os passos foram decisivos para que a direita galgasse rumo à presidência.

¹⁴ Tomamos como referência os princípios da direita pautadas na alienação Olavista: “nega-se o racismo, louva-se o velho Testamento, ataca-se o comunismo, **denuncia-se a doutrinação nas escolas**, alveja-se o feminismo, anuncia-se o caos com eventual legalização da maconha, celebra-se o empreendedorismo, defende-se a força policial, nega-se o conflito de classes, alveja-se Paulo Freire: uma enciclopédia do reacionarismo que chegou ao poder em 2018” (Rocha, 2020, p. 59, grifo nosso).

Na marcha pela retomada da direita ao poder, após golpe, delinearam-se tempos sombrios de um projeto autoritário de poder. Em 12 de dezembro de 2017, Jair Bolsonaro declara ao jornal *Folha de São Paulo*, o seguinte depoimento (replicado em vários outros jornais): “Como sempre falamos: Eles têm tudo, mas nós temos vocês e diariamente teremos de desarmar uma bomba montada, enquanto os corruptos nadam de braçada! Mas vamos até o fim! Há algo maior que eleição em jogo: a derrubada cultural da hegemonia de esquerda no Brasil”¹⁵.

Com base no discorrido, temos a divisão polarizada marcada no cenário político brasileiro: DIREITA x ESQUERDA. Desse modo, ao observar esse encaminhamento, não podemos deixar de levantar o questionamento da sempre escancarada luta de classes, “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2008, p. 10), ou seja, há evidências perpetuadas nas práticas políticas, governamentais de Estado que dividiram, dividem e dividirão a sociedade. Nesse cenário, enquanto apagam-se essas políticas, impera o discurso capitalista, no qual brasileiros e brasileiras são perfilados numa sociedade marcada pela divisão. Associado a isso, mais uma vez, a teoria materialista abre espaço para abarcar as contradições constitutivas e a divisão de classes, como afirma Pêcheux ([1982] 1990, p. 12):

Este duplo caráter dos processos ideológico(caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a objetos (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder, etc.) que são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois.

No tocante à relevância do fundamento teórico, buscar a historicidade é buscar a compreensão de como os sentidos são produzidos. Assim, a quem interessa essa polarização? Ou que interesses estariam em jogo? Em resposta, o/a analista precisa ter o olhar analítico firme a fim de perceber as opacidades do discurso, pois, segundo Silva Sobrinho (2016, p. 92),

[...] o discurso está sempre imbricado com interesses, posições e luta de classes. Desse modo, os sujeitos históricos e seus discursos estão entrelaçados na dinâmica das relações de base material, na qual os interesses de classes em jogo atravessam e regem, em sua contraditoriedade, os ditos e silenciamentos.

¹⁵ GZH POLÍTICA. Entrevista de Bolsonaro ao ‘Estado’ em 99 com elogios a Chávez agita militância. **Jornal Digital Gaúcha ZH**, Política, Estadão Conteúdo, Porto Alegre, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/12/entrevista-de-bolsonaro-ao-estado-em-99-com-elogios-a-chavez-agita-militancia-cjb3q07ug00dm01o3kmw5e92p.html>. Acesso em: 11 mar. 2023.

Logo, ter essa posição firme é olhar para “a opacidade do nosso tempo histórico e contribuir para sustentar a necessária crítica ao sistema capitalista” (*Ibid.*, p. 93).

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro (PSL) e do vice Hamilton Mourão (PRTB) nasceu¹⁶ numa ausência de estrutura partidária, num improviso e em meio a brigas de poder, marcadas, sobretudo, em ações digitais que disseminavam o discurso antipetista, moralista e antissistema via grupos de *WhatsApp*, *Telegram*, *Instagram* e *Facebook*, somando-se às investigações de corrupção contra o PT, que prendeu Lula, e ao declínio acentuado do PSDB em 2018. Nesse contexto político marcado pelas novas regras eleitorais, o tempo de campanha foi reduzido e com os vetos ao financiamento de empresas privadas, o apoio a Bolsonaro cresceu nas pesquisas, desencadeado o “efeito manada” o que garantiu no final do primeiro turno a adesão da grande mídia, da elite empresarial e aliados dos seus rivais. Isto é, num processo que estava sendo fortalecido entre o candidato e seu entorno, em sua maioria, defensores de bandeiras como uma intervenção militar, que impusesse ordem, e uma Operação Lava Jato forte contra políticos corruptos desencadeou uma nova forma de fazer campanha eleitoral a baixo custo e longo alcance pelas redes, reduzindo a via de contato entre o eleitorado e o candidato horário eleitoral e campanha nas ruas.

Afunilando a condução da campanha, um episódio viria marcar a campanha dos presidenciais: a facada. Durante a campanha à presidência da república, o candidato Jair Bolsonaro, do PSL, durante um comício em 6 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora-MG¹⁷, foi atingido por um golpe na região abdominal. Portando uma faca, um homem, identificado posteriormente por Adelio Bispo de Oliveira, atingiu o candidato. Esse ato, conseqüentemente, afastou Bolsonaro das campanhas, mas isso não impediu que os filhos do presidencial e ele próprio, explorassem o atentado como uma teoria conspiratória para matá-lo¹⁸. Nesse panorama político, estudiosos e analistas confirmam que a facada mudou as características da eleição presidencial. Outro fator que merece destaque é o não comparecimento aos debates. Em entrevista à revista *Veja*, declarou: “Poderia até ter participado de algum debate, mas eu vi que ia estar todo mundo contra mim. Iam partir para um massacre. Então resolvi não participar”. Frente a esses indicativos, o pleito de 2018 estava delineando-se.

¹⁶ Tomamos como referência a matéria da BBC sobre o caso, assinada por Matheus Magenta (2018).

¹⁷ G1. Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1-Portal de notícias**, Juiz de Fora, 6 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

¹⁸ Tomamos esse termo a partir da reportagem da revista *Veja*, no texto assinado por Thiago Bronzatto e Marcela Mattos (2024).

De um candidato com apenas oito segundos de propaganda eleitoral, Bolsonaro passa a ter uma superexposição na mídia; fragilizado numa cama de hospital, passa a fazer *lives*, mantendo-se longe da característica polêmica e contundente, suas marcas indelévels até então. Esse mecanismo foi estratégico: de costumaz agitador contundente na vida política, passa a selecionar o tom conforme o meio de comunicação. Segundo resgatam Piovezani e Gentile (2020, p. 203, grifos do autor), “Na campanha de Bolsonaro, ocorreu grosso modo uma distinção entre *persona* e o discurso mais palatável que circulam pela tv e a *persona* e o discurso agressivo que circulam nas redes sociais”.

É nesse panorama altamente polarizado que os candidatos Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE), Jair Bolsonaro (PL), dentre outros disputam a presidência em 2018. Numa eleição com nomes bastante conhecidos na política, o primeiro turno foi findado pela representação de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro com 29,28 % a 46,03%¹⁹, respectivamente. Nessa conjuntura favorável de fuga aos debates, *fake news* disseminadas nas redes de *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*²⁰, a polarização política e o desejo de eliminar o inimigo direcionaram o candidato do PL da condição de candidato ínfimo ao potencial candidato a se eleger. Num pleito acirrado, o segundo turno²¹ foi decidido em prol da chapa de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, com 55,13% dos votos válidos (57.797.593 votos) contra 44,87% (47.040.906 votos) de Fernando Haddad.

2.2 A (des)construção no plano governamental de Estado

O observatório desse resultado encaminha Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da nação para colocar em prática um perfil de governo propenso, segundo Rocha (2020), a (des)construir para construir. Nesse sentido, numa analogia à terra arrasada pela influência da esquerda, o país precisava ser reconstruído. Esse tom pode ser resgatado nas palavras declaradas durante um jantar na Embaixada do Brasil em Washington, conforme noticiado pela *Veja* em 2018²²: “Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa, para depois

¹⁹ Dados do primeiro turno disponível no portal de notícias UOL, no texto *Apuração de votos e resultado das Eleições 2018: Presidente, governador, senador e deputados eleitos* (UOL, 2018).

²⁰ Tomamos como referência o artigo das professoras Evandra Grigoletto e Fernanda Galli, intitulado *O funcionamento discursivo das hashtags: processo de (des)identificação ou aderência?*, assim como o artigo que desenvolvemos ao final da disciplina de Seminários: *NEGACIONISMO X CAPITALISMO: O DISCURSO DE BOLSONARO NA PANDEMIA E A (RE)ATUALIZAÇÃO NAS REDES*.

²¹ Dados do segundo turno disponível no portal de notícias UOL, no texto *Segundo turno Jair Bolsonaro X Fernando Haddad: Apuração dos votos e resultado das Eleições 2018* (UOL, 2018).

²² MARIN, Denise Chrispim. ‘Temos de desconstruir muita coisa’, diz Bolsonaro a americanos de direta. *Veja*, Política, [S. l.], 18 mar. 2019/ atualizado em 1 mar. 2019. Disponível em:

começarmos a fazer”. Nessa esteira, um plano para governar o Brasil²³ foi escancarado aos brasileiros e brasileiras, mostrando a que interesses esse governo estaria alinhado. Sob o *slogan* “O Brasil livre”, o programa governamental²⁴ objetivava:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros. (Plano, 2018, p. 2).

Logo, o programa de governo apresentado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), “O caminho da prosperidade”, foi calcado em pautas conservadoras, nas duras críticas aos governos do PT e no enfrentamento à corrupção. São destacados no programa a estabilidade, a riqueza e as oportunidades de livre escolha individual, assim como um Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas. Nessa toada, segundo o programa, imperava uma nova forma de governar nos campos da economia, segurança, saúde, educação, infraestrutura, ciência, tecnologia, entre outros.

É esse cenário de “(re)construir, de (re)fazer”, que nos faz conjecturar/ inferir que as pautas governamentais do neoliberalismo, da luta de classes e da arquitetura da destruição são expostas num processo que já vinha sendo delineado desde o golpe de 2016, cujas reformas atendiam a interesses capitalistas. Foi nesse cenário de obscurantismo que Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república em 1 de janeiro de 2019.

A partir da sua posse, ele construiu uma estrutura ministerial marcada pelos chamados superministérios. Entre eles, o que teve mais força e destaque, certamente, foi o da economia, liderado por Paulo Guedes²⁵, contumaz defensor das políticas e práticas neoliberais. O chamado

<https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>.

Acesso em: 15 mar. 2023.

²³ PLANO de governo Bolsonaro 2018. **O caminho da prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. [S. l.], 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

²⁴ PLANO de governo Bolsonaro 2018. **O caminho da prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. [S. l.], 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

²⁵ Paulo Guedes, uma voz marcante na defesa dos princípios liberais, teve sua formação em Economia pela UFMG, mestrado na FGV. Na Universidade de Chicago, berço do liberalismo mundial, teve aulas com Milton Friedman e outros vencedores do Nobel de Economia. Guedes se converteu ao liberalismo e foi para o Chile conferir de perto as reformas econômicas da ditadura de Pinochet, comandadas pelos Chicago Boys, na década de 1980. Crítico ativo e ácido em relação à falta de controle dos gastos públicos de planos econômicos como o Cruzado, o Collor e o Real, além do inchaço do governo nos anos em que o PT esteve na presidência. O anseio de Guedes era fazer reformas semelhantes às feitas pelos militares no Chile e pela primeira-ministra Margaret Thatcher no

superministério da Economia empreendeu a fusão dos ministérios da Fazenda e Planejamento, agregando a Receita Federal e parte do Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Desde que fora anunciado para a pasta, o ministro da Economia ratificou a importância das ações implementadas por Michel Temer, como a reforma da previdência e a aprovação do teto de gastos pela Emenda Constitucional 95. No discurso da posse²⁶, compromete-se a enxugar a máquina pública, fazer a reforma da previdência e administrativa aliada às privatizações (Guedes, 2018).

Também teve grande importância de destaque o Ministério da Justiça, que passa a incorporar o Ministério da Segurança Pública. Sob o comando do ex-juiz Sérgio Moro, tinha a função de cumprir a agenda anticrime e anticorrupção no Brasil. Com essa junção, os temas corrupção e crime organizado passam a fazer parte da mesma pasta ministerial. No entanto, essa agenda durou um pouco mais de um ano. A relação conflituosa de Bolsonaro e do ministro deu-se desde o início do mandato, uma vez que Bolsonaro fazia constantes intervenções na PF com objetivo de obter informações privilegiadas²⁷. Nesse embate, o ponto final dessa aliança aconteceu após a exoneração do diretor-geral da PF (Polícia Federal), Maurício Valeixo, profissional de confiança do ex-juiz. Logo, estes pontos culminaram na saída de Moro: o choque de protagonismo ficara escancarado, Bolsonaro descumprira o compromisso firmado com Moro de que teria carta branca para fazer nomeações e exonerações. Associado aos conflitos citados, o descontentamento do ministro diante da condução adotada pelo ex-presidente na pandemia, considerando também a exclusão de decisões importantes no combate à pandemia e na judicialização junto ao STF, bem como as declarações escancaradas de Bolsonaro para a futura vaga do STF ser ocupada por um candidato extremamente evangélico.

De igual modo, ministérios importantes foram simplesmente relegados, a exemplo do Ministério da Cultura, que foi extinto e incorporado pela Cidadania e Turismo. O Ministério do Trabalho foi dizimado, e suas atribuições distribuídas entre três pastas: Economia, Justiça e Cidadania. As concessões de cartas sindicais e a fiscalização das condições de trabalho, por

Reino Unido. Essa chance veio com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018. Dessa forma, Paulo Guedes consegue emplacar a reforma da Previdência e idealiza a reforma tributária, ainda mantém aprovação do Teto de gastos pela Emenda Constitucional 95 implementada por Michel Temer. Essas ações são reflexo de um alinhamento ideológico, político e econômico estava posto no plano governamental de Estado. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/paulo-guedes/>. Acesso em 20 abr. 2023

²⁶ O discurso da posse de Paulo Guedes pode ser acessado em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf>.

²⁷ LOPES, Natha. Por que Moro deixou o governo Bolsonaro?. **Portal de notícias UOL**, Política, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/moro-ministro-da-justica-deixa-governo-bolsonaro-motivos.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

exemplo, ficaram com a pasta da Justiça. O Ministério de Direitos Humanos passa a ser Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Meio Ambiente continuou com status de Ministério, porém remodelado nas atribuições, a exemplo da gestão de áreas de preservação, que passaram para o Ministério da Agricultura. O mesmo Ministério da Agricultura passa a gerenciar Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Esse cadastro consiste no registro e monitoramento dos imóveis rurais com informações da área de vegetação, nascentes, entre outras, a fim de manter a preservação ambiental dessas áreas.

Adicionalmente a essa nova arquitetura ministerial, destaca-se a atribuição dada ao Ministério da Agricultura, que passou a identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas. E, no contrassenso, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) passa a ser vinculada ao Ministério da Justiça. Ações, que, entre outras, culminam no completo abandono, durante a pandemia, dos povos originários. Segundo Relatório final da CPI, há discursos anti-indigenistas contumazes pelo atual governo, a exemplo do que Bolsonaro deixou escancarado após sua eleição em 2018: “nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós.” (Brasil, 2021, p. 581). Essa prática de desprezo aos indígenas denota um projeto governamental integracionista que é colocado em prática nessa transferência para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Medida Provisória nº 870, de 2019, decisão essa que foi revertida pelo Judiciário (*Ibid.*, 2021, p. 594).

Portanto, nesse viés de redução de ministérios, e valorização de superministérios, o modo como o novo governo organizou-se diz de suas prioridades e antecipa o descaso com a população e as minorias. Importa notar, ainda, o que essa arquitetura ministerial nos diz acerca das questões que foram “ignoradas” e /ou daquelas populações colocadas em uma situação de imensa vulnerabilidade. Dito de outro modo, as mudanças ministeriais, feitas no mandato de Jair Bolsonaro, convergem para os interesses do capital, visando o Estado mínimo. É nessa via da desassistência que a maior crise sanitária mundial se instalou no Brasil.

2.3 A irrupção da pandemia

A pandemia do SARS-CoV-2 teve origem provável na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Segundo Ujvari (2020), após a OMS (Organização Mundial da Saúde) ter recebido um alerta, a cidade conhecida como centro político, econômico e financeiro do interior, poderia, pelo tráfego humano, globalizar a nova pandemia. Consecutivo ao referido alerta, o mercado central de frutos do mar de Wuhan foi fechado, e, em uma semana, um novo

coronavírus foi batizado de SARS-CoV-2, assim como a doença ocasionada por ele, que foi chamada de Covid-19. Porém, a epidemia já caminhava a passos largos. Os médicos chineses, ainda em novembro, mostravam-se preocupados com a existência de um novo vírus. Um homem de 55 anos, diagnosticado com uma pneumonia de causa desconhecida já poderia estar acometido da doença, e não demorou para que o vírus atingisse os demais continentes. Numa propagação bastante acelerada, descontrolada e desconhecida, tomou a comunidade científica, autoridades públicas e a população em geral em medos e incertezas. A fim de determinar a origem natural da epidemia, a OMS, juntamente com cientistas do mundo todo, no final de 2020, lança um documento de 120 páginas, ratificando que “a tese mais aceita diz que o vírus passou do morcego para um mamífero intermediário, e dele para o ser humano. A transmissão de um morcego diretamente para um humano também foi apontada como uma hipótese possível e provável”²⁸.

Adicionalmente, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a Covid-19 como estado de Emergência Internacional de Saúde Pública, o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Então, em 11 de março de 2020, com a notificação de mais de 110 mil casos, a OMS declarou a pandemia de Covid-19²⁹. Nesse contexto situacional, a referida instituição traça diretrizes para evitar a propagação e o combate ao vírus e, para tal, determina, entre outras medidas, intervenções eficientes denominadas medidas não farmacológicas (MNF), cuja finalidade seria retardar a propagação do vírus, incluindo: higienização das mãos, etiqueta respiratória, uso de máscaras, além do isolamento social de toda a população, especialmente a população mais vulnerável, dentre elas, a população idosa e grupos de risco³⁰ (Oliveira; Pires, 2021). Essas medidas mostraram-se desafiadoras no âmbito das autoridades públicas, visto que já eram previstos impactos nas relações sociais, psicológicas, educacionais e no setor econômico. O presidente da OMS — Tedros Adhanom Ghebreyesus — destaca e ratifica a importância de detectar, testar, tratar, isolar, rastrear e mobilizar, evitando que os casos se tornem aglomerados (*clusters*), culminando numa transmissão comunitária. No cenário descrito, os países precisavam encontrar equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar as disrupções econômicas/sociais e respeitar os direitos humanos.

²⁸ BUTANTAN. Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem. **Portal do Butantan**, São Paulo, [2020?]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 7 mar. 2023.

²⁹ Dados disponíveis no portal da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), em texto publicado no ano de 2020. Cf. OPAS, 2020.

³⁰ Levantamento feito pelo Senado Federal com base nas orientações da OMS, organizado por Nelson Oliveira e Yolanda Pires (sob supervisão), em 2021. Cf. OLIVEIRA; PIRES, 2021

Quando o primeiro caso no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, consequentemente, novos milhares de casos foram se alastrando pelo país, exigindo rápidas e assertivas ações do Ministério da Saúde. Os rumores e os registros do vírus exigiram do ministério uma postura que convergisse ao que a OMS preconizava. Logo, o Ministério da Saúde, representado então pelo ministro Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, alinhado aos protocolos internacionais, orienta a população a não participar de aglomerações e incentiva medidas de precaução, além do isolamento em casos de sintomas. Essa postura do ministro despertou no presidente um descontentamento, pois, segundo assessores, estaria “dando munção para os opositores do governo”. O esperado do ministro é que adotasse um discurso mais alinhado ao do Palácio do Planalto no combate ao coronavírus, bem como incorporasse “ao discurso falas sobre o direito dos cidadãos de participar de protestos, além da defesa da ideia de que a atividade econômica do País não seja paralisada em meio à crise sanitária”³¹.

Mandetta se mantinha na corda bamba, por defender o isolamento social, a quarentena e não compactuar com as medidas sugeridas pelo gabinete paralelo³², aliadas ao incentivo farmacológico da hidroxicloroquina. Frente à evidente prevaricação, o ministro Marco Aurélio Mello do STF transfere aos estados e municípios a gestão de combate à Covid-19. Nesse conturbado momento de descontrole de discursos e ações, Mandetta é substituído por Nelson Teich, médico oncologista, que fica no cargo menos de um mês. Ele pede demissão não por discordância da pauta implementada, mas sim por não ter autonomia frente ao Ministério da Saúde e discordar do tratamento precoce (Kit Covid).

Posteriormente, nas oitivas feitas pela CPI da Covid-19, os dois ministros referenciados ratificaram em seus depoimentos que existia um aconselhamento paralelo por pessoas que não integravam a pasta da saúde. O chamado gabinete paralelo era composto por Nise Yamaguchi,

³¹ CARTACAPITAL. Em meio à crise do coronavírus, Bolsonaro cobra tom mais político de Mandetta. **Carta Capital**, Política, [S. l.], 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-crise-do-coronavirus-bolsonaro-cobra-tom-mais-politico-de-mandetta> . Acesso em: 22 ago. 2021.

³² O gabinete paralelo só veio a público a partir da instalação da CPI de Covid-19, conforme reportagem de Constança Rezende e Raquel Lopes (2021), no portal da *Folha de São Paulo*. Cf. REZENDE; LOPES, 2021. Segundo conclusões do Relatório final da CPI, identificou-se que o gabinete paralelo era composto por médicos, políticos e empresários. O grupo, que não tinha investidura formal em cargos públicos, prestava orientações ao Presidente da República sobre o modo como a pandemia da Covid-19 deveria ser enfrentada e participava de decisões sobre políticas públicas, sem que fossem observadas as orientações técnicas do Ministério da Saúde. O fato de não integrarem os quadros da Administração Pública, além de atrapalhar o planejamento e a execução dos trabalhos de combate à Covid-19, servia para ocultá-los e dificultava sua responsabilização pelos atos praticados. A CPI também pôde concluir que um dos principais objetivos do gabinete paralelo era o aconselhamento do Presidente da República para que fosse atingida a imunidade de rebanho pela contaminação natural no Brasil. Essa estratégia levou o Presidente Jair Bolsonaro, por um lado, a resistir obstinadamente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como o uso de máscara e o distanciamento social e, sobretudo, a não conferir celeridade na compra de imunizantes, mas, em sentido oposto, a dar ênfase à cura via medicamentos, por meio do chamado “tratamento precoce”. (Brasil, 2021, p. 1271).

Osmar Terra, Arthur Weintraub, Carlos Wizard e Paolo Zanotto, que confirmaram que assessoravam o presidente, mas negaram se tratar tal suporte seria esse agrupamento alternativo ao ministério. Essa negativa, no entanto, difere do apurado pela comissão, que, na conclusão do relatório, ratifica a visão de que a epidemia não teria chegado aos níveis alarmantes se não houvesse o assessoramento do Gabinete Paralelo. Ou seja, as decisões e os discursos do ex-presidente Bolsonaro influenciaram o comportamento de milhões de brasileiros e brasileiras, estando esses dizeres pautados em um alinhamento de que a economia não podia parar, concedendo esperança para que as pessoas saíssem às ruas, retornassem ao trabalho. Na verdade, uma pseudo esperança de proteção e salvação foi o plano governamental de Estado apresentado aos brasileiros e brasileiras, representada pela hidroxicloroquina.

Nesse paradoxo anticientífico instaurado no Ministério da Saúde, assumiu a pasta o general da ativa, Eduardo Pazuello, junto a outros militares sem qualquer qualificação para o cargo. Alinhados aos disparates defendidos pelo Gabinete Paralelo, chancelados e protagonizados por Bolsonaro, o tratamento precoce e a não adesão às MNF foram colocadas em prática na pasta da saúde e começaram a vigorar no país um tratamento. Portanto, sem um plano eficaz de controle da pandemia, o gabinete paralelo e seus integrantes, os agentes de desinformação, assumiram a gestão da crise sanitária, tendo como objetivo “avalizar teses bolsonaristas, pregar o negacionismo e combater medidas sanitárias como *lockdown*, uso de máscaras, distanciamento social e as vacinas” (Brasil, 2021, p. 741), empurrando o país no caminho do abismo.

Nesse período, circularam, conforme apurou a CPI, slogans e vídeos que traziam em destaque: “O Brasil não pode parar.”, “O Brasil é gigante e o desafio de vacinar os brasileiros também. Mais que saúde, é uma questão humana e econômica, pois muita gente depende disso [...]” e “A vida não pode parar”, respectivamente, elaboradas pela Secretaria de Comunicação (SECOM), Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

Ademais, as estratégias adotadas pelo governo federal, em consonância com o pensamento de Bolsonaro, estabeleceram quem morreria e quem viveria, já que essas ações jamais controlaram qualquer pandemia. Além da pauta econômica, fica evidente a pauta da necropolítica³³. Ao adotar o tratamento precoce e o Kit Covid (cloroquina, a hidroxicloroquina, a ivermectina e a azitromicina) — fármacos cuja eficiência no combate à Covid-19 e seus sintomas nunca foi comprovada cientificamente —, Bolsonaro, em sua eivada discursiva, afirmou, explicitamente: “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda tubaína”.

³³Tomamos como referência a noção de necropolítica estabelecida por (Piovezani; Gentile, 2020, p. 241) e de Mbembe (2018). O termo será explorado no percurso analítico das SDs.

(Brasil, 2021, p. 62). Ainda, durante o pronunciamento na ONU (Organização das Nações Unidas), em 21 de setembro de 2021, defendeu e ratificou o uso do tratamento precoce e, num discurso autopromotor, afirmou não entender o porquê de alguns países e a da mídia se colocarem contra o tratamento inicial, já que o Conselho Federal de Medicina já o teria avalizado.

Nesse cenário caótico de desgoverno, em 24 de março de 2021, o país atinge a marca de 300 mil mortes por Covid-19. Nesse mesmo dia, Luís Roberto Barroso, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, determinou a instalação da CPI (Comissão Parlamentar Inquérito) frente ao descontrole no combate à pandemia pelo governo federal. A finalidade da CPI, conforme relatório final, foi de apurar ações e omissões do governo federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Para os objetivos deste trabalho, será observado, com destaque, o papel do presidente na condução governamental de Estado no combate à Covid-19. Aqui, é necessária uma pausa para refletir acerca do lugar social-institucional e o peso que tem, então, um discurso proferido a partir desse lugar, pois é nesse espaço que o indivíduo é interpelado em sujeito do discurso. Nesse processo, o lugar social de presidente constrói a imagem de presidente, determinando o que pode ou não ser dito. Partimos do entendimento com Grigoletto (2007, p.4) desse lugar ocupado pelo sujeito na sociedade como determinante do/no seu dizer. Porém, “ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso”. Ou seja, “O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso” (*Id.*, 2005, p. 156). Assim, conforme teoriza Daltoé (2011), “O lugar discursivo consiste em um espaço sempre-já-lá, ainda não afetado por uma Formação Discursiva, onde circulam discursos dispersos, próprios àquele lugar”. E, no caso, deste trabalho, o de presidente da república, no qual se pratica uma língua política que remete segundo Zoppi; Fontana (2011, p. 69), “a um dizer produzido no exercício do poder”.

Logo, nessa proposição conceitual, emerge o questionamento: que sujeito é esse e quais os sentidos do seu dizer na posição de presidente? Para responder, propomos um deslocamento, resgatando o Relatório final da CPI (2020, p. 133) que cita: “O historiador Andrew Roberts lembra que há a tendência de se pensar em liderança como algo inerentemente bom, mas que na verdade é algo moralmente neutro, pode-se liderar as pessoas rumo ao abismo ou às montanhas”. Nesse viés, temos um chefe de Estado encaminhando o povo brasileiro para o abismo ou as montanhas?

É importante reiterar que a propagação de informações falsas e os ataques às instituições não se limitam à opinião pessoal de Jair Bolsonaro. **Ao assumir a Presidência da República, ele assumiu as responsabilidades e atribuições do cargo que ocupa, de forma que suas declarações têm a natureza de decisões oficiais, que influenciam fortemente a população.** Dessa maneira, conclui-se que o Presidente foi ator relevante na propagação de comunicação falsa em massa no que se refere à pandemia de covid-19. (Brasil, 2021, p. 695, grifos nossos).

Assim, essa teorização serve de esteio para a circunscrição do entendimento de que a enunciação produzida a partir desse lugar social de presidente, e não de outro, atravessado pelas relações de poder, autoriza o descumprimento de uma série de medidas científicas que culminaram no comprometimento do combate à disseminação do vírus.

2.4 As marcas discursivas do negacionismo

A linguagem sempre revela o que uma pessoa tem dentro de si e deseja encobrir, de si e dos outros, ou que conserva inconscientemente. Uma pessoa pode fazer declarações mentirosas, mas o estilo deixará suas medidas expostas. (Klemperer, 2009, p. 49).

O negacionismo³⁴ denota uma prática, como a que conhecemos hoje, atribuída à negação tanto de fatos históricos quanto de evidências científicas sobre temas acerca dos quais já havia um consenso. Nessa dinâmica de criação de teorias e interpretações alternativas àquelas comprovadas pela ciência e, historicamente registradas, evidenciaram-se crenças que subvertem a razão, a fim de “legitimar uma atitude ou posição ideológica pelo uso de meias verdades, negando, assim, a existência de eventos e fatos que ameaçam a própria ideologia ou ponto de vista” (Fancelli, 2021, p. 43). Essa prática não é somente adotada por indivíduos, mas também por empresas que financiam pesquisas a fim de defender seus interesses econômicos, projetando uma ciência a serviço do negacionismo, fato que demonstra como o poderio econômico se entranha no fazer científico, reproduzindo padrões que ressoam pelo tempo até os dias de hoje.

Um grande exemplo é o caso do consumo de cigarros. Na década de 1950, com a crescente publicação científica ligando o fumo ao câncer de pulmão, quatro das maiores empresas de tabaco dos Estados Unidos traçaram a estratégia do tabaco, que consistia, segundo

³⁴ Tomo o negacionismo como prática científica cravejada de interesses capitalistas. Os historiadores da Ciência, Naomi Oreskes e Erik Conway, autores da obra “Mercadores da dúvida” contam, com detalhes, histórias reais de conspiração e manipulação das massas. Cientistas renomados, dentre eles três físicos, emprestaram sua imagem para arquitetar “o mercado da dúvida” e servir a interesses políticos e econômicos. [...] Qualquer semelhança com médicos defendendo o uso da hidroxiquina para o tratamento da COVID-19, certamente, não é mera coincidência. Quando os mercadores da dúvida eram contestados, a prática seguinte era o ataque pessoal, tal e qual ouvimos do chefe máximo da nossa nação, em diversas ocasiões.” (Takimoto, 2021, p. 88, 89, 90).

Fancelli (2021), em pagar cientistas para produzir estudos a fim de proteger a indústria, além de contar com advogados e relações públicas com o objetivo de convencer o público de que não havia consenso científico de que os cigarros causassem câncer. Como estratégia, em 1954, houve a publicação em massa em jornais dos EUA dessa falta de consenso entre especialistas, e, ainda, a divulgação de que pesquisas atualizadas indicavam diversas causas possíveis para o câncer de pulmão. Aliado a essas estratégias, o Comitê de Pesquisa da Indústria do Tabaco “criou e financiou fundações e *think tanks* para desconstruir o conhecimento científico e disseminar a desinformação” (*Ibid.*, 2021, p. 47). Após esses eventos, assim como uma fórmula descoberta, evidenciaram-se outras teorias estrategistas transvestidas de embasamento científico, quando, na verdade, atendiam a interesses específicos.

Nesse rol, temos também a rejeição da influência humana nas mudanças climáticas, o criacionismo em oposição à Teoria da Evolução, questionamentos se a Terra é plana, se o homem chegou à lua, se as vacinas são eficazes, se o Holocausto de fato existiu³⁵, tudo isso com o objetivo de atacar a ciência e os cientistas e confundir as pessoas, desencadeando impactos na vida e no planeta. Portanto, os indícios do negacionismo, nesse contexto, não são de hoje; eles operam como instrumento em várias partes do mundo e do tempo, alinhados à seleção e ao preterimento com a finalidade de legitimar uma atitude ou posição ideológica que ameaça a própria ideologia ou ponto de vista e, por que não, o capitalismo.

Ainda, segundo Fancelli (2021, p. 44), os negacionistas não se consideram/denominam negacionistas; autodenominam-se céticos, alegam adotar padrões científicos rigorosos, mas a verdade é que refutam qualquer tipo de evidência que contradiga seus interesses, portam-se como donos da verdade, mesmo na iminência de serem desacreditados frente a qualquer evidência que possa contradizê-los. Empregam o negacionismo, única e exclusivamente, para manipular a opinião pública, mantê-la ou aumentá-la. Contestam os fatos, os ignoram, a fim de manter sua imutável visão de mundo. Cabe destacar que, no negacionismo, muitas vezes, a importância dos fatos não é completamente ignorada, mas filtrada. Enquanto os cientistas utilizam o ceticismo para adquirir novos conhecimentos, buscar a verdade; os negacionistas simplesmente o utilizam para refutar a realidade, fatos inconvenientes às suas crenças, interesses ideológicos e capitalistas. Nessa dinâmica, o negacionista age não somente para

³⁵ ALVES, Gabriel. Novo livro dissecar teorias negacionistas como terraplanismo e negação ao holocausto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/11/novo-livro-disseca-teorias-negacionistas-como-terraplanismo-e-negacao-ao-holocausto.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

enganar, desacreditar a ciência, mas também como uma ferramenta política cujo objetivo é a manutenção do poder.

Partimos, desse modo, dessas considerações iniciais para dizer que o negacionismo é uma prática obscurantista que visa negar os fatos, rejeitando a realidade com objetivos de fugir de uma verdade desconfortável, a qual, em geral, se opõe a interesses econômicos e políticos de uma minoria. Interessa-nos, em especial, nesse momento, destacar, entre outras, a força inculcada na lógica do capital, sobrepondo-se ao bem-estar coletivo e à ciência, e, para manutenção disso, contanto com a utilização e/ou falseamento das práticas científicas. Nesse trabalho, vamos, portanto, partir desse olhar inicial sobre o negacionismo para analisar o funcionamento dos discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia, a fim de compreender os efeitos de sentido sobre a vida e a ciência.

2.4.1 A negação da pandemia na perspectiva da AD

Retomando o objetivo desta dissertação, a prática da negação ganha poder quando a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil no início de 2020. Dentre as práticas discursivas do ex-presidente, destacam-se: o questionamento da gravidade da disseminação do Sars-Cov-2, da infecção causada pelo vírus, a incompreensão das adoções das medidas preventivas, o não atendimento às orientações das autoridades públicas, a descrença nas vacinas e na própria existência da pandemia, o que ganha notoriedade por parte de alguns grupos e do ex-chefe de Estado, Jair Bolsonaro.

Assim, no campo da linguagem, quando pensamos em negação, recorreremos às funções sintáticas enunciativas para definir se há ou não negação. No entanto, para o/a analista do discurso, é preciso desvencilhar-se desse princípio das evidências e ampliar os horizontes analíticos. Assim, para se pensar o negacionismo, é preciso refletir acerca das materialidades discursivas que mobilizam o intrincamento da história, da ideologia e da língua, movimento contraditório, tenso e opaco. Dessa forma, a partir das materialidades discursivas, o/a analista compreenderá as tensões que se produzem e que se sustentam no âmbito da interpretação. Para tanto, ele/ela necessita de um olhar teórico firme, responsável e distinto que vá além das estruturas da negação, percebendo marcas que são mobilizadas quando o/a analista vai desfazendo os nós discursivos através das inversões, paráfrases, (re)formulações, deslocamentos, entre outros, a fim de perceber o modo de produção dos efeitos de sentido. Portanto, com base nas reflexões acerca do negacionismo, coadunamos com Gilson (2022, p. 41) ao pensar o discurso negacionista,

identificado assim, por uma formulação adjetivada, parece abarcar melhor o funcionamento desse discurso em análise, uma vez que ele não trabalha apenas no aspecto de produzir negações, mas num conjunto mais amplo e diverso de enunciados (que podem incluir afirmações, perguntas, metáforas, entre outros) e que discursivamente produzem um efeito de sentido de negação a algum já dito no interdiscurso.

Ainda no viés dos efeitos de sentido, é pujante refletir que o negacionismo está a serviço de uma ideologia, do capitalismo, cujos efeitos não somente promovem a exclusão do outro, do diferente e daquilo que lhe é desconhecido, como também se apropria, se adapta e subverte, conforme percorrido nestas condições de produção. Portanto, o discurso negacionista nasce a partir da anulação da razão, contribuindo para discursividades que subvertem a razão, produzindo efeitos de irrefutabilidade e de verdade no âmbito social. Assim, transvestidas da ordem persuasiva, agem na representação da realidade como homogênea, desprovida de contradições, muitas vezes, torcida para que, pela ciência, não sejam passíveis de questionamento.

Nesse caminho que visa analisar o discurso de Jair Bolsonaro no período da pandemia com ênfase no negacionismo, faz-se necessário resgatar o estatuto do sujeito do discurso e a sua identificação com a formação discursiva a qual se constitui.

2.4.2 As noções sujeito e posição-sujeito

A noção sujeito no quadro teórico é bastante visitada e revisitada pelos/pelas analistas do discurso, já que, segundo Indursky (2008, p. 9), “esta teoria não é um corpo doutrinário cristalizado e estanque”, mas sim “um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente”. Ou seja, trata-se de uma teoria bastante dinâmica, o que é essencial para quem analisa o discurso e ao fazê-lo, se ocupa de noções como a de sujeito, que no campo teórico da AD materialista implica pensar, também, em formação discursiva, ideologia e posição-sujeito. Assim, para traçarmos a noção de sujeito, resgatamos Pêcheux (1995, p. 133) e a sua proposta de construir “uma teoria não subjetiva da subjetividade”, trazendo a articulação de duas noções, a de inconsciente e a de ideologia, essencial para entender o sujeito e, portanto, a subjetividade. No entanto, essa subjetividade, segundo Indursky (2008, p. 10), não está centrada num sujeito consciente de suas motivações e propósitos, mas sim, em

[...] um sujeito que não está na origem do dizer, pois é duplamente afetado. Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psique, este sujeito é dotado de

inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia. É a partir deste laço entre inconsciente e ideologia que o sujeito da AD se constitui. É sob o efeito desta articulação que o sujeito da AD produz seu discurso.

Nesse panorama que circunscreve o sujeito do discurso e que busca analisar o discurso performado por Jair Bolsonaro durante o período pandêmico, o presidente da república demonstra não compreender ou utiliza da suposição de “não compreensão” da dimensão do próprio lugar social e discursivo, isto é, das exigências desse lugar social, a partir de sua força institucional de máximo representante de um país. Pondo em cotejo com a teoria, segundo Grigoletto (2008), o lugar social é marcado pelo sujeito empírico; já, o lugar discursivo é preenchido/assumido pelo sujeito do discurso. Ambos se constituem mutuamente. Ou seja, a prática discursiva dá estabilidade ao lugar social; já, o lugar discursivo só existe porque o lugar social o determina, impondo sua inscrição num determinado discurso.

[...] tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é constituído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso. (Grigoletto, 2008, p. 158)

Frente à teorização, o sujeito pode assumir diferentes posições dentro de um determinado lugar discursivo, movimentos efetuados sem a consciência do sujeito. Assim, dividido entre o consciente e o inconsciente, esse sujeito pode ocupar diferentes posições no seu processo discursivo, ou seja, posições-sujeito. No entanto, para se mobilizar a noção de posição-sujeito, é preciso não a separar de outra que nos é bastante cara — a de formação discursiva (FD) — espaço em que se dá a constituição dos sentidos, ou seja, o lugar discursivo onde o sujeito e suas formações ideológicas manifestam seu posicionamento. Indo além, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (Pêcheux, 1995, p. 163). Pêcheux ainda vai acrescentar que essa identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito (1995, p. 167). Portanto, será o discurso do sujeito, pela sua identificação ideológica, que se inscreve em uma FD, pelo viés da forma-sujeito, que orienta a noção entendida como filtro para o que pode e deve ser dito no interior da FD.

Para a compreensão do conceito de Posição-Sujeito, resgatamos Courtine (2009, p. 88), que a define como “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma determinada FD”. Frente a esse entendimento,

“é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito”. Isso acontece, segundo Courtine (2009), pois o sujeito está em “descontinuidade consigo mesmo”: em toda formulação, o sujeito enunciador encontra o sujeito do saber, sem o seu conhecimento, sob forma de pré-construído e de articulação de enunciados, e as modalidades desse encontro variam ao longo da formulação. Portanto, o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, conseqüentemente, pela identificação do sujeito com determinada FD.

No tocante à concepção de formação discursiva, segundo Orlandi (1999, p. 41), “a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia”. Ou seja, o processo de produção dos sentidos está relacionado ao fato de o sentido ultrapassar a soma de significados que compõem um discurso. De tal forma, entende-se que os sentidos sempre podem ser outros, não quaisquer sentidos, mas sim que não estão fechados em si. Para Courtine (2009, p. 49), a noção de FD é entendida “não como uma totalidade, e sim como uma repartição com lacunas, de vazios, de limites e de recortes”; há, portanto, a ideia de heterogeneidade e de contradição constituintes da cena discursiva. Diante disso e em face a esse lugar ocupado pelo presidente, procuraremos evidenciar, a partir das SDs recortadas, quais efeitos de sentido são estabelecidos no tocante à FD em que se inscrevem esses discursos e que estão em embate, por sua vez, com as condições de produção nas quais foram enunciadas.

Ademais, a noção de FD passou por inúmeras modificações ao longo do percurso teórico, porém, a que se manteve foi a que a entende como o lugar onde ocorre a constituição dos sentidos. Importante destacar que esses ficam dispersos no interdiscurso e se manifestam no intradiscurso, na identificação dos sujeitos com determinada FD. Assim sendo, o sujeito, inconscientemente, manifesta seu posicionamento, suas filiações ideológicas, inerentes à sua filiação a determinada FD.

Considerando, portanto, o entendimento que se tem na AD sobre a FD e seu funcionamento, e com base na nossa leitura preliminar do corpus e da consideração das condições de produção dos discursos em análise, partimos, neste trabalho, de uma compreensão inicial, a ser reiterada ou retificada a partir de nossas análises, de que os discursos de Jair Bolsonaro se inscrevem numa FD de direita e se produzem a partir de uma posição-sujeito que designamos como fascista. Ademais, essa nossa de posição inicial se sustenta em trabalhos de outros/outras analistas do discurso, que também se debruçam sobre o discurso de Jair Bolsonaro. A exemplo do que nos traz Indursky (2020), podemos pensar que os discursos de

Bolsonaro se inscrevem na FD de direita, a partir da posição-sujeito fascista³⁶, regulados, com frequência, na busca do inimigo que precisa ser dizimado, na denegação de que a ditadura não existiu, que a pandemia não passa de “uma gripezinha”, projetando um (des)governo da morte. Tal assertiva é ratificada no quadro da AD,

[...] parte-se do fato de que os saberes estão inscritos em formações discursivas (FD) e representam o ideológico próprio da formação social de uma sociedade. E o sujeito, ao tomar a palavra, o faz a partir de uma posição-sujeito inscrita em uma determinada FD com a qual se identifica. Assim, ao materializar através da língua sua tomada de posição, o sujeito do discurso se subjetiva. (Indursky, 2020, p. 373).

A construção teórica da inscrição dos discursos de Jair Bolsonaro à FD de direita, reproduzida na posição-sujeito fascista, se dá pela mobilização do entendimento que os saberes inscritos em determinada FD representam o ideológico da formação social. Assim, o sujeito quando toma a palavra, materializa sua posição através da língua, ou seja, se subjetiva. Nesse caminho, o negar é prática languageira na vida militar e política de Bolsonaro. Nos idos de 1986, Jair Bolsonaro aparece no cenário público quando publica, na seção “Ponto de vista” da revista *Veja*, um artigo intitulado “O salário está baixo”³⁷. Neste artigo, o então capitão do Exército nega que esteja pleiteando aumento salarial, muito embora, pelas análises de Piovezani e Gentile (2020, p. 43), ele caminha para tal reivindicação:

O negacionismo é, portanto, mais um de seus procedimentos, atualizado aqui nesta denegação: Não pleiteio aumento salarial. A ele se somam ainda seu interesse corporativo e a superestimação de si e dos seus. Homem de elite e cheio de sonhos, portador de uma excelente folha de serviços e uma pessoa do meu nível cultural e social: a insistência nessa superestimação de si e dos seus.

Dessa feita, a contundência discursiva/negacionista torna-se marca desse indivíduo que delinea notoriedade e impunidade frente ao seu discurso e práticas destemperadas. Para Piovezani e Gentile (2020, p. 148), “Sua condição de protagonista e incentivador de ações violentas somadas ao expediente populistas e a projeção midiática concorreram para o crescimento de sua popularidade.”. Essa compreensão também aparece nos trabalhos de Campean (2019, p. 130), que nos diz:

³⁶ O termo é resgatado na conceituação trazida por Freda Indursky no artigo “O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil”. Estou retomando nesse ponto o que apontei mais acima, nessa mesma seção, como uma posição-sujeito de extrema direita. Reformulo, agora com mais propriedade: “o (des)presidente se subjetiva, não em uma posição-sujeito de extrema direita, mas em uma posição ainda mais radical, **a fascista, no interior da FD de direita.**” (Indursky, 2020, p. 372, grifos nossos).

³⁷ VEJA. O artigo em *Veja* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. *Veja*, Redação, [S. l.], 15 maio 2017/atualizado em 30 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 07 out. 2022.

Desde seu tempo como parlamentar, Jair Bolsonaro foi responsável por uma ampla discursividade que produziu como efeitos de sentidos: a defesa da tortura; a aversão aos Direitos Humanos; contrariedade ao Estado laico; posicionamento contra as minorias; desprezo e violência simbólica contra as mulheres; racismo, e forte homofobia, dentre outros.

Isto é, marcas discursivas da extrema-direita. Logo, essas marcas tornaram-se uma estratégia argumentativa, segundo Orlandi (2023, p. 49), que pensa essa argumentação como “um processo de eliminação do outro, pela deslegitimação, pelo silenciamento, pela dessignificação”, que visa a aproximação com a direita e extrema-direita. Dessa forma, é nesse percurso de militar “engajado” às pautas conservadoras, promotor de uma virulência discursiva e na certeza da impunidade que Jair Bolsonaro vai conquistar os cargos políticos de vereador, deputado federal e presidente da república em 2018.

Durante todos os mandatos, seja de vereador ou de deputado federal, Jair Bolsonaro manifestou discursivamente essas marcas violentas de ataque às instituições, às mulheres, às minorias, dentre outros, mas, principalmente, o enaltecimento à tortura e à denegação. No entanto, no enfrentamento da crise mundial, essas marcas discursivas ficaram desveladas e tomaram um vulto considerável, além da busca incessante do inimigo — denominado por “comunavírus”³⁸—, que precisava ser eliminado, ou melhor, ignorado para que “a normalidade” fosse mantida.

Nas inúmeras declarações de Bolsonaro, um eterno improviso fica, de fato, escancarado, assim como um protagonismo excessivo desqualificador da ciência e da vida humana. Logo, não podemos deixar de analisar e indagar esse campo de desarrazoados de Bolsonaro na condução do país no período mais difícil da história no que tange à influência como presidente frente à pandemia. Isto é, o discurso de Jair Bolsonaro a partir do lugar social de presidente produz um efeito nocivo do entendimento/combate à pandemia, revelando no/pelo discurso os interesses imbricados, as posições, a luta de classes e a que/quem de fato está a serviço, a exemplo da epígrafe deste capítulo. Isso equivale a afirmar que precisamos compreender os sentidos que circulam nessas discursividades. Com isso em mente, parto para a escuta discursiva na desastrosa atuação durante a maior crise sanitária, durante a qual Bolsonaro cinge uma gestão governamental de Estado contra a vida.

Portanto, as marcas do negacionismo que mobilizamos no início deste capítulo resgatam, na história, regularidades do que foi definido como negacionismo, bem como algumas definições trabalhadas na AD. Isso nos deu aporte teórico para pensar, segundo

³⁸ Tomamos o termo em analogia ao inimigo a ser perseguido, a expressão “comunavírus” é enunciada pelo então ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, conforme apontado em notícia do portal de notícias Brasil 247 (2021).

Indursky (2011, p. 70), que “o discurso se faz no regime da repetição, e tal repetição se dá no interior das práticas discursivas que são de natureza social”, ou seja, se há, na prática discursiva de Jair Bolsonaro, um funcionamento negacionista, este pode estar atravessado por interesses. Nesse espaço de mobilização teórica, buscamos, segundo De Nardi (2003), mostrar que há uma memória trabalhando nosso dizer que descortina os sentidos que insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultos, ora que reaparecem, fazendo furo na língua e nesse percurso, incidimos luz sobre o negacionismo que, pela historicidade, desvelam marcas revestidas por interesses capitalistas. Nessa esteira, compartilho o entendimento, segundo De Nardi (2003, p. 66):

Esses eventos esquecidos, sufocados, recortados da história sempre voltam, portanto, a fazer eco, sempre encontram uma brecha pela qual consigam mostrar-se, sempre acham um discurso em que se possam infiltrar, algo capaz de revelar sua inusitada e, às vezes, indesejada presença. Funcionam mais ou menos como as velhas histórias de família, guardadas nos centenários baús e revividas pelas curiosas crianças que remexem os antigos vestidos das bisavós, trazendo para a sala de estar as incômodas palavras do passado aparentemente condenadas ao esquecimento nos silenciosos sótãos.

Por fim, com a finalidade de analisar os efeitos de sentido, pontuamos que, para a AD, o negacionismo vai além do princípio da evidência, é mobilizada a intrincada relação entre língua, história e ideologia. Assim, com base no discorrido, analisaremos práticas discursivas performadas por Jair Bolsonaro durante o combate à pandemia de Covid-19. E, em conformidade com a epígrafe deste capítulo, podemos refletir que é no/pelo discurso que os sentidos outros poderão ser desvelados por diferentes movimentos de leitura que ultrapassem o nível linguístico mobilizados pelas análises, isto é, mover nossos passos *por esse atroz labirinto de esquecimento e cegueira* que se instalou com força no Brasil.

3 A PRÁTICA DISCURSIVA QUE NEGA A PANDEMIA

No capítulo anterior, procuramos fazer um retrato das condições de produção dos discursos em análise, considerando que delas fazem parte tanto o cenário político brasileiro — marcado pela chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil e a implementação de um Estado mínimo a partir da redução dos ministérios e implementação de superministérios —, quanto aquele da Pandemia de Covid-19. Neste capítulo, analisaremos o funcionamento discursivo dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro com ênfase no negacionismo durante a pandemia e seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, a partir das falas diretas do ex-presidente recortadas do Relatório final da CPI de Covid-19, a fim de refletir sobre os espaços em que se dá a constituição dos sentidos, ou seja, o lugar no qual o sujeito manifesta o seu posicionamento.

No entanto, antes de partirmos para as análises, faz-se necessário pensar as questões metodológicas. Sabendo que a AD distingue-se de outras áreas científicas por não possuir uma metodologia estanque, pronta ou acabada; a teoria materialista é calcada nessa impossibilidade. Assim, partindo dessa premissa, o método científico da AD é construído pelo próprio pesquisador — pesquisa discursiva —, que implica num movimento teórico analítico empreendido pelo gesto do/da analista do discurso. Dessa forma, num gesto interpretativo que é pendular, conforme nos mencionam Petri e Dias (2013, p. 40), “a Análise do discurso é uma disciplina de entremeio e o dispositivo teórico-metodológico da AD se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”. Por isso, se constitui como interpretativo, conforme teoriza Pêcheux:

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura "espontânea" reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a "leitura literal" (enquanto apreensão-do-documento) numa "leitura" **interpretativa** — que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma" (Pêcheux, 1994, p. 57, grifo nosso).

Nesse sentido, para além das evidências da aplicabilidade instrumental comum a algumas áreas científicas — e, talvez, interpretado nos princípios da AAD 69 no tocante à maquinaria discursiva —, coadunamos com Souza (2021, p. 70) no entendimento de que não há um método científico pronto, “como se ali existisse um conjunto de dispositivos analíticos a serem ‘aplicados’ para a consecução de um produto, desprezando, assim, o processo que

envolve a construção dos sentidos e o trabalho do analista diante do corpus em análise”. Nesse delineado, a AD não fornece ferramentas e instrumentos de análise; muito pelo contrário, segundo Marandin e Pêcheux ([1984] 2011, p. 113), “a AD renunciou a lhes fornecer ‘ferramentas’ de descrição, até mesmo de leitura: ‘não há leitura pronta e acabada’ do tratamento textual”. Portanto, a AD não possui qualquer método analítico pronto, ou se utiliza de instrumentos fixos de análise. O processo de análise envolve a premissa de colocar o/a analista no centro do processo metodológico — comprometido —, porém, não isento; já que se observa nas discursividades a possibilidade de múltiplos sentidos, porém, não quaisquer sentidos.

Entendemos, a partir dessas reflexões teóricas, que analisar as falas de Jair Bolsonaro, considerando o lugar ocupado de presidência da república, requer um comprometimento teórico bastante firme e responsável. Nesse viés, a busca por essas materialidades discursivas implica num trabalho árduo, já que os noticiários do país e do mundo eram atualizados diariamente com inúmeras declarações que negavam e/ou desqualificavam a pandemia de Covid-19. Muito embora, revistas, jornais e escritores tenham compilado essas declarações de Jair Bolsonaro, optamos pelo Relatório final da CPI, por ser um documento oficial, instaurado em meio ao agravamento da crise sanitária de Covid-19, devido às omissões, às irregularidades, ao caos instaurado pela falta de oxigênio na cidade de Manaus e, principalmente, segundo Relatório final da CPI, pela relevância estratégica da CPI, que buscou identificar as responsabilidades e apontar falhas no enfrentamento à pandemia, tamanha a magnitude dos números a demonstrar o descontrole da doença em nosso território. Após a Comissão Parlamentar de Inquérito ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar documentos e determinar a quebra de sigilo de dados bancários, fiscais e telefônicos nos seis meses de trabalho da comissão, é apresentada a versão atualizada do relatório em 26.10.21³⁹, compilada em 1.287 páginas cujo relator foi o senador Renan Calheiros, presidido pelo também senador Omar Aziz e pelo vice-presidente o senador Randolfe Rodrigues. As conclusões do relatório são apoiadas nas oitivas e nos documentos recebidos que permitiram o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas, incluindo o então presidente Jair Bolsonaro. Os pedidos de indiciamento foram encaminhados aos órgãos competentes, entre os quais Procuradoria-Geral da República, aos ministérios públicos estaduais e

³⁹ G1. CPI da Covid: veja as principais conclusões do relatório final. **G1 – Portal de notícias**, CPI da Covid, Brasília, 20 out. 2021. <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/cpi-da-covid-veja-as-principais-conclusoes-do-relatorio-final.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ao Departamento de Polícia Federal. Adicionalmente, a CPI propôs como parte de uma pauta positiva uma série de medidas legislativas para aperfeiçoar o ordenamento jurídico, com a finalidade de evitar equívocos semelhantes aos que o Brasil vivenciou com a pandemia de Covid-19, além da proposta aprovada para a criação de um memorial em homenagem às vítimas da covid-19, nas dependências do Senado Federal com vistas a não deixar no esquecimento a conduta irresponsável do governo federal na condução da pandemia. Por fim, o documento se faz demasiadamente relevante, pois, além do levantamento das falas do ex-presidente, do detalhamento das apurações, ações e omissões do governo federal no período da pandemia, implica, sobretudo, na identificação e na sistematização das práticas que se instalaram no Estado brasileiro, esboçando uma resposta à pandemia.

Assim, após a definição do *corpus*, encaminhamo-nos ao percurso metodológico que parte da leitura, da estruturação do arquivo e do recorte dos enunciados. Nesse empreendimento, entendemos a necessidade de descrever os passos que guiarão nossa análise, a fim de compreender o discurso do ex-chefe de Estado e os efeitos de sentido sobre a vida e à ciência, ou seja, compreender, por meio da análise, como funciona o discurso performado pelo presidente da nação e seus efeitos de sentido no período da Covid-19.

Na busca das materialidades discursivas a partir do *corpus* escolhido, selecionamos as falas diretas de Jair Bolsonaro sobre a desqualificação da pandemia, a negação desta e a relativização da vida e da morte diante da economia. Esses enunciados foram organizados a partir de categorias analíticas delimitadas por meio de uma análise preliminar do *corpus* em razão do negacionismo que pode aparecer pelo princípio das evidências. Ou seja, no uso de estruturas sintático-semânticas ou de elementos que confirmem a negação discursiva por meio da repetição, da denegação do outro, pela xenofobia social, cultural, política ou étnica, mas, sobretudo, quando são evidenciados pela ordem da repetibilidade, dos movimentos parafrásticos, da polissemia, do apagamento, da contradição, do que é silenciado. Assim, para além das estruturas formais enunciativas, é preciso, a partir dos enunciados, realizar uma análise objetivando “ler que o sentido pode ser outro” (Orlandi, 2012, p. 15), porém não qualquer sentido, buscando um conjunto de possibilidades, (re)formulações, inversões, dentre outras, que nos possibilitem perceber e compreender essa prática que se instalou no Brasil no período da Covid-19. Dito de outro modo, analisaremos, à luz dos ensinamentos de Pêcheux, o discurso de Jair Bolsonaro, apontando os traços do negacionismo que o caracterizam e as formas como esse negacionismo se produz, bem como seus efeitos de sentido, considerando-se o lugar a partir do qual se enuncia. Para tal, estabelecemos um grupo de recortes que nos encaminha para esse fio do discurso, sistematizado em:

- 1) enunciados que desqualificam a pandemia;
- 2) enunciados que negam a ciência;
- 3) enunciados relativizando a vida e a morte diante da economia.

Portanto, a partir desse caminho metodológico estabelecido, o qual compreende a seleção das materialidades discursivas, seguiremos para os blocos analíticos.

3.1 Desqualificação da pandemia

Neste percurso analítico, buscamos observar o negacionismo como regularidade discursiva para compreender o funcionamento do discurso de Jair Bolsonaro e seus efeitos sobre a vida e a ciência no contexto pandêmico, a partir do lugar de enunciação de ex-presidente da república. Assim, para este caminho teórico, mobilizamos a história, que ressoa nessa conjuntura da pandemia, resgatada pela noção de memória discursiva, o já dito em outros tempos e outros lugares. Nessa esteira, nos ancoramos em Indursky (2013, p. 93), para apontar que toda materialidade discursiva “carrega em si um conjunto de traços discursivos que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma [...] pré-construídos que funcionam como elos invisíveis que conectam à discursividade, ou seja, ao seu exterior.”. Dessa forma, temos uma relação entre discurso e repetibilidade, ou seja, o discurso está sempre atravessado pelo interdiscurso. Nessa retomada teórica, ancoramo-nos no interdiscurso e na FD como elementos que possibilitam o caminho interpretativo.

Analisar uma sequência discursiva, a partir da perspectiva da AD, implica trabalhar essa sequência na relação com outras e com o exterior específico. Assim, antes de iniciar a análise propriamente dita das SDs, consideramos importante compreender “o exterior específico de uma formação discursiva.” (Pêcheux, 1997, p. 314). Nesse espaço, há a multiplicidade de sentidos permitidos, concomitante às relações com várias formações discursivas, de onde vem os já ditos em outros lugares, ou seja, “todo complexo com dominante das formações discursivas” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 149). Logo, o interdiscurso é designado como aquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, funciona como o regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, relacionando a articulação entre um enunciado discursivo produzido na atualidade com o já proferido. Nesse sentido, resgatamos Courtine (2016, p. 23):

O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante pelo qual o saber de uma FD é conduzido, em função das

posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, para gerar sua redefinição ou retorno; para suscitar também a retomada de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também para lhe provocar, eventualmente, seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua degeneração. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber daquela FD, pode ser referido como aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras.

Nesta via, quando se constitui como materialidade discursiva, discursos outros se entrelaçam; assim, o interdiscurso configura a memória discursiva, o lugar do pré-construído. Em grande medida, funciona como o regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD que, em sua (re)configuração, permite redefinições, apagamentos, esquecimentos entre os elementos de saber de uma FD. Nesse caminho teórico, o discurso se constitui sob o primado do interdiscurso, ou seja, a memória discursiva são esses sentidos outros, já cristalizados e legitimados pela sociedade, que são retomados pelo intradiscurso: “simulacro material do interdiscurso, na medida em que fornece-impõe a “realidade” ao sujeito, matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante numa determinada formação discursiva que o assujeita” (Leandro Ferreira, 2001, p. 18). No entanto, este é, muitas vezes, apagado pela ideologia, para produzir o efeito de homogeneidade discursiva. Ainda, é importante destacar que o interdiscurso atravessa o intradiscurso, ou seja, num processo de repetibilidade que parte do já dito, o sujeito assujeitado seleciona “livremente” as palavras. Assim, ao pensarmos o discurso como uma teia a ser tecida, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer.

Logo, para buscarmos o fio discursivo em que se materializam os sentidos contrários à existência e à gravidade da pandemia, construindo a desqualificação da mesma, faz-se necessário compreender pelas SDs o funcionamento negacionista clássico e os funcionamentos outros. Nesta perspectiva, entendemos que desqualificar implica a utilização, como estratégia discursiva do ex-presidente, de expressões como “gripezinha”, “histeria”, “fantasia”, “pequena crise”, dentre outras; assim como atitudes e ações por parte do ex-chefe da nação que incentivaram a aceleração da contaminação (não utilização das MNF — medidas não farmacológicas), incentivo às aglomerações e uso de medicamentos sem comprovação científica, adicionadas à propagação de falsas soluções. Neste sentido, faço uma primeira entrada analítica tomando como referência a Sequência Discursiva — SD1:

SD1⁴⁰ — 1.a. “uma pequena crise”

⁴⁰ As SDs 1 a 36 compreendem as falas diretas de Jair Bolsonaro retiradas das transcrições feitas no Relatório final da CPI de Covid-19.

2.a. “muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é tudo isso que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo”

3.a. “outras gripes mataram mais do que essa”⁴¹

Na SD1, as falas de Jair Bolsonaro são colocadas em relação parafrástica no interior do relatório, projetando o funcionamento da equação entre Covid-19 equiparada a uma gripezinha, desqualificando-a. Partimos desse entendimento, pois, quando Jair Bolsonaro declara que é “uma pequena crise”, aliada a uma negativa textual, neste caso, pelo uso do advérbio “**não** é tudo isso”, que pode ser marcado por uma negação que minimiza o vírus da Covid-19, e a assertiva de que a pandemia é uma fantasia da mídia, categorizando-a e inferiorizando-a em relação a outras gripes. Dessa forma, quais os efeitos de sentido desse dizer a partir da posição-sujeito de presidente da nação? Jair Bolsonaro ao projetar pelo seu dizer que a pandemia não merece alarde, preocupação, instaura, a partir da sua posição-sujeito de presidente, essa despreocupação com a pandemia que toma assento no Estado brasileiro.

Ao analisarmos o funcionamento discursivo do enunciado: “uma pequena crise”, na materialização discursiva, ao colocá-la no patamar de pequena crise, está pondo em cotejo a grande crise, logo, percebemos funcionamentos outros. Que sentidos estão postos quando o presidente da nação a categoriza como pequena crise? O que implica ser uma grande crise? Nesse contraponto da pequena crise associada a outras gripes⁴², uma grande crise, seria a crise econômica? Dessa forma, ao fazermos a leitura que propomos, estamos, segundo Orlandi (1999, p. 27), indo além do que está na superfície das evidências. Para estabelecer isso, mobilizamos à esteira do movimento parafrástico, entre o dito e o não-dito, ou seja, outro modo de dizer, outras palavras que produzem outros efeitos de sentido. Em destaque a categorização marcada proporcionalmente:

coronavírus = fantasia, gripe(inha), pequena crise

ou

gripe(inha) = coronavírus, fantasia, pequena crise

⁴¹A SD1 é composta por três sequências discursivas em relação parafrástica, retiradas do relatório por fazerem parte das Condições de produção. “Em março 7 de março de 2020, Bolsonaro convocou a população a participar de manifestações contra a Suprema Corte, ato antidemocrático que sabidamente causaria aglomerações. No dia 10 desse mesmo mês, afirmou que a pandemia era “**uma pequena crise**”, que, em seu entender, era “**muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é tudo isso que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo**”. No dia seguinte, disse que ouviu que “**outras gripes mataram mais do que essa**”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 173, grifos nossos).

⁴² Tomamos em referência às crises pandêmicas que se delinearam em momentos da história da humanidade: a gripe espanhola assolou o mundo em 1918/1919, se alastrando pelo mundo todo, deixando milhões de mortos e ganhando, com isso, a fama de a grande “mãe das pandemias” dos tempos modernos.

Nesse movimento observamos, pelo menos, dois efeitos de sentido possíveis que remetem à desqualificação da pandemia: (1) o coronavírus é equiparado a uma fantasia, a uma gripe(inha) e a uma pequena crise social, ou seja, não tem relevância; (2) a pequena crise, o coronavírus, seria uma fantasia equiparada a uma gripe no sentido de algo comum, corriqueiro, enfrentado muitas vezes na história da humanidade sem grandes problemas. Essas desqualificações desvelam a preocupação do (des)governo de Bolsonaro, evidenciando a predileção pela economia que explora, que mata, em detrimento da vida. Segundo Piovezani e Gentile (2020, p. 243):

Amparado no suposto dilema entre saúde e economia, Bolsonaro consegue em boa medida emplacar a mentira que a recessão econômica, os altos índices de desemprego, as dificuldades das classes médias e as penúrias dos pobres é culpa da pandemia e a de que a solução é sacrificar o bem-estar físico em benefício da retomada do crescimento econômico a ser revertido em melhora das condições de vida para todos.

Ainda na SD1, resgatamos o enunciado do relatório que, na sua constituição, além das falas diretas de Bolsonaro, trazem as condições de produção do enunciado que convocam a população a participar de atos antidemocráticos contra o Superior Tribunal Federal,⁴³ quando a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) era de manter o distanciamento social.

Na incessante busca de inimigos, estabelecido nas condições de produção desta pesquisa, o STF pode ser delineado — assim como o PT — como o inimigo que precisa ser eliminado, já que ambos são constantemente atacados nas falas do ex-presidente. Jair Bolsonaro, em vários momentos de sua carreira política, declarou guerra ao poder judiciário, inclusive solicitando o *impeachment* de Alexandre de Moraes, ministro do STF⁴⁴. Nesse terreno fértil da busca do inimigo, Jair Bolsonaro se vale da LTI, do latim, *lingua tertii imperii*, traduzido para Linguagem do Terceiro Reich. Segundo Piovezani e Gentile (2020, p. 13), “A LTI transforma tudo em apelo e exclamação e usa *ad nauseam* o que podemos chamar de aspas irônicas. Na LTI, o emprego irônico predomina largamente sobre o neutro, pois ela odeia a neutralidade. Precisa sempre de um adversário a ser rebaixado”. Assim sendo, dentre as inúmeras estratégias discursivas alinhadas à LTI utilizadas pelo ex-presidente, destaca-se a

⁴³ PODER 360. Bolsonaro convoca via WhatsApp ato contra Congresso e STF. **Poder 360**, [S. l.], 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-convoca-via-whatsapp-ato-contra-congresso-e-stf/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

O vídeo que circulou nas redes convocando a população para as manifestações do dia 15 de março de 2020, pode ser acessado no canal do YouTuber do portal Poder 360. Cf PODER 360, 2020.

⁴⁴ AMARAL, Luciana; PADEIRO, Carlos; MARQUES, Gilvan; NEVES, Rafael. Bolsonaro entrega pedido de impeachment contra ministro Alexandre de Moraes. **UOL**, Brasília; São Paulo, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/20/bolsonaro-pedido-impeachment-moraes-stf.htm>. Acesso em: 02 abr. 2023.

busca do adversário que precisa ser rebaixado e combatido. Ou seja, se antes o inimigo era o PT, agora o STF se mostra como o algoz do governo Bolsonaro.

Nesse entrelaçamento da incessante busca do inimigo, o cenário da irrupção da crise entra em cena e o inimigo de fato aparece — o vírus. Logo, o ex-chefe de Estado, no tom do pânico generalizado, assume uma postura de desqualificação/negação da pandemia. Ou seja, conforme as palavras no prefácio da obra — pandemia, Covid-19 e a reinvenção do Comunismo — “se vê confrontado com o inimigo real que ameaça destruir sua retórica de campanha e seu método de governo baseado na produção imaginária de inimigos. A peste ameaça a ordem” (Žižek, 2020, p. 10). Ainda, referenciando o prefácio da obra por Christian Ingo Lenz Dunker, destacamos a postura do governo brasileiro em relação a outros países: aqui, “a pandemia nos atravessa em meio a uma crise econômica e a uma divisão social organizada pela paranóica da produção de inimigos, da autopurificação e do higienismo anticorrupção” (*Ibid.*, p. 8).

Por fim, na análise da SD1, ratificando o movimento de atenuação da pandemia de Covid-19, segundo a declaração de Bolsonaro, o coronavírus produz um efeito de sentido de um discurso fantasioso criado e disseminado pela mídia, bem como a comparação que outras gripes tiveram um poder de morte muito maiores. Dessa forma, a negação da pandemia, aliada à convocação para a “normalização” da vida e, especialmente do consumo e do trabalho, deixa marcado o atravessamento dos ideais capitalistas constituintes da argumentação de Bolsonaro. Assim, cabe pensar que sentidos estariam circulando quando o ex-chefe da nação declara que a pandemia seria o discurso fantasioso disseminado pela mídia.

Enquanto a OMS, nesse mesmo período, trazia a preocupação e a urgência de buscar respostas e protocolos a fim de dirimir os efeitos do vírus, Jair Bolsonaro, ocupando a chefia do Estado, posiciona-se contrariamente ao que as autoridades sanitárias projetavam como protocolo viável, assim, o chefe de Estado Brasileiro produz um dizer que materializa o descaso com as recomendações dos órgãos internacionais, autoridades sanitárias e comunidade científica. Seguindo o que nos mostra Orlandi (2023, p. 20), para além de tratar esse discurso como um trabalho de persuasão do outro em favor de determinados posicionamentos, é preciso se perguntar, considerando o “complexo processo de identificação do sujeito com uma formação discursiva”, a que FD se filia Jair Bolsonaro para poder dizer o que diz? E que saberes circulam no interior dessa FD a partir do qual enuncia esse sujeito?

Dessa forma, ainda que consideremos que são porosas e desestabilizadas as fronteiras de FD, entendemos, com Leandro Ferreira (2020, p. 118) que “os limites das formações discursivas adquirem uma permeabilidade intrínseca, possibilitando um intenso movimento de deslizamentos e/ou derivas nos/dos sentidos”. Assim, pensamos ser possível considerar como

um ponto de partida que, no caso dos discursos em análise, estamos diante, como nos diz Orlandi (2023, p. 13) ao falar sobre “a historicidade que nos faz ver a deriva de um discurso da direita, para o que chamam discurso da direita ultraconservadora até alcançar a extrema-direita”. Essa guinada, ainda segundo Orlandi (2023, p. 50), envolve a posse do poder simbólico, isto é, uma guerra ideológica que envolve poder de dominação, assim o outro é o mau (mal), o “inimigo”, entendido como a Esquerda, e, nessa guerra ideológica, a escolha entre o bem (extrema-direita) e o mal (esquerda) ganha o poder político do país “a extrema-direita instalou-se com seu discurso no Brasil atual: propalada pela mídia, com assento no congresso, formaram suas lideranças” (*Ibid.*, p. 53) com o objetivo de “tamponar o discurso da esquerda” (*Ibid.*, p. 55).

Nossas análises apontam, portanto, que ao enunciar sobre a pandemia, nos recortes trazidos acima, Jair Bolsonaro o faz a partir de sua identificação com uma FD de direita, conforme Indursky (2020), caracterizada pela construção de: o econômico estar sempre na vanguarda das políticas empreendidas no governo Bolsonaro, desde que assumiu a presidência do Brasil, em 2019; como também se subjetiva na posição-sujeito fascista pela incessante busca do inimigo, defesa da ditadura e a desqualificação/atenuação da pandemia. Há ainda, nesse processo, a mobilização dos saberes oriundos da extrema-direita pela forma-sujeito da extrema-direita, muito mais radical, principalmente, pelo esteio das políticas neoliberais. Ou seja, nesse funcionamento discursivo, há uma guerra de sentidos que visa, segundo Orlandi (2023, p. 89), “bagunçar sentidos, criar confusão, o mal-entendido, a contradição, o equívoco, o desarrazoado. Porque essas são as condições favoráveis para a sobrevivência do discurso da extrema-direita. O barulho é a voz deste tipo de governo de extrema-direita”.

Nesse movimento de filiação do discurso de Jair Bolsonaro à formação discursiva, circunscrevemos nosso entendimento dessa identificação a partir da definição de Indursky (2020, p. 377 destaque nosso):

Como sabemos, os sentidos deslizam de uma FD para outra, pois suas fronteiras são porosas. E os saberes, ao deslizarem, trazem consigo pré-construídos carregados de um determinado espaço de memória. Quando esses saberes nazifascistas são atualizados, entendo que eles se inscrevem em uma **FD de direita e em uma posição-sujeito fascista**. Isso significa, vale sublinhar, que a FD de direita é extremamente heterogênea, pois há saberes nela inscritos provenientes de diferentes regiões do interdiscurso. Essa heterogeneidade indica que a forma-sujeito que organiza essa FD se fragmentou em várias posições-sujeito (Indursky, 2008), entre elas, uma posição-sujeito de extrema direita, na qual se inscrevem os defensores do neoliberalismo, que defendem privatizações, reformas previdenciárias e trabalhistas, respeitando, entretanto, as Instituições. Ou seja, tais reformas, embora não sejam consensuais, não são feitas ao arrepio da Lei. Por outro lado, também há, nessa FD de direita, uma posição-sujeito fascista, com a qual se identificam os que defendem a ditadura, a eliminação das Instituições, a censura, a tortura, a morte e onde o Estado de Direito

passa ao largo. Com base nessa distinção, pode-se afirmar que nem todo sujeito que se identifica com uma posição-sujeito de extrema direita é fascista, embora ambas se aproximem em muitos aspectos, podendo mesmo estabelecer alianças entre si. Entendo que é uma aliança dessas duas posições-sujeito que sustenta o atual governo.

Entendemos, portanto, com Indursky (2020, p. 378), que estamos diante de um discurso que se inscreve em uma FD de direita e que é enunciado a partir de uma posição-sujeito fascista, a qual, de acordo com a autora, se projeta no governo de Jair Bolsonaro através de discursos que não são idênticos à materialização dos saberes fascistas, mas se inscrevem na FD da direita na posição-sujeito fascista que se caracteriza, sobretudo, pelo ataque à democracia e a defesa da ditadura, bem como na posição-sujeito da extrema-direita, que se inscrevem os defensores do neoliberalismo, das privatizações, das reformas previdenciárias e trabalhistas. Ainda, compreendemos é que nesse movimento à FD, faz-se, com força, é o desdobramento em FDs filiadas/constituídas pela FI Capitalista que se dá pela construção de o econômico sempre estar na vanguarda das políticas empreendidas no governo Bolsonaro desde que assumiu a presidência do Brasil em 2019. Segundo Piovezani e Gentile (2020, p. 236):

Ainda em seu primeiro mês de governo, no dia 22 de janeiro de 2019, Bolsonaro fez um discurso de abertura do Fórum Econômico em Davos [...] Bolsonaro não se estendeu nem sequer por 7 minutos. Basicamente, sua intervenção consistiu em uma promessa de bons negócios para capitalistas e financistas do Brasil e, principalmente, do mundo.

Nesse movimento teórico que identifica Jair Bolsonaro à FD de direita na posição-sujeito fascista e da extrema-direita, imbricada pelos saberes da formação ideológica capitalista, podemos afirmar que seus discursos travavam um verdadeiro desserviço, a fim de evitar que a pandemia impusesse entraves ao desenvolvimento da economia preconizados na pauta governamental. Ou seja, com o surto de Covid-19, fica escancarado, se é que não tenha ficado com a pauta governamental, a contabilidade entre vida e economia. Segundo Žižek (2020, p. 46), “o retorno triunfal do animismo capitalista, em que se tratam fenômenos sociais, tais como mercados ou capital financeiro, enquanto entidades vivas”.

Dito de outro modo, no recorte da SD1, o Presidente convoca a população à manifestação contra a Suprema Corte, outro inimigo que precisava ser combatido/dizimado⁴⁵. Nesse contexto, esses ataques ao STF servem para desqualificar/negar a situação pandêmica no país, explicitando uma visão exclusivamente economicista. Assim, não teríamos somente uma

⁴⁵ Tomamos a noção do inimigo a ser perseguido definido por João César de Castro Rocha e trazido por Piovezani e Gentile (2020) que “sustenta a hipótese de que a eliminação do inimigo presente nos discursos bolsonaristas vem da “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN) formulada pela Escola Superior de Guerra e pelo regime de 1964. [...] o inimigo não duvida: é necessário eliminá-lo. (Piovezani; Gentili, 2020, p. 197).

negação da pandemia, mas também o sentido de que a economia ocupa, na pirâmide da constituição governamental, o real valor em detrimento à saúde, à ciência, à vida.

Na SD2, declarada em 15 de março de 2020, mais uma vez, Jair Bolsonaro compara a Covid-19 a uma gripe, desqualificando a pandemia e insistindo na ineficácia dos cuidados. Além dessa colocação enunciativa, insere-se, no discurso, um tom de conformismo ao momento pandêmico. Ademais, utiliza-se de exemplos subjetivos a fim de aproximar-se, principalmente, dos seus apoiadores e seguidores⁴⁶; ou seja, o emprego de uma linguagem clara e acessível, a verdade dita sem rodeios, falando como o homem do povo, que remonta, pelo viés da memória, a linguagem fascista, na figura do Duce, do Führer. Deslocado do contexto situacional da Segunda Guerra Mundial, as práticas languageiras fascistas marcam a caracterização do mito à figura de Jair Bolsonaro que, analogicamente, utiliza-se dos recursos dessa linguagem quando fala no cercadinho⁴⁷, dentre outras ações que “determinam” sua aproximação das massas, aqui entendidas como apoiadores e seguidores, conforme Piovezani e Gentile (2020, p. 144):

Como metáfora e prenúncio do que viríamos décadas mais tarde, o grito patriótico ufanista encarna um ato prototípico da linguagem fascista, porque constrói uma identidade imaginária, reforça o amor pelos seus, delinea uma alteridade com a qual se indis põe e fala não para se abrir à réplica de um diálogo, mas para calar vozes de uma pluralidade democrática.

SD 2 —

1a. “[...] muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo”.

1b. “depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 173-174)

⁴⁶ Tomamos a noção de seguidores e apoiadores por Freda Indursky (2020, p. 365): “Seus seguidores são visíveis e ruidosos, vestidos de verde-amarelo, identificando-se plenamente com seu presidente, nele espelhando suas práticas. Eles produzem o efeito de uma massa de apoiadores, enquanto os apoiadores efetivos, em sua invisibilidade, sustentam seu presidente no poder para que ele realize as reformas próprias a um sistema neoliberal”.

⁴⁷ O cercadinho foi um espaço montado em frente ao Palácio da Alvorada onde o então presidente, Jair Bolsonaro, falava aos seus apoiadores/seguidores durante os quatro anos de governo. Nesse espaço de “descontração” e constrangimento, segundo Indursky (2020, p.369 “[...] sorrir, dizer algumas palavras, criticar a imprensa e atacar a oposição, enquanto esfrega o nariz e aperta algumas mãos. Não importa o que diga, sempre é apoiado de forma incondicional, aos gritos de “deixem o presidente trabalhar!”. Esses seguidores agem como os crentes de seitas religiosas, movidos por uma fé cega, submetendo-se totalmente, sem hesitação.”

Na SD2⁴⁸, o recurso afirmativo de que *muitos contrairão o vírus, mesmo que tenham tomado as medidas preventivas*, coloca em descrédito o que a ciência apresentava para contenção do Covid-19. Nesse trecho, há um questionamento e uma desqualificação da gravidade e periculosidade do vírus, além do menosprezo ao medo das pessoas serem contaminadas e do que a ciência apresenta como medida de precaução. Nesse caminho, o funcionamento discursivo aponta que a vida deve seguir normalmente e a concessão “mesmo que” materializa o elemento a partir do qual se produz o efeito de conformismo. Assim, numa inversão sintática, coloca como tópico a afirmação de que muitos contrairão o vírus independente dos cuidados tomados. Ou seja, trata-se do inevitável, porque mesmo que façam tudo o que “os outros” dizem ser necessário, vão adoecer, vão se contaminar, por isso o “eu” que enuncia não vai fazer nada. Ademais, esse discurso costura o jogo entre “salvar” o que é possível, ou seja, a economia, que é o que não se diz, mas que atravessa esse discurso como um todo, ao se colocar em relação essas SDs de desqualificação da pandemia, de seu poder de morte, combinando uma fala sobre a ineficácia da prevenção diante do potencial de contágio, e a necessidade, portanto, de seguir a vida normalmente. Desse modo, a SD2 ganha destaque na temporalidade porque “muitos se contaminaram efetivamente”, mas, um fato é que — aqueles que conseguiram tomar a vacina, de “adiar” sua contaminação, tiveram muito menos efeitos e consequências —; ou seja, o que não se diz nessa fala é que o “quando” dessa contaminação foi decisivo entre a vida e a morte, justamente porque medidas de prevenção como a vacinação reduziram o potencial letal do vírus. Há ainda uma falsa segurança produzida na SD2, já que brasileiros e brasileiras, por predicados ímpares, poderiam “pensar”: se o presidente da nação avaliza, estou legitimado a fazê-lo também. Logo, em que pese a proteção ou a economia, deixa-se sob a responsabilidade individual a decisão. Pelo viés das análises, pode-se depreender que o discurso de Bolsonaro instaura sentidos para justificar à sociedade que a pandemia não é relevante, inscrevendo o discurso do presidente na FD de direita, que nega a pandemia e as medidas de contenção ao vírus, determinada pela FI capitalista.

Atrelados ao recurso argumentativo de que a pandemia não merece alarde, preocupação, é resgatado o episódio da facada desferida a Bolsonaro na campanha presidencial de 2018 e, em tom do menosprezo, afirma: “*depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me*

⁴⁸As falas na SD2, no relatório da CPI, aparecem unidas em duas afirmações, pronunciadas em 15 e 17 de março de 2020, respectivamente: Em 15 de março de 2020 “[...] muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo”. Em 17 de março de 2020, falou: “depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”. (*Ibid.*, p. 173, p. 174).

derrubar”. Nesse funcionamento, o advérbio de negação “não” é utilizado para, mais uma vez, negar o vírus e equiparar a pandemia de Covid-19 a uma “gripezinha”. Nesse espaço enunciativo, são mobilizados os sentidos de que não é “uma gripezinha” que vai me derrubar, ou seja, não é o vírus que vai me derrubar, já que fui atacado a golpe de faca, assim, um episódio pessoal se sobrepõe à pandemia que assola o mundo, desqualificando-a. Ou ainda, na construção da figura de um líder invencível, que ganha notoriedade a partir da propalada imagem do mito, da sua força, da sua vitalidade, da autorrepresentação como um vencedor imbatível. Adicionalmente, esses indicativos produzem uma relação entre os que merecem viver, porque são os fortes e vão sobreviver, e os que devem ser deixados à própria sorte, isto é, um discurso na linha “das leis da natureza” que se transmuta, muitas vezes, em “lei do mercado”, a lei do mais forte, que leva a um sentido de sociabilidade marcado pela competitividade, pela meritocracia, pela subjugação dos mais fracos pelos mais fortes. No fundo, tudo se costura nesse discurso que vem atravessado pelo capital, pela lógica neoliberal, a defesa do Estado mínimo, ou seja, o capital está no topo da pirâmide, não há espaço para sentimentos, para fracos.

Dito isso, essas regularidades são uma boa lanterna para se refletir a posição-sujeito do presidente, que coloca um episódio pessoal em confronto com o poder do vírus, assemelhando-o a uma gripezinha. Assim, nessa materialidade tem-se o recurso da linguagem fascista: o emprego do superlativo de inferioridade “gripezinha”, que expressa sentidos de ironia, minimização e negação da pandemia, bem como impactos à população. Dessa forma, pelo viés da memória, recuperamos o recurso do uso dos superlativos como uma técnica discursiva utilizada pelos nazistas a fim de atenuar as críticas, que serão exploradas na SD3. Esses recursos da LTI, resgatados pela memória, como apontam Piovezani e Gentili (2020, p. 13):

Além do gosto pela declamação e pela vociferação, os nazistas se valiam também de formas e de conteúdos superlativos para tentar embotar a crítica: “os superlativos são a forma linguística mais usada pela LTI, o que é fácil de compreender, pois o superlativo é o melhor instrumento à disposição do orador e do agitador, a forma propagandística por excelência.

A Sequência Discursiva denominada SD3, enunciada em 24 de março de 2020, durante o pronunciamento de Jair Bolsonaro em rede nacional, enfatiza como orientação à nação: a retomada imediata das atividades, o uso do fármaco Cloroquina e a reiterada negação da crise sanitária.

SD 3 — “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. **Os empregos** devem ser mantidos. **O sustento** das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à **normalidade**. [...] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta,

caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 135, grifo nosso).

Adicionalmente à desqualificação, à negação, o passo seguinte do discurso de Bolsonaro é tocar no ponto primordial — o da construção argumentativa de que o país não pode parar. Como recorte, tomo os períodos iniciais do pronunciamento para estabelecer as análises: “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e **brevemente** passará. **Nossa vida tem que continuar**. Os **empregos** devem ser mantidos. O **sustento** das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à **normalidade**.” (*Ibid.*, 2021, grifo nosso). Assim, ao analisarmos a materialização discursiva do pronunciamento, percebe-se que esses dizeres estabelecem um discurso de negação que pode ser confirmado pelo movimento parafrástico, já que, ao afirmar, o ex-chefe de Estado nega a pandemia:

“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e **brevemente** passará.”

O vírus chegou e não será enfrentado por nós porque brevemente passará.

Refletidos os sentidos pelo movimento parafrástico da negação, segundo Orlandi (1999), emerge o argumento do esvaziamento do perigo e da redução da ameaça marcado pelo advérbio “brevemente”, adicionalmente, o atravessamento dos ideais capitalistas constituintes da argumentação: nossa vida, empregos, sustento, normalidade. Nessa via, o que está posto rege que a vida é pautada no emprego, trabalho, na manutenção do sustento e, nessas condições, a normalidade; dito de outro modo, só se sustenta quem pode trabalhar, pois a vida é o emprego e o trabalho, que garantem a manutenção do sustento, fazendo com que a manutenção do emprego e do trabalho de exploração sejam valores superiores à preservação da vida. Quando se traz a normalidade, apaga-se a crise sanitária. Assim, percebemos os atravessamentos regidos pela ideologia do capital escancarados nas práticas governamentais do governo de Bolsonaro no enfrentamento da pandemia.

Associado a isso, podemos pensar: quem deve voltar ao trabalho? Sem exceção, aqueles e aquelas que precisam do trabalho, do emprego para sustentar-se. Nesse tom, o impacto aos desfavorecidos, cuja realidade não permite o isolamento e o sustento, refletem que o impacto econômico representa uma ameaça maior que o próprio vírus. Segundo Žižek (2020, p. 127), na:

[...] lógica da ordem econômica vigente e nosso modo de vida como um todo, de forma que, se escutarmos o alerta dos epidemiologistas e reagirmos a ele tentando escapar de nossa realidade (implementando políticas de isolamento e *lockdown* etc.), acabaremos ensejando uma catástrofe ainda maior (pobreza e sofrimento) que a pequena porcentagem de mortes decorrentes do vírus.

Adicionalmente, nesse movimento teórico-analítico, tomo Orlandi (1999, p. 76), que afirma que o/a analista começa a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva. Com vistas a melhor compreender as SDs, são engendrados sentidos que refletem o negacionismo e as práticas capitalistas evidenciadas nas relações parafrásticas e pela memória discursiva. Logo, segundo Grigoletto e De Nardi (2020), é no e pelo discurso que conseguimos observar o funcionamento desse negar permeado do discurso capitalista. Essa leitura só é apreendida por aqueles/aquelas que ultrapassam o nível linguístico. Como nos dizem Léon e Pêcheux ([1982] 2011, p. 164), “ler um texto, uma frase, no limite, uma palavra, não constitui uma simples ‘tomada de informação’. O sentido de um texto, de uma frase, e, no limite, de uma palavra, só existe em referência a outros textos, frases ou palavras que constituem seu ‘contexto’”. No entanto, essa tomada de informação constitui-se numa tomada de posição do/da analista e, também, do leitor.

Ainda na SD3, “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 135). Nesse excerto declarativo, continuamos a resgatar, pelo viés da memória, a linguagem do terceiro Reich (LTI). Aqui, destacamos a supervalorização do esporte em detrimento, por exemplo, do intelecto. O foco linguageiro da LTI, segundo Klemperer (2009), era preparar homens para o combate, não cabia espaço para os que não estivessem no pódio. As marcas linguísticas do esporte, principalmente do boxe, foram recursos do Terceiro Reich para marcar a proeza física, assim como desviar o foco dos reais problemas que ocorriam na Alemanha de 1933 — o desemprego — dentre outros. Essas narrativas contribuíram para a popularização e glorificação do esporte na Olimpíada de 1936, inserindo a Alemanha como liderança cultural do mundo civilizado, e constituíram as marcas da LTI que inculcou a ideia do guerreiro esportista preparado para a guerra. Dessa forma, Joseph Goebbels, ministro da propaganda do Terceiro Reich, que se vale desses recursos, aproxima-se da linguagem das massas e, por consequência, das mesmas, ou seja, sua estratégia discursiva é focada em atingir o povo, conforme discorre Klemperer (2009, p.351) “Temos de falar a língua que o povo compreende. Quem quiser se comunicar com o povo tem de fazer como Martinho Lutero dizia, olhar para a fuça do povo”.

No contexto discursivo em análise, cabe aqui estabelecer a relação de colocar-se na condição de não ser afetado pela Covid-19, marcada discursivamente pelo advérbio de negação “não” e pela expressão “nada sentiria”, já que fora atleta. Isso nos remete ao modo como a linguagem de Bolsonaro é atravessada pelo programa pedagógico de Hitler. De acordo com Piovezani e Gentile (2020, p. 27), “Hitler coloca o preparo físico em primeiro lugar, enquanto a formação intelectual e seu conteúdo científico ficam por último, sendo admitidos a contragosto, com desconfiança e desprezo.”. Ou, ainda, segundo prefácio da obra de Žižek (2020, p. 15), os momentos da peste e da guerra impõem que os improdutivos devem ser deixados para trás. Em “a lógica do sacrifício: deixemos os velhos, os incapazes, os inaptos morrerem para os jovens e produtivos sobreviverem.”.

Nessa lógica da “seleção” estabelecida pela Alemanha nazista, o foco era eliminar crianças, deficientes mentais e doentes terminais. Dessa forma, Hitler retirava o peso do Estado, os improdutivos devem ser abandonados. Nessa medida, Jair Bolsonaro, ao enunciar que fora uma atleta, seria a condição de ser superior, a exemplo do que Hitler estabeleceu com suas narrativas da supremacia da raça ariana francamente discursivizadas durante seu regime, atrelados às práticas eugenistas. Nessa lógica, Bolsonaro, em seu discurso, aliado à pauta governamental, não estaria impondo uma nova forma de ordem social? Segundo Žižek (2020, p. 133), a pandemia seria marcada por um novo capitalismo bárbaro,

muitos fracos e idosos serão sacrificados e abandonados à morte, os trabalhadores terão de aceitar um padrão muito mais baixo de vida, o controle digital de nossa vida perdurará como uma característica permanente, as distinções de classe devem se tornar ainda mais que hoje uma questão de vida ou de morte.

Adicionalmente no trecho da SD3, “como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 135), Bolsonaro nos brinda com mais essa eivada afirmativa quando utiliza do discurso de autoridade ao citar “aquele conhecido médico”, porém, ao mencionar o profissional em seu discurso produz uma indefinição. A questão dessa indefinição se dá pela ordem do já sabido, já que está se referindo ao Dráuzio Varella. Ao distorcer e ironizar as declarações do profissional, o ex-chefe da nação assume uma posição-sujeito cínica, já que declara uma mentira com aparência de verdade. Nessa dinâmica, resgatamos Baldini e Di Nizo (2015, p. 146):

Assim, além dos bons e maus sujeitos, teríamos a forma cínica de pertencimento de um sujeito à formação discursiva: um certo modo de relação com o saber, e que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma tomada de posição desengajada, ou assumida na forma de uma paródia.

Aliando-nos à compreensão de Indursky (2019, p. 98) acerca do funcionamento cínico do sujeito e de como seu discurso é produzido, ou seja, sobre o modo de o sujeito cínico relacionar-se com a ideologia, podemos dizer, sobre o enunciado em análise, que o sujeito que enuncia, investido de um cargo público, formula um discurso cínico como prática de política de poder, sem negar completamente a pandemia, a assume, a representa como algo desprezível, sem importância, uma “gripezinha/resfriadinho” que logo vai passar, ainda que custe a vida de alguns. Mediante tal desqualificação, faz funcionar um “argumento favorável” à continuidade do trabalho e convivência social. Nesse processo de desqualificação da pandemia, se vale esse sujeito de um argumento de autoridade, ao citar o médico Draúzio Varella: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’, **como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão**” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 135, grifo nosso). Nessa materialização discursiva, nos é projetado a um funcionamento discursivo descontextualizado da fala do médico⁴⁹, marcando o traço contraditório dessa apropriação, já que Bolsonaro tem uma contenda declarada à Rede Globo, emissora na qual o médico apresenta alguns quadros. Ou ainda, em alguma medida, caberia pensar que a apropriação se dá pela credibilidade e notoriedade do referido profissional⁵⁰ com questões sanitárias no país, adicionalmente, pelo histórico profissional de bastante credibilidade, ao pesquisar, por exemplo, a Aids na população carcerária no final da década de 80, dirigir um projeto de bioprospecção de plantas brasileiras com o intuito de obter extratos para testá-los experimentalmente em células tumorais malignas e bactérias resistentes aos antibióticos na Amazônia, abordar temas do corpo humano, primeiros socorros, gravidez, combate ao tabagismo, planejamento familiar, transplantes e diversos outros, exibidos no quadro do Fantástico, na Rede Globo, bem como livros publicados que contemplam, dentre muitas pesquisas, a diversidade extensional do nosso país.

Atrelados aos recursos argumentativos na SD3, mais uma vez, Bolsonaro emprega os superlativos de inferioridade “resfriadinho/gripezinha”. Assim, ao empregá-los como na SD1,

⁴⁹ CORREIO BRAZILIENSE. Em pronunciamento, Bolsonaro usa argumento contestado por Drauzio Varella. **Correio Braziliense**, Política, [S. l.], 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_politica,836436/em-pronunciamento-bolsonaro-usa-argumento-contestado-por-drauzio-vare.shtml. Acesso em: 21 out. 2022.

⁵⁰ O médico tem um portal dentro vinculado ao site da UOL, onde aborda diversos temas relacionados à saúde e ao bem-estar, com textos de sua autoria e também de outros profissionais da saúde. Para acessar esse conteúdo, ver em: <https://drauziovarella.uol.com.br/>.

ele se vale dessa forma propagandística e vai se produzindo uma regularidade e repetibilidade que aponta para um funcionamento discursivo. A exemplo do que ocorria na Alemanha, os pronunciamentos de Hitler alcançaram uma recepção total e ideal, pois, segundo a imprensa do Reich, repetiam “à exaustão o estereótipo oficial: “O mundo escuta o *Führer*.” De modo análogo, “quando se venciam uma batalha grande, dizia-se que fora a maior batalha na história universal” (Klemperer *apud* Piovezani;Gentile, 2020, p. 14). Em contraponto ao aspecto situacional da pandemia, esses superlativos de inferioridade marcam o funcionamento do discurso que instaura sentidos de minimização/desqualificação dos perigos da pandemia, propagado pelos falsos sentidos: quem pratica esportes não contrairia Covid-19, bem como quando Bolsonaro compara-a a gripezinha/resfriadinho. Nessa tessitura discursiva, atribui-se um sentido de algo corriqueiro, já enfrentado por muitas vezes sem grandes problemas. No entanto, essas afirmativas estão em desacordo com as orientações oficiais que preconizavam o distanciamento social e a adoção de medidas não farmacológicas. Ademais, assim que a pandemia de Covid-19 avançou, esses dizeres foram colocados em descrédito, pois inúmeras pessoas, dentre elas jovens e atletas, evoluíram para a forma grave da doença, por vezes, com graves sequelas e, por outras, vindo a óbito.

Portanto, a partir das análises, observa-se que os dizeres de Jair Bolsonaro desvelam a desqualificação da pandemia como algo desprezível, sem importância, associando-a a uma gripe, que brevemente passará, ainda que custe a vida de alguns. Nesse caminho, se percebe uma contradição discursiva, a exemplo do que aparece no funcionamento quando Jair Bolsonaro defende o tratamento por cloroquina e hidroxicloroquina sem comprovação científica em detrimento às vacinas.

Em declaração de 24 de março de 2020, dá-se a conhecer, ainda, o medicamento cloroquina, apresentado como eficaz para o combate ao novo coronavírus, o que se faz em um pronunciamento oficial. Assim, desde meados de março, Bolsonaro passou a promover o medicamento em suas redes sociais, discursos e lives, e o transformou em política pública de saúde. Ou seja, em 19 de março de 2020, sem citar nomes, afirmou rapidamente que "os Estados Unidos liberou um remédio com o potencial de tratar o coronavírus" (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p.710). Dois dias após, o ex-presidente anunciou que o Hospital Albert Einstein havia iniciado um protocolo para avaliar a eficácia do medicamento. Além disso, Bolsonaro informou que se reuniu com o Ministro da Defesa para iniciar imediatamente a produção de cloroquina pelo Laboratório Farmacêutico Químico do Exército. Segundo o Relatório final da CPI, no contexto de uma corrida eufórica com a descoberta de uma droga, ou de uma vacina promissora, incondicionalmente, foi à cloroquina que o ex-chefe de Estado se agarrou. Com o

mesmo efeito, nos Estados Unidos da América, o ex-presidente Donald Trump apadrinhou o uso do medicamento. Essas materializações discursivas pela ordem da repetibilidade corroboram que o tratamento apresentado ao Estado brasileiro por Jair Bolsonaro é o da cloroquina, influenciado pelo posicionamento de Trump, contrariando o Federal Drug Administration (FDA)⁵¹, cujo posicionamento mostrava-se contrário, pois a droga estava fora dos testes clínicos já no início de março de 2020, ou seja, já havia sido provada sua ineficácia.

Esse tratamento, defendido por Trump e por Jair Bolsonaro, surgiu em meados de 2020, logo no início da pandemia, quando o mundo inteiro buscava entender o que era o vírus e, por sua vez, como combatê-lo. O médico infectologista francês Didier Raoult, pioneiro no uso da cloroquina e hidroxicloroquina⁵², publica um estudo eficaz no tratamento da Covid-19. Contudo, não tardou para que o tratamento gerasse controvérsias e as autoridades francesas impuseram restrições ao remédio, até que houvesse novos testes comprobatórios de eficácia. Portanto, além da falta de comprovação, foi colocado em xeque o pequeno número de pacientes testados, bem como os efeitos colaterais. Embora inserido no rol da não credibilidade pelas autoridades francesas, houve um efeito de produção de artigos, notícias e, principalmente, a investida por algumas autoridades públicas na adesão do medicamento sem estudos mais detalhados; esse foi o caso de Trump e Bolsonaro⁵³. Segundo levantamento do Relatório final da CPI:

[...] o canal americano de notícias Fox News entrevistou, por duas vezes, Gregory Rigano, advogado que, em parceria com James Todaro, médico, escreveu — sem revisão científica — um artigo a respeito de como a cloroquina e a hidroxicloroquina seriam capazes de tratar a covid-19. Rigano afirmou que se baseava em artigo científico do pesquisador Didier Raoult, que seria “o mais importante especialista em doenças infecciosas do mundo”. Ademais, de forma categórica, declarou que “nós sabemos como curar a doença, usando hidroxicloroquina em combinação com o antibiótico azitromicina, com uma taxa de cem por cento de cura contra o coronavírus”. (Brasil, 2021, p. 60).

Frente ao exposto e ao contexto efervescente para conter o vírus, Donald Trump, em uma conferência de imprensa, enfatiza que ordenou à FDA a produção e aprovação do uso da

⁵¹ O termo tomado consta na nota de rodapé do Relatório final da CPI: “o FDA é o órgão governamental dos EUA que faz o controle dos alimentos (tanto humano como animal), suplementos alimentares, medicamentos (humano e animal), cosméticos, equipamentos médicos, materiais biológicos e produtos derivados do sangue humano” (Brasil, 2021, p. 60).

⁵² LEME, Tiago. Primeiro no uso de cloroquina contra coronavírus, médico francês é alvo de controvérsia. **Folha de São Paulo**, Coronavírus, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pioneiro-no-uso-de-cloroquina-contra-coronavirus-medico-frances-e-alvo-de-controversia.shtml>. Acesso em: 4.abr. 2023.

⁵³ Tomamos como referência o artigo *Teatro grotesco como desconstrução cenário da desconstrução do Brasil*, de Freda Indursky (2020, p. 384) para mobilizar a relação entre os presidentes do Brasil e dos EUA e compreender como “a vassalagem do (des)presidente frente aos Estados Unidos de Trump fica escancarada”.

cloroquina e da hidroxicloroquina. Logo, a partir da primeira menção obcecada de Trump, o chefe do Executivo Federal anunciou a cura infalível para o novo coronavírus. Nesse sentido, ao enunciar que já havia um medicamento capaz de conter a pandemia, Jair Bolsonaro estaria na vanguarda da adesão da cura; a FDA e o Hospital Albert Einstein, referência em saúde no Brasil e no mundo, já estariam trabalhando para anunciar a boa-nova aos brasileiros e brasileiras e, por que não, ao mundo.

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 135).

Entretanto, a própria comunidade científica mostrou-se desfavorável. Dessa forma, com o avançar das pesquisas, a conclusão do cientista francês mostrou-se equivocada. Na mesma direção, a OMS recomendou a não-utilização da cloroquina. Além disso, diversas meta-análises demonstraram que se tratava de um medicamento sem eficácia contra a Covid-19. Tendo esse cenário como pano de fundo, as autoridades públicas brasileiras, na persona de Jair Bolsonaro, estabeleceram que o "tratamento alternativo" torna-se a força tarefa no combate à pandemia. Logo, quando Jair Bolsonaro adere ao tratamento sem comprovação científica, está se inscrevendo na posição sujeito que desqualifica a pandemia, não reconhece a gravidade do vírus, assim como não adere a medidas mais restritivas para o controle do vírus, impondo um tratamento sem eficácia aos brasileiros e brasileiras.

SD 4 — “Com esse espírito, instruí meus ministros. Após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, passei a divulgar nos últimos 40 dias a possibilidade do tratamento da doença desde sua fase inicial. Há pouco conversei com o doutor Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates ao assumir que não só usou a hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. **Todos estão salvos.** Disse-me mais. Que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora para não se arrepender no futuro. **Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil.** Nossos parabéns para o doutor Kalil. Temos mais boas notícias. Fruto de minha conversa direta com o primeiro-ministro da Índia, receberemos até sábado matéria-prima para continuar produzindo a hidroxicloroquina, de modo a podermos tratar pacientes da covid-19, bem como malária, lúpus e artrite”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 136, grifo nosso).

No que se refere à SD 4, nela são materializadas as orientações quanto ao uso do tratamento por cloroquina/hidroxicloroquina, orientações dadas aos ministros do então governo brasileiro, o que nos permite dizer que se tratava de uma instrução que se fazia em nível de Estado. Em seguida, o ex-presidente ratifica sua postura, valendo-se do discurso de autoridade ao citar pesquisadores, médicos e chefes de Estado, quando menciona o médico Roberto Kalil,

membro do gabinete paralelo, deixando claro que ele fez experimentos com a cloroquina/hidroxicloroquina em seus pacientes, pontuando o sucesso do tratamento. Nesse sentido, cabe pensar: como esses estudos foram feitos, em que condições, com quais pacientes, em que circunstâncias? Nada disso é divulgado, somente a totalidade é explicitada — “todos estão salvos”.

Portanto, ao afirmar a totalidade alcançada, teríamos um tratamento sob um funcionamento projetado, “todos estão salvos”, que mobiliza discursivamente o percentual total. No entanto, quem é esse todo? Que totalidade é essa? Teríamos um tratamento sob um funcionamento metonímico às avessas?

- O Dr. Roberto Kalil, médico brasileiro renomado, admitiu ter tomado hidroxicloroquina.
- O Dr. Roberto Kalil, médico brasileiro renomado, ministrou hidroxicloroquina a seus pacientes.
- Todos estão salvos, o Dr. Roberto Kalil e seus pacientes.

O “todos”, nesse enunciado, deveria funcionar apenas como indicação de que o Dr. Roberto Kalil e seus pacientes estão salvos, mas, no fio do discurso, Jair Bolsonaro projeta esse todos como uma conclusão para a relação direta entre a salvação da Covid-19 e o uso de hidroxicloroquina, silenciando sobre as condições de produção desse tratamento e aqueles a quem foi ministrado, assim como as condições sociais, física, de saúde, acesso ao tratamento dos pacientes e em qual hospital. Nesse sentido, podemos dizer que ele toma uma parcela ínfima de pacientes — tratados pelo Dr. Roberto Kalil — e projeta como uma totalidade, promovendo uma espécie de metonímia às avessas em que a parte, não dita enquanto parte, é projetada como um todo.

Adicionalmente, nessa que se tornou uma proposição verdadeira, porém, opaca, segundo Pêcheux (1983, p. 23), que pela utilização do pronome indefinido “todos” mergulha “esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas”, marcada pela equívocidade, pelo apagamento que nos colocam diante de diferentes interpretações para um mesmo vocábulo. Ademais, um dos sentidos projetados nessa materialidade se dá quando Jair Bolsonaro usa “uma conversa” enquanto elemento suficiente para justificar uma política de Estado no tratamento de uma doença tão grave. Na verdade, não tem estudo nenhum mencionado na fala dele, nem declaração efetiva do médico. Jair Bolsonaro ao dizer: “Após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, passei a divulgar nos últimos 40 dias a possibilidade do

tratamento desde sua fase inicial”, assume a voz do cientista. Dessa forma, o que ele traz é uma conversa sobre uma escolha médica com relação a um tratamento que não se constitui de forma alguma como pesquisa científica, não há dados, comprovações, metodologias, registros, no caso, trata-se de um falseamento da voz da ciência.

Em outras palavras, o ex-presidente, ao afirmar que o médico Roberto Kalil testou a hidroxicloroquina em dezenas de pacientes e atingiu o percentual total de sucesso, produz uma contradição. Primeiro, porque estudos em seres humanos devem ter autorização⁵⁴, isto é, um estudo científico dessa natureza deve estar associado à publicação de um ensaio clínico na Plataforma Brasil e receber autorização prévia junto à Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep). No entanto, segundo o Relatório final da CPI, essa autorização não existiu, o que fora confirmado nas oitivas realizadas, que estudos e experimentos em seres humanos foram feitos sem autorização, e que o Conselho Federal de Medicina (CFM) transferiu aos médicos em geral a responsabilidade pela prescrição desses fármacos via *off-label*, mesmo tendo conhecimento da ineficácia do tratamento. Segundo, pelo fato de a própria Anvisa nunca ter avalizado o uso de tais medicamentos, mas, ao contrário, publicou nota técnica, em abril de 2021, informando que não há estudos conclusivos que demonstrem benefício com o uso desses medicamentos para o tratamento do novo coronavírus.

Logo, ao declarar que o tratamento obteve 100% de sucesso, Bolsonaro projeta e expressa materialmente que a solução para a Covid-19 é a hidroxicloroquina, instaurando o sentido de que o tratamento por cloroquina/hidroxicloroquina atinge a totalidade, fazendo funcionar o efeito de sentido que o tratamento é para todos os brasileiros e brasileiras. Dessa forma, concluímos que, ao declarar que há uma totalidade alcançada, retomamos saberes já-ditos em outro discurso, em outro lugar, que ressoam no discurso do sujeito. Com isso em mente, à luz das preleções de Pêcheux (1995, p. 153), que observa “o funcionamento do “discurso- transverso”, o qual remete aquilo que, classicamente, é denominado por metonímia, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc.”, no entanto, às avessas, já que a totalidade é materializada.

Na tomada da totalidade, pelo viés da memória, resgatamos uma das estratégias da LTI que, segundo Klemperer, utilizava-se de “números descabidos dos superlativos como pela crueldade consciente e a impostura sem escrúpulos” (Klemperer, 2009, p. 333). Exemplo disso

⁵⁴Conforme discorrido no Relatório final da CPI: “No Brasil e em todo o mundo há exigências para realização de estudos científicos com seres humanos. Tais diretrizes éticas constam do Código de Nuremberg, de 19 de agosto de 1947. Esse documento foi publicado em razão do julgamento de 23 pessoas – das quais 20 eram médicos – que participaram ativamente das experimentações nazistas durante a Segunda Guerra Mundial” (Brasil, 2021, p. 909).

é, segundo o autor, os números exorbitantes de inimigos capturados, armas, canhões, prisioneiros etc., que eram divulgados no período de vigência do III Reich, comunicados apresentados pelo Exército, nos quais não se podia encontrar a exatidão dos dados, mas sim o “encobrimento” da real situação que estava acontecendo. O Terceiro Reich adotava o superlativo de forma desmedida frente ao caos. Nessa medida, além dos números, aparecem como mecanismo discursivo o adjetivo “total”, representando, segundo Klemperer, o valor numérico máximo, tão cheio de significado em sua incalculabilidade quanto os números. Tomadas as considerações, cabe o questionamento: que efeitos de sentido são produzidos pela simulação dessa totalidade por meio do uso de todos — todos estão a salvo. Quem são todos? De que estão a salvo? Em resposta, a questão gira em torno dessa indeterminação que atravessa a todos e pela qual se produz uma opacidade que reclamam sentidos, o mesmo para o complemento. O que vemos, então, é que o enunciado aparece como um dizer conclusivo, simulando sobre si um efeito que mascara o que Pêcheux (1997, p. 160) chama de caráter “material do sentido das palavras e dos enunciados”. Quem foi salvo: os pacientes do Dr Roberto Kalil, do Hospital Sírio Libanês, hospital privado, o maior do país, ao qual quem tem acesso? Ou está salvo o governo, ou todos vocês estão salvos porque “eu tomei a decisão certa”. Enquanto o presidente da nação diz que todos estão salvos, os mortos atingem números alarmantes.

Essas reflexões e indagação, mais uma vez, nos encaminham a pensar que o tratamento idealizado como a salvação, enrustida de pseudoproteção, estaria condicionando os seres humanos aos interesses do capitalismo. Na roda da economia, o trabalho não pode parar, a indústria farmacêutica é tomada como a salvação.

Consideradas as propriedades discursivas da totalidade cingidas pelo eufemismo, segundo a LTI, e o escopo teórico da AD, propomos o deslocamento: “Todos estão salvos”. Nessa materialização, temos o funcionamento ideológico, segundo Pêcheux (1997, p. 160):

É a ideologia que fornece evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Dito de outro modo, o sujeito não tem opção de estar dentro ou fora da ideologia, é atravessado por ela, trata-se de um sujeito assujeitado. Podemos dizer, então, que o sujeito aqui enuncia interpelado pela ideologia sob a natureza da subjetividade convocada por Pêcheux. Ou seja, um presidente, que fora militar, assujeitado a receber e a proferir ordens aos subordinados, se inscreve na FD da direita, em uma posição-sujeito fascista e da extrema-direita, filiada à FI

capitalista e produz o seu dizer desconsiderando a constituição heterogênea da condição humana e social dos brasileiros e brasileiras no período da pandemia. Nesse sentido, segundo Pêcheux (1997, p. 160), uma expressão “não existe em si mesmo”, é determinada pelas posições ideológicas que por ela são produzidas/reproduzidas. Logo, rompido o princípio da evidência, o/a analista conseguirá vislumbrar a contradição proferida pelo sujeito, denunciando a ideologia que o constitui, ou seja, o “todos” empregado no dizer do ex-presidente não representa a totalidade de brasileiros e brasileiras, mas sim, parte dela, uma pequena parte que é tomada como o todo, num movimento metonímico.

Essa totalidade contraditória, “*Todos estão salvos*”, deixa um rastro de questões sem resposta: quem estaria salvo? Somente aqueles que teriam acesso ao medicamento, mesmo que não autorizado pela agência de saúde? Em que espaço ficariam, por exemplo, aqueles e aquelas que, por algum motivo, não poderiam submeter-se ao tratamento precoce? Michel Pêcheux já nos alertava acerca das contradições que são constitutivas do discurso capitalista. Na tomada para assegurar as condições materiais de produção, é imperativo que se produza efeitos de sentido de igualdade, de totalidade, porém, o “furo”, a brecha dessa totalidade, que nunca é alcançada, é deixada na teorização “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros” (Pêcheux, 1997, p. 27).

Nesse mesmo contexto analítico, podemos registrar a contradição e divisão de classes que, inseridas numa sociedade capitalista, são permeadas por desigualdades, divisões, cisões, em que, como preconiza Pêcheux (2014, p. 7), “o próprio da luta ideológica de classes é se desenvolver num mundo que, de fato, não termina nunca de se dividir em dois”. Logo, desatar os nós discursivos é saber reconhecer, segundo Leandro Ferreira (2020, p.52):

[...] a contradição da vida material dos homens, Marx e Engels teorizam sobre a produção da consciência humana subordinada ao mecanismo de reprodução de um determinado modo de dominação. Para uma classe dominar, são justamente os pontos em que a contradição desse processo se dá a ver que precisam ser insistentemente apagados no plano das representações e suplantados pela ideia de uma totalidade social homogênea.

Em vista desse funcionamento discursivo, Jair Bolsonaro transfere à pauta governamental de Estado um tratamento “homogeneizante”, alinhado aos fins capitalistas — conforme mobilizado nas SDs anteriores. Decorridos os dias da pandemia, Bolsonaro continua na empreitada de fazer a economia não parar. Nesse sentido, sugere a normalidade da contaminação, uso da cloroquina e hidroxicloroquina, e defende a tese da imunidade de rebanho, alinhado ao “desejo” de fazer história às custas de um tratamento ineficaz, “*Essa*

decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil.” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 136).

Esse discurso pautado numa totalidade difusa e imprecisa, que, no entanto, funciona como efeito de consenso, se repete na SD abaixo:

SD 5 — “**Todo mundo** diz, é quase unanimidade, que 60% dos brasileiros já foram ou serão infectados. E a partir desse momento, que nós podemos praticamente dizer que ficamos livres do vírus tendo em vista esse percentual grande de pessoas ter conseguido anticorpos. Então a mensagem é: cuidar dos idosos e de quem tem comorbidade, e as demais pessoas também tomar o devido cuidado, mas não precisa se apavorar caso venha a ser contaminado”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p.137, grifo nosso).

A declaração da ordem da massificação e da repetição de que a pandemia não representa gravidade, e que a suposta imunidade de rebanho condiciona a população a ter anticorpos do vírus, fazem refletir o falso discurso de “proteção” que encaminhou milhares de brasileiros à morte. Essas massificações, que operam no âmbito da repetição, resgatam — via memória, analogicamente —, o programa de Hitler cujo propósito era embrenhar-se no indivíduo de forma inconsciente, através de uma linguagem popular e clara. Além da estratégia propagandista, segundo Goebbels, a propaganda funciona melhor quando aqueles que estão sendo manipulados estão confiantes de que estão agindo por sua própria vontade. (Fancelli, 2021, p. 81). Nesse sentido, deslocado ao contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, os cidadãos foram “massificados” discursivamente por uma propaganda governamental de Estado de que a economia não deveria parar visto que a pandemia não implicava gravidade, juntamente com a proteção de um tratamento ineficaz. Ou seja, “palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar” (Klemperer *apud* Piovezani; Gentile, 2020, p.11)

Pondo em cotejo com a atemporal técnica discursiva propagandista utilizada no regime totalitário do nazismo, “a questão da propaganda é, pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior” (Pêcheux, 2015, p. 73). Se outrora a propaganda nascera como tática de guerra, observa-se como ela vai ganhando outros contornos, produzindo identificação, enquanto age no psicológico. Assim, desde o surgimento da pandemia, havia, por parte do governo federal — encabeçado pelo ex-presidente da nação —, uma retórica de “convencimento” a qual operava para a não aceitação do contexto emergencial, a desqualificação. Ou seja, é nesse assujeitamento político ideológico que Bolsonaro massifica suas operações de negação da pandemia, disseminação de *fake news*, e a disposição de um tratamento inefetivo, ou seja, um

verdadeiro “passar a limpo” as técnicas psicológicas da propaganda. Segundo Pêcheux (2015, p. 87):

As condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo do pós-guerra se encontravam assim profundamente modificadas; uma nova articulação se instituiu entre o racional e o irracional, entre objetividade dos fatos, dos dados empíricos, etc, e a subjetividade das experiências e dos testemunhos, entre o sério das discussões entre experts e o imediatismo das informações distribuídas ao homem da rua, entre os mecanismos impessoais da administração capitalista e a personalização da vida política pelas “mass-médias.

Adicionalmente às análises estabelecidas na SD 5, tomamos o período inicial do texto “Todo mundo diz” em que mais uma vez são materializados o funcionamento ideológico à luz dos ensinamentos de Pêcheux (1997, p. 160), ou seja, “É a ideologia que fornece evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc. [...]”. Assim, o dispositivo da AD torna visível a contradição das evidências de modo que, a partir dessa teorização, seja possível refletir: quem é todo mundo? São todos os estudiosos, os cientistas, ou os influenciadores de Jair Bolsonaro que fazem parte do gabinete paralelo que objetivavam emplacar a tese da imunidade de rebanho⁵⁵? Nesse movimento indagatório pendular entre teoria e análise, em que é considerado a linguagem e a sua exterioridade, isto é, com as condições de produção e com a vida social, projetando os sentidos de que as pessoas não precisam atender às MNF, ou seja, a solução para o combate à pandemia defendida pelo então presidente da república era o atingimento da imunidade de rebanho por meio da contaminação coletiva pelo vírus.

Logo, ao analisar esse funcionamento discursivo, podemos inferir que, além dos atravessamentos capitalistas e fascistas, o tratamento adquiriu, principalmente no Brasil, um sentido político. Segundo o Relatório final da CPI, a microbiologista Natália Pasternak:

[...] informou que, das drogas utilizadas no chamado tratamento precoce, a hidroxicloroquina e a ivermectina foram as mais politizadas, principalmente no Brasil. Reforçou que, até o momento atual, não há medicamento eficaz para combater a

⁵⁵ A tese da imunidade de rebanho foi defendida por Jair Bolsonaro desde o início da pandemia. Influenciado pelo gabinete paralelo, conforme Relatório final da CPI: “[...] a estratégia pela busca da imunidade de rebanho por infecção levou o Presidente da República a resistir fortemente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como: o uso de máscara e o distanciamento social, bem como a não promover a celeridade necessária na aquisição de vacinas. Ademais, levou o chefe do Poder Executivo Federal a dar ênfase ao uso de medicamentos comprovadamente ineficazes no combate da Covid-19. Tudo isso colaborou para a propagação do vírus da Covid-19.” (Brasil, 2021, p. 34). “Pelos provas colhidas, foi possível concluir que o Presidente da República, assessorado pelo gabinete paralelo, defendia o atingimento da imunidade de rebanho por meio da contaminação coletiva pelo vírus. A estratégia era favorecer a propagação do novo coronavírus, contrapondo-se à adoção de medidas não farmacológicas que contribuíssem para evitar a contaminação, sobretudo o distanciamento social e o uso de máscaras.” (*Ibid.*, p. 50).

replicação viral, impactando na transmissão e na progressão da doença. (Brasil, 2021, p. 66)

Nesse caminho, entendemos que o que ocorre é um uso político da desinformação, produzindo um cruzamento direto entre a medicação usada, a medida preventiva adotada e o posicionamento político partidário. Nessa direção, a SD 6 que, pela produção do escárnio, divide fortes e fracos, de direita e de esquerda, ricos e pobres, todas essas classificações materializadas pela declaração de Jair Bolsonaro:

SD 6 — “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma tubaína”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p.62)

Nessa materialidade, entendemos que o que funciona é o sentido da divisão ideológica marcada discursivamente na declaração do ex-chefe de Estado quanto ao tratamento de Covid-19, ou seja, remonta o escancaramento da direita e da esquerda, atrelado ao tratamento por Cloroquina. Por assim dizer, os que são de direita estariam a salvo ao fazer uso do tratamento sugerido, e os de esquerda, no tom da ironia, tomariam a Tubaína ⁵⁶ numa clara alusão ao refrigerante popularizado entre as classes mais baixas, ou ainda ao ato de ser entubado em uma UTI, como também ao ato chulo de “entubamento”. Na esteira do novo capitalismo bárbaro, da postura ideológica marcada ou não pela aderência ao tratamento imposto ao povo brasileiro, faz-se necessário clamar pela discussão atemporal que abarca as contradições constitutivas e a divisão de classes, como afirma Pêcheux:

Este duplo caráter dos processos ideológico(caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a objetos (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder, etc.) que são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois. (Pêcheux, [1982] 1990, p. 12).

Isso equivale a refletir — a partir das análises estabelecidas — que, enquanto apagam-se políticas de extermínio marcadas na SD 6 pela divisão de classes, impera o discurso capitalista. Logo, saberes de uma FD direita, de uma posição-sujeito fascista e da extrema-direita revestem a partitura governamental em detrimento ao acolhimento à diversidade, isto é, estão marcadas, discursivamente, a exclusão e a eliminação de brasileiros e brasileiras do

⁵⁶ PEZZOTTI, Renato. Típico de SP, tubaína nasceu como marca e é associada às classes mais baixas. **UOL**, Mídia e Marketing, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/20/a-historia-da-tubaina-famoso-refrigerante-do-interior-de-sao-paulo.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

perfilamento de uma sociedade marcada pela divisão — aqui representados, linguisticamente — da direita *versus* da esquerda, ou favorecidos *versus* desfavorecidos.

Ainda na esteira da SD 6, temos uma marca discursiva ideológica produzida pela ironia. Ou seja, o sujeito que enuncia, Jair Bolsonaro, atrela o tratamento precoce aos que se denominam de direita, enquanto os de esquerda, fariam o uso da tubaína. Numa mobilização teórica, retomamos Pêcheux para pensar a ironia, visto que esta nos alia ao comentário do autor mostrando como a aparente brincadeira funciona, na verdade, a partir da contradição que é inerente a uma discrepância entre a ignorância do sujeito ou sua agudeza de “espírito”:

um grande número de brincadeiras anedotas, etc., são de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância, elas se constituem como que sintomas dessa apreensão e tem como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a ‘estupidez’) à contradição apreendida e exibida (isto é, a ‘ironia’) [...] . (Pêcheux, 1997, p. 156).

Nesse sentido, Bolsonaro, ao enunciar, marca discursivamente a contradição ideológica cujo sentido de direita e esquerda remetem — quando condicionados ao uso de cloroquina e da tubaína —, respectivamente, à vida e à morte e — por que não? — de classes, já que divide a sociedade em dois polos. Assim, segundo a generalização feita pelo ex-presidente, os primeiros deveriam tomar a cloroquina, marcando o lugar social das elites que estariam salvas; já, as classes mais baixas, os que se identificam com a esquerda — que precisam ser eliminados —, fariam uso da tubaína.

Adicionalmente na esteira da SD6, faz ressoar, pela memória, o histórico das pandemias mundiais: o velho chavão da busca por uma droga milagrosa⁵⁷. Assim, a partir da adesão discursiva de Jair Bolsonaro pela cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina — o tratamento precoce — ressoa a solução “rápida e milagrosa” para a Covid-19. Mesmo que a busca de respostas pela comunidade científica e pelos órgãos do Ministério da Saúde não fossem

⁵⁷ Para tal, retomamos a desenfreada corrida da tuberculina, droga descoberta por Robert Koch para combater a tuberculose no final do século XIX. Segundo Ujvari (2020, p. 304), em meados de 1890, a tuberculose, juntamente com a sífilis, indicavam pavor, pânico e morte, pois eram consideradas doenças incuráveis. Em 1890, os bacteriologistas — e suas bancadas — eram a esperança de cura. Em 1882, Robert Koch conseguiu mapear a bactéria causadora da tuberculose e, frente à cobiça do cientista alemão, recolhia linfa infectada dos animais e as injetava em cobaias de laboratório. Sabia que aquele conteúdo apresentava fragmentos da bactéria. O cientista foi além da tentativa de imunizar animais. As cobaias infectadas pela bactéria da tuberculose que receberam a linfa não adoeceram, diferente das demais que morreram em 6 a 8 semanas. Sua sugestão era de que a linfa, batizada como tuberculina, destruía as bactérias e proporcionava a tão sonhada, e perseguida, cura da tuberculose. No entanto, frente às pressões e a intensa repercussão internacional, a droga era mantida em segredo por Koch e franqueada a poucos profissionais da Europa. Ademais, pairavam dúvidas em relação aos componentes e quanto ao fracionamento que deveria ser ministrado aos pacientes. Dessa forma, houve questionamentos acerca da segurança. No meio médico, houve uma divisão entre os favoráveis e os contrários à tuberculina, ou seja, eram questionados a eficácia e os efeitos colaterais. Muitos artigos foram redigidos, e a polêmica persistiu. Ao final, a tuberculina foi nocauteada e se demonstrou ineficaz.

conclusivas, o ex-Presidente reitera discursivamente acerca dos testes da hidroxicloroquina usada para o tratamento do novo coronavírus.

SD 7 — “Eu defendo que você trabalhe, que todo mundo trabalhe. Lógico, quem é de idade fica em casa. Às vezes, o **remédio** demais vira veneno”.

“Graças a Deus o **remédio** está aí”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p.893, grifos nossos).

Na SD 7, novamente, a desqualificação da pandemia fica evidenciada pela reiterada afirmativa que o povo brasileiro volte ao trabalho; primeiramente, aponta, de forma individual “você que está aí”; em seguida, “todo mundo” é convocado à retomada ao trabalho, já que o “remédio está aí”. Numa abordagem enunciativa desqualificadora, mesclada de falsas soluções, atinge diretamente às classes menos favorecidas, na medida em que a pandemia estaria no mesmo patamar da economia. Os indicativos da convocação, do individual para o coletivo — você, todo mundo — tocam o emocional do individual para o coletivo, mobilizando os sentidos de que as pessoas não podem parar de trabalhar, que a economia não pode parar. Dito isso, as pessoas, sem condições financeiras, ao manterem-se isoladas, estariam condenadas à fome, à miséria, ao desamparo. O imperativo é o retorno ao trabalho, sob a proteção do pseudo remédio. Žižek (2020), em correspondência pessoal com Alenka Zupancic, destaca que esses imperativos não circularam somente no contexto do Brasil. Donald Trump, ao proferir “Vamos voltar ao trabalho” simula, de igual modo, a não preocupação com as pessoas de baixa renda, já que são as que retornarão ao trabalho, enquanto os mais ricos permanecerão em isolamento, alimentados, com sua renda garantida. Ademais, nesse imperativo de volta ao trabalho são observados em sua forma material a relação marcada pela divisão de classes, ou seja, os mais favorecidos não enfrentam a exposição ao vírus, pois estão alimentados, protegidos, enquanto o trabalho para menos favorecidos implica, segundo Marx na exploração, na mortificação, já que precisam enfrentar o vírus para sobreviver.

Ainda, na materialização discursiva, ao tomarmos o significante “remédio”, são mobilizados significados antagônicos. Na primeira ocorrência, o efeito de sentido produzido subjaz à ideia de que tomar as medidas de precaução ao vírus se tornam prejudiciais, enquanto, na segunda ocorrência, o remédio posto em destaque refere-se à cloroquina como a solução para a Covid-19. Nesse excerto enunciativo de Jair Bolsonaro, são mobilizados os sentidos de que as medidas de distanciamento e *lockdown* acarretam mais danos a longo prazo do que o impacto do vírus, e que a solução é a cloroquina para que todos voltem ao trabalho, e para que a economia não pare.

Logo, na pauta discursiva bolsonarista, ficam escancarados os sentidos de que o ser humano está por si, ou seja, ou trabalha, ou fica desamparado mesmo com a pandemia — reflexo das políticas implementadas pelo Estado mínimo. Segundo Žižek (2020, p. 128), o “(desmantelamento do Estado de bem-estar social) é em larga medida responsável pelo fato de muitos trabalhadores de baixa renda se encontrarem em situação calamitosa a ponto de a pobreza representar, para eles, uma ameaça maior que o vírus”. Em síntese, a partir da enunciação de Jair Bolsonaro, compreende-se uma condução polarizada e politizada que se instaurou no âmbito do Ministério da Saúde e, conseqüentemente, no Estado brasileiro, circunscrevendo a negação e desqualificação da Covid-19. Segundo Indursky (2020, p. 385):

Frente essas contradições, a vassalagem do (des)presidente frente aos Estados Unidos de Trump fica escancarada. E sua política de morte, uma vez mais, se faz visível. O desfinanciamento da saúde pública, como se vê, não pode ser creditado exclusivamente ao fascismo. Esse desmonte é fortemente tributário da política econômica neoliberal e denuncia o caráter privatista do (des)governo, que entrega ao mercado o que a Constituição determina como dever do Estado. De modo que uma política de morte, própria ao fascismo, une-se a uma política neoliberal nesse projeto de desconstrução do SUS. Mas não é só. É preciso somar a esses fatores, o negacionismo da ciência e a submissão a Trump. Pode-se, pois, observar que a pandemia foi fortemente politizada no interior dessa pasta. E, nessa guerra, quem de fato sai perdendo, é a população brasileira.

Ainda sob a ótica da desqualificação da pandemia adotada por Jair Bolsonaro, não poderíamos deixar de analisar a chancela pastoral e religiosa ao evocar “Graças a Deus o remédio está aí” para legitimar um tratamento sem comprovação científica. Ou seja, a Ciência/cientistas são substituídos por Deus. Para estabelecer a análise dessa declaração que clama Deus, é preciso pensar os laços com a história e a memória que determinam as formações ideológicas e discursivas do presidente da nação.

Diante do exposto, resgatamos, pelo viés da memória, as marcas discursivas da estreita relação de Hitler com Deus. Segundo Piovezani e Gentili (2020, p. 17) “O Führer reiterou o seu relacionamento estreito com a divindade, sua condição especial de eleito e filho de Deus, sua missão religiosa”. Ou ainda, conforme declarou em pronunciamento em 1937 “A providência nos conduz, agimos conforme a vontade do Onipotente. Ninguém pode fazer a história dos povos e do mundo se não contar com a bênção da Providência Divina” (*Ibid.*, p.17). Esses indicativos, adicionalmente, ressoam o *slogan* nacionalista da Alemanha Nazista “Alemanha acima de tudo”. Um pouco mais de meio século depois são ressignificados os sentidos do

fascismo/nazismo⁵⁸ no contexto brasileiro, quando Jair Bolsonaro utiliza, tanto na campanha presidencial como em seu governo, as expressões “Brasil acima de tudo” e “Deus acima de todos”. Nessa dinâmica discursiva da aproximação divina e dos lemas dos regimes totalitários, os autores Piovezani e Gentile asseguram: “Bolsonaro fala às massas e a outros setores sociais em uma língua ora mais ora menos manifestamente carregada com as marcas de um nosso fascismo tupiniquim cotidiano [...]” (*Ibid.*, p. 228). Na constituição discursiva simplória, numa construção sintática constituída de frases curtas, truncadas e desestruturadas, Jair Bolsonaro, ao estabelecer a retomada ao trabalho “seguro”, condicionado ao remédio avalizado pelo presidente enviado por Deus — o Messias —, estaria encaminhando o povo brasileiro ao desconhecido, já que o tratamento precoce não obteve resultados científicos de sua eficácia. Nesse sentido, tomamos em referência teórica Indursky (2020, p. 383):

[...] entre a vida do povo trabalhador e a economia, é preciso salvar os CNPJ e o lucro dos donos do capital, numa clara sinalização de quanto o trabalhador é descartável para esse (des)presidente: morre um, muitos outros, desempregados, estão a postos para preencher a vaga no dia seguinte. E, desse modo, percebe-se, mais uma vez, que, nesse teatro do grotesco, a Saúde Pública está submetida à Economia.

Logo, frente às análises discursivas das declarações de Bolsonaro que remontam dizeres ditos em outros tempos, ressoam, nos discursos do então presidente da nação, sentidos que nos fazem refletir e questionar: não estaria o povo brasileiro submetido às práticas eugenistas que, assim como nos campos de extermínio da Alemanha Nazista, ecoam em nosso país? Ou seja, como a situação dos desfavorecidos, dos idosos, dos doentes, dos indígenas, ou daqueles que, por algum motivo, não conseguiriam manter-se sem o amparo do Estado repercute? Como resposta, mais uma vez, nos ancoramos em Indursky (2020, p. 378): “uma nova forma de eugenia, praticada sem campos de extermínio e cujos alvos são os moradores das favelas, os negros, os indígenas.” Portanto, se há “inimigos”, precisam ser eliminados; “A ‘limpeza eugênica’ se transforma em uma ‘limpeza ideológica’” (*Ibid.*, p. 378).

Frente à escuta discursiva da desqualificação, da negação, da nova forma de “eugenia” que se instalou nas práticas discursivas do presidente da nação e, por sua vez, no Estado brasileiro durante o período da pandemia de Covid-19, cabe o questionamento: em que espaço cabem os dizeres/práticas e o nome de Deus? Estariam o trabalho (povo) e o tratamento (Kit

⁵⁸ Tomamos a definição de Freda Indursky (2020, p. 378) “O fascismo institui um inimigo a combater e eliminar, seja ele real ou imaginário. No nazismo, judeus, ciganos, homossexuais foram instituídos como o inimigo a eliminar. Em função disso, foram perseguidos, jogados em campos de concentração, reduzidos a escravos e mortos, em nome da raça pura. No Estado Novo, os inimigos eram os comunistas que também foram perseguidos e encarcerados, mas a prática da eugenia não presidia essas ações. Na ditadura militar, o inimigo também era o comunismo e os comunistas eram presos, torturados, mortos e seus corpos, não raramente, desaparecidos.”

Covid) sustentando os dizeres “do enviado por Deus” que é o líder da nação? Não obstante, essa tese de “enviado por Deus” converge com o forte vínculo entre o bolsonarismo e algumas denominações neopentecostais. Segundo a tese de Rocha (2020), esse vínculo não foi delineado nas eleições de 2018, mas vigora desde as manifestações de 2013 quando Bolsonaro, oportunamente,

[...] soube posicionar-se como nenhum outro político, transformando sua figura pública em ponto de fuga ideal do sentimento antipetista e antilulista, as forças dominantes no clima criado pela Operação Lava Jato. Entre a comunidade Evangélica, o antipetismo esteve menos centrado na crítica à corrupção do que a rejeição às políticas progressistas na área dos direitos Humanos e da Cidadania. (Rocha, 2020, p. 333).

Ademais, essa aproximação de práticas discursivas religiosas por parte de Jair Bolsonaro faz com que retornemos à história, a fim de compreender os sentidos mobilizados. Nesse sentido, frente ao potencial do público neopentecostal, convergem, não por uma teoria fácil de se explicar, mas que remonta o ressentimento da sempre busca do Inimigo — anticomunismo que contaminou desde 1935, data da Intentona Comunista, “O inimigo é sempre a esquerda, que nunca desistirá do propósito de Comunizar o Brasil.” (Rocha, 2020, p. 336). De forma paralela ao inimigo delineado no meio militar, e, por sua vez, no seio bolsonarista, o diabo denota o inimigo nas comunidades neopentecostais. Conforme Rocha (2020, p. 337), que resgata outra obra do bispo Edir Macedo — *Como vencer suas guerras pela fé: descubra como enfrentar as batalhas do dia a dia* — no terceiro capítulo “Como o diabo age hoje” ensinaria a esquerda tentacular, o perigo vermelho.

Nessa pauta do eterno inimigo que precisa ser eliminado, juntamente com o apelo ao conservadorismo, a honestidade e a mobilização de costumes tradicionais da família brasileira — mas, sobretudo, com o enaltecimento de ser “o escolhido” — que as comunidades neopentecostais se aproximaram de Jair Bolsonaro. Logo, segundo Rocha (2020), isso representaria, em determinadas denominações neopentecostais, uma articulação política de poder, como quando resgatamos a introdução do livro de Edir Macedo e Carlos Oliveira, cujo título é *Plano de poder. Deus, os cristãos e a política*, publicado em 2008, revela, segundo João 8:32 “A visão estadista de Deus”. Sem reservas, os bispos autores, explicitam: “Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para o desenvolvimento de uma política nacional, e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para seu povo” (Macedo e Oliveira *apud* Rocha, 2020, p. 334). Com os inimigos delineados, o Messias assume a presidência do Brasil e enuncia: “E conhecereis a verdade, e a

verdade vos libertará.” João 8:32. Assim, foi nessa aproximação “não planejada e potente” que o bolsonarismo e neopentecostalismo chegaram ao cenário brasileiro.

Por fim, essa aproximação chega ao plano governamental, ao citar: o presidente da República, deputados, senadores, ministros, militares e ex-militares, e membros do STF implicados nesse plano de poder instaurado no Estado brasileiro. No tocante ao nosso escopo, as regularidades discursivas que desqualificam/negam a pandemia de Covid-19 — adicionadas à cloroquina que ganha, na materialização discursiva, o *status* de “pílula da salvação” — criam uma atmosfera de segurança com proteção divina, utilizado como justificativa para a economia não parar. Ou seja, às custas do trabalho e de um fármaco sem eficácia garantida, é sustentado o discurso falacioso do ex-presidente. Contudo, na vanguarda desse discurso antagônico está o povo que precisa trabalhar para produzir riqueza aos donos de poder, o que justifica o posicionamento do (des)presidente, pois, segundo Indursky (2020, p.371): “o Brasil é alicerçado em uma ditadura do capital”.

3.1.1 A negação da ciência

A pandemia de Covid-19 alastrava-se pelo país e, desde a primeira referência enunciativa de Bolsonaro à cloroquina, durante uma live em 19.03.20, na qual foi afirmado que “Os Estados Unidos liberou um remédio com o potencial de tratar o coronavírus” (Brasil, 2021, p.710), projetam sentidos que a estratégia de combate à Covid-19 já estava delineada pelas falas e ações no plano governamental de Estado⁵⁹. No tocante às declarações reiteradas de Jair

⁵⁹ Tomamos como referência os dados e análise compilados no Relatório final da CPI, concluindo que Bolsonaro passou a promover o medicamento em suas redes sociais, discursos e lives, e o transformou em política pública de saúde. Dentre as ações que foram institucionalizadas no programa governamental de Estado podemos destacar:

I) Resolução de Diretoria Colegiada — RDC nº 354, de 23 de março de 2020, que retira a exigência de receita médica especial para pacientes que recebem medicamentos à base de cloroquina e hidroxicloroquina por meio de programas governamentais (Brasil, 2021, p. 1022);

II) Protocolo do Ministério da Saúde, de 20 de maio, recomendou uso de cloroquina em todos os casos de covid-19, inclusive com sintomas leves, sendo o paciente obrigado a assinar um Termo de Ciência e Consentimento em que assume a responsabilidade pelo tratamento. No mesmo dia, em nota oficial, o Conselho Nacional de Secretários da Saúde indicou que o documento não teve participação técnica nem pactuação junto aos entes federativos, que não se baseia em evidências científicas, e questiona: “Por que estamos debatendo a cloroquina e não a logística de distanciamento social? Por que estamos debatendo a cloroquina ao invés de pensar um plano integrado de ampliação da capacidade de resposta do Ministério da Saúde para ajudar os estados em emergência?” (*Ibid.*, 1024);

Bolsonaro observadas nas SD3, SD4, e SD7 — bem como o anúncio de que a liberação do remédio pelos Estados Unidos —, nota-se como estas marcaram discursivamente a apresentação do tratamento viável à Covid-19. Nesse sentido, o termo em disputa que ganhou a denominação de remédio, de cloroquina e, posteriormente denominado de tratamento precoce, coquetel e pílula da salvação, projetam uma regularidade que é tecida pela repetibilidade. Assim sendo, na materialização discursiva, o tratamento homogeneizante promovido pelo governo que, por sua vez, ganha ações institucionalizadas, projeta, segundo Pêcheux (1995, p. 130) a noção de que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas. Ou seja, à medida que a crise avançava, aumentava a propagação da publicidade favorável à cloroquina, ao Kit Covid e ao tratamento precoce, com vistas a atender à pressão política de alguns setores econômicos para que o país não parasse. Nesse sentido, os discursos e as ações governamentais estavam sendo semeados aos brasileiros e brasileiras — enquanto lhes era apresentado o tratamento pelo ex-presidente.

A apresentação do tratamento com cloroquina, segundo Ujvari (2020, p. 306), foi apresentada como eficácia para pandemia de Covid-19, quando os chineses comprovaram que a cloroquina reduzia a quantidade de vírus nas culturas, porém *in vitro*, sem testes em seres humanos. Enquanto isso os debates se intensificaram e ganharam o mundo, destaca-se o trabalho do médico francês Didier Raoult que, em março de 2020, relatou um estudo ao ministrar a hidroxicloroquina — opção por ser menos tóxica que a cloroquina — e azitromicina em pacientes humanos. Não tardou e o estudo ganhou os noticiários internacionais. Então, mesmo que o anseio pela possibilidade de cura estivesse representado nos noticiários e nas redes, os críticos, ainda assim, emergiram questionando, pois, uma vez que o experimento comparou pacientes que receberam as drogas com os que não receberam, foi revelado um número muito aquém para se estabelecer um resultado conclusivo positivo. O grupo que fora analisado apresentava 26 pacientes que ingeriram os medicamentos, e que foram colocados em cotejo com os 16 que não receberam. Dentre esses, seis foram retirados das análises, pois três necessitaram de internação em UTI: um morreu, o outro teve efeitos colaterais e um abandonou

III) “Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 405, de 22 de julho, regulou e flexibilizou em alguns aspectos a prescrição de ivermectina e nitazoxanida (Annita), além de cloroquina e hidroxicloroquina distribuídas fora dos programas governamentais.” (*Ibid.*, 1026);

IV) Em janeiro de 2021, lançamento do aplicativo TrateCov para “auxiliar os profissionais de saúde na coleta de sintomas e sinais de pacientes visando aprimorar e agilizar os diagnósticos da covid-19”, e escolheu Manaus para sua estreia. Após o médico cadastrar sintomas do paciente e comorbidades, a plataforma sugeria a prescrição de medicamentos como hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina, azitromicina e doxiciclina.” (*Ibid.*, 1028);

o tratamento. Esses indicativos colocaram a medicação em xeque, gerando, portanto, debates acalorados quanto aos prós e contras da hidroxicloroquina.

Assim como ressoaram as dúvidas apresentadas quanto à posologia e os riscos da tuberculina no final do século XIX, questionamentos também se instauram para o consenso ao tratamento de cloroquina e hidroxicloroquina aos pacientes no século XXI. Logo, são trazidos à baila, pelo viés da memória, os sentidos que ressoam atualmente, ou seja: a dúvida quanto à utilização no seu uso *off-label* no Combate à Covid-19. Conforme Ujvari (2020, p. 304), “repetimos um velho padrão na história das epidemias: a busca por uma droga milagrosa. Se mudarmos a cloroquina por tuberculina, e a Covid-19 para tuberculose, retornaremos para a última década do século XIX”. Nessa dinâmica, ainda segundo Ujvari (2020, p.307) os médicos procuravam experimentos com a hidroxicloroquina e buscavam, em revistas prestigiadas, estudos que incidissem luz às questões em suspenso. Logo, o pavor da pandemia apressava a aceitação dos revisores de revistas para novas publicações. Dentre a emergência por estudos, surge um estudo britânico que não encontrou diferenças na evolução dos pacientes que receberam o medicamento e os que não receberam; além de outro estudo que demonstrava que não havia eficácia em tomá-la para evitar a infecção. Nessa dinâmica, mais uma vez, observamos que os resultados se mostraram inconclusivos.

Em dissonância com a comunidade científica, e com as autoridades mundiais quanto a não adoção da cloroquina para combate à Covid-19, o Brasil adota uma postura que caminhou para legitimar esse tratamento, emitindo normas e portarias que — ancoradas nas falas de Bolsonaro — foram ganhando força e, por consequência, naturalizando a adoção do tratamento pela cloroquina e hidroxicloroquina em detrimento à adoção do isolamento e tudo o que a OMS apregoava. Assim sendo, podemos pensar, discursivamente, que a legitimação da cloroquina representa uma prática de um discurso capitalista, já que, mesmo após inúmeros estudos se mostrarem inefetivos no combate ao vírus, esses já estavam institucionalizados, fazendo ressoar, portanto, os interesses neoliberais. Dessa forma, os discursos do ex-presidente, além de negacionistas, ganham o tom capitalista quando instaurando a naturalização da adoção de um tratamento com fármacos inúteis ao tratamento contra a Covid-19.

A fim de ancorar teoricamente e circunscrever essa prática discursiva, o campo teórico da AD entende a língua, em sua forma material, como heterogênea, passível de deslizos, e sujeita a falhas e equívocos. Nesse sistema de rupturas e mal-entendidos, Michel Pêcheux opera com um conceito de língua voltada ao equívoco. Sendo assim, “o equívoco irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado.” (Leandro Ferreira, 2000, p.

15). Por isso, a língua é afetada pelo equívoco sob diferentes formas que podem se constituir: na falta, no excesso, na repetição, no parecido, no absurdo, dentre outros cuja materialização constitui a relevância no processo de produção de sentidos. Ademais, Orlandi (1999) incide seu olhar de analista com vistas a conceber a ideologia constituída por falhas, e a língua passível de equívoco.

É nesse terreno fértil que podemos compreender a contradição que se instaura no tocante aos enunciados discursivizados por Jair Bolsonaro quanto à adoção da cloroquina/hidroxicloroquina, azitromicina, Kit Covid/tratamento precoce em contraponto a não aceitação das vacinas. Dessa forma, a contradição discursiva é instaurada na defesa de um tratamento alternativo, mas a não adoção da vacina, que, segundo Bolsonaro, não tinha comprovação científica, para além da negação da ciência, também apresenta o acréscimo de tintas xenofóbicas ao imunizante uma vez que a vacina foi denominada “vacina chinesa” e, “vachina”⁶⁰. Neste panorama discursivo, Pêcheux teoriza, ratificando que “Uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão; ela não se realiza senão dentro da contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários”. (Pêcheux, 1980, p. 52)

A fim de estabelecer um caminho analítico, selecionamos algumas sequências discursivas que refletem a repetibilidade, o equívoco, e as contradições evidenciadas nos jogos de sentido que materializam, a partir das falas do ex-presidente, ações promovidas pelo regime de Jair Bolsonaro de negação da ciência. Assim, segundo Pêcheux, no processo de interpelação ideológica entendido como ritual: “[...] supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (Pêcheux, 1990, p. 17).

SD 8 — “Particularmente, comecei a **defender a hidroxicloroquina**, calcado também nas experiências de médicos pelo Brasil, que apostavam nela e tinham uma resposta através da sua observação. **Não consegui impor ou propor a sugestão ao então ministro da Saúde, de retirar do protocolo que o tratamento com a hidroxicloroquina, deveria ser ministrada apenas, quando o paciente tivesse em estado grave** [...] parabenizo toda a classe médica do Brasil, em especial, aqueles que ousaram com a hidroxicloroquina, bem como com outras formas de medicamento”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 91, grifos nossos).

SD 9 — “Para a França aí (sic), no Brasil tomando a **cloroquina** no início dos sintomas, 100% de cura”. (*Ibid.*, p. 905, grifos nossos).

SD 10 — “no Brasil, tomando **a cloroquina** no início dos sintomas, 100% de cura”.

⁶⁰ Tomamos a referência da xenofobia descrita no artigo de Felipe Betim, publicado no portal digital do *El País* (2021).

“Brasil vencendo a Covid-19”. (*Ibid.*, p. 139, grifos nossos)

SD 11⁶¹ — 1a. “você entrou com o **tratamento precoce** lá agora?” (Bolsonaro, 2021 *apud* Brasil, 2021, p. 100, grifos nossos)

1b. “...Até poucos meses o Brasil estava um dos primeiros em número de mortos por milhões de habitantes. Agora está em vigésimo-terceiro ou vigésimo-quarto” e pergunta: “Por que?” (*Ibid.*, p. 100, grifos nossos)

1.c “Por que o número de mortes está sendo menor no Brasil? Pelo tratamento precoce. Não tem outra explicação. Graças ao voluntarismo de algumas dezenas de milhares de médicos que resolveram levar avante isso. Comprovaram na ponta da linha. Trataram com **hidroxicloroquina, trataram com ivermectina, com Annita, com azitromicina** e deu certo. [...] **Não tem comprovação científica.** Ô cara, mas não tem efeito colateral, sequer a questão do coração, a arritmia. (*Ibid.*, p. 100, grifos nossos).

1.d. “No Brasil agora tem dado certo **a hidroxicloroquina, a azitromicina, ivermectina, Annita, zinco, vitamina D** têm dado certo. **Procure seu médico. Se ele achar que tá errado, procure outro médico**”. (*Ibid.*, p. 101, grifos nossos).

SD 12 — “estudos clínicos demonstram que o **tratamento precoce** da covid, com antimaláricos, podem reduzir a progressão da doença, prevenir a hospitalização e estão associados à redução da mortalidade.” (*Ibid.*, p. 70, grifos nossos).

SD 13 — “O Conselho Nacional de Medicina (sic) incentiva a medicação para covid com aquele velho chavão fora de bula, não apoia nem desapoia, mas diz claramente que médico na ponta da linha tem que ser respeitado.... Nas minhas observações aqui eu quero receitar para você o medicamento que é usado para combater a malária, não pra covid, mas temos aqui observado que hidroxicloroquina diminui a carga viral, os efeitos colaterais são esses, não tem arritmia. [...] A informação que nós temos é que mais cedo a ou mais tarde a **hidroxicloroquina, ivermectina** realmente não aumenta a carga viral e cura da covid-19. E quando comprovar vocês vão ver, sabendo que das 200 mil, 140 poderiam ter sido tratadas e não serem levadas a óbito”. (*Ibid.*, p. 139, grifos nossos).

SD 14 — “Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do **tratamento precoce**, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina. Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial. Respeitamos a relação médico-paciente na decisão da medicação a ser utilizada e no seu uso off-label. Não entendemos por que muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o **tratamento inicial**”. (*Ibid.*, p. 63, grifos nossos).

Percebemos, pela materialização discursiva, que a tenacidade de Jair Bolsonaro é marcada pela repetibilidade quanto à adoção e uso do tratamento alternativo, mesmo afirmando, na SD 11, que “*não tem comprovação científica*”. Ao analisarmos as SDs, que estão dispostas percorrendo uma linha temporal à medida que eram enunciadas pelo ex-presidente, as regularidades de que o tratamento por cloroquina, hidroxicloroquina, e tratamento alternativo,

⁶¹ Na SD 11, os recortes das falas de Jair Bolsonaro foram feitos a partir da transcrição do diálogo em uma *live* com o então ministro da saúde Eduardo Pazuello no dia 14 de janeiro de 2021.

indicam sentidos para solução no combate da Covid-19. Nessa dinâmica, destacamos o processo discursivo da repetição incessante do vocábulo cloroquina, hidroxicloroquina, tratamento precoce. O tratamento inicial, reiteradamente, materializado nas Sequências discursivas SD 8 a SD 14, projeta a solução para proteção da vida — que é apresentado nessa regularização discursiva do uso dos fármacos. Portanto, além da solução apresentada, a repetição ressoa, pelo viés da memória, como uma linguagem fascista que, segundo Klemperer (2009, p. 14), implica no poderio dessa linguagem, isto é: ao serem enunciadas massivamente, as palavras são aceitas. “O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio das palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconscientemente e mecanicamente”. Dessa forma, a partir da repetibilidade, o tratamento apresentado, mesmo que não avalizado pela ciência, ganha a legitimação.

Se, nas primeiras declarações de Bolsonaro, houve a elipse do tratamento pela cloroquina/hidroxicloroquina, conforme a primeira declaração em referência à cloroquina: “*os Estados Unidos liberou um remédio com potencial de tratar o coronavírus*”. (Brasil, 2021, p. 710) e a declaração “*Graças a Deus o remédio está aí*”. (*Ibid.*, p. 893), marcado pela não referência ao tratamento escolhido, o mesmo não acontece depois do primeiro pronunciamento em 24 de março de 2020, SD 3. Há, sim, neste espaço delimitado pelas sequências discursivas SD 8 a SD 14, uma medida sanitária que vai ganhando força, mesmo após ser colocado em suspenso pela comunidade científica. Dessa forma, vai instaurando-se, no plano governamental de Estado, a solução para a economia não parar.

Nesse conjunto de sequências discursivas, ainda destacamos a declaração materializada na SD 13 “*Nas minhas observações aqui eu quero receitar para você o medicamento*”, que mobiliza as contradições que são projetadas nessa SD. Quando Jair Bolsonaro enuncia que o Conselho Nacional de Medicina incentiva o uso da cloroquina/hidroxicloroquina de uso *off label*, enfatizando que a decisão estaria a critério do médico, mobiliza o sentido que a decisão estaria a cargo do profissional receitar ou não. No entanto, posteriormente, há materializado pelo uso da 1ª pessoa do singular a prescrição do tratamento precoce como viável. Dessa forma, nessa contradição, é projetado o sentido de autoritarismo, segundo Piovezani; Gentili (2020, p. 144) “Bolsonaro integra uma massa de profissionais preparados para defender o povo brasileiro e afirma em primeira pessoa do singular seu amor pelo Brasil”, ou seja, para além do patriotismo, o ex-chefe presidente ao colocar-se no lugar do médico, estaria preparado para receitar ao povo brasileiro um tratamento que não aumenta a carga viral e cura da Covid-19.

Assim, cabe pensar ainda a contradição que fora instaurada no Ministério da Saúde, quando ministros atrelados à área da medicina mostraram-se contrários à adoção dessa prática

no ministério. Eles não se sustentaram à frente da pasta, não por discordarem ideologicamente, mas por não aceitarem a imposição de oferecer ao povo brasileiro um tratamento sem eficácia. Isso ocorreu, por exemplo, na materialização da SD 8, quando o ex-chefe de Estado declarou: “Não consegui impor ou propor a sugestão ao então ministro da Saúde, de retirar do protocolo que o tratamento com a hidroxicloroquina, deveria ser ministrada apenas, quando o paciente tivesse em estado grave” (*Ibid.*, p. 91). Logo, além de criticar o ex-ministro, o ex-chefe de estado também o demitiu por discordar sobre o tratamento homogeneizante. Assim como na SD 11, Jair Bolsonaro incentiva a população a aderir ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina, mesmo que o profissional de saúde não o prescrevesse: “Procure seu médico. Se ele achar que tá errado, procure outro médico” (*Ibid.*, p. 101). Porém, quando Eduardo Pazuello assumiu o Ministério da Saúde inteiramente, em maio de 2020, alinhado ideologicamente com o ex-presidente, implementou ações governamentais em consonância ao que o ex-presidente assumiu desde o início da pandemia: práticas negacionistas/desqualificadoras que encaminharam uma estratégia institucional de propagação do vírus⁶².

Entre as ações, destacam-se a falta de coordenação nas ações preventivas — distanciamento social e ações de planejamento e coordenação do SUS —; estímulo ao uso de medicamentos sem eficácia contra a doença; omissão na falta de oxigênio na cidade de Manaus — culminando no caos nos hospitais por falta de oxigênio —; lançamento da plataforma TrateCOV — que indicava ivermectina, cloroquina, e hidroxicloroquina azitromicina no combate à doença —; longa espera na transferência de pacientes graves internados em Manaus, dentre outras. O viés institucionalizado no governo encaminhava-se, prioritariamente, na promoção da cloroquina e da hidroxicloroquina como aposta do governo de Bolsonaro para combater a pandemia.

Dessa forma, alinhadas às ações governamentais de Estado que apostaram em fármacos sem comprovação científica no combate à pandemia, nem Jair Bolsonaro nem o governo federal coibiram o seu uso, muito pelo contrário, assumiram a compra de insumos, incentivaram os estudos e o aumento da produção da cloroquina pelo Exército — LQFEx. E nessa dinâmica de um tratamento ineficaz, segundo Brasil (2021, p. 710)

[...] Bolsonaro passou a promover o medicamento em suas redes sociais, discursos e *lives*, e o transformou em política pública de saúde. Em 21 de março, Bolsonaro anunciou que o Hospital Albert Einstein havia iniciado um protocolo para avaliar a eficácia do medicamento. Além disso, Bolsonaro informou que se reuniu com o

⁶² Tomamos essa assertiva com base no Relatório final da CPI (Brasil, 2021).

Ministro da Defesa para iniciar imediatamente a produção de cloroquina pelo Laboratório Farmacêutico Químico do Exército.

Dito de outro modo, Bolsonaro anunciou o início de estudos com a cloroquina e a produção do medicamento pelo LQFEx para utilização como política de saúde pública. Assim sendo, com os insumos e a franca produção, o então general ministro incluiu as medicações no protocolo oficial do Ministério da Saúde⁶³. Portanto, foi a partir das regularidades discursivas analisadas, que entendemos os efeitos de selar a cloroquina/hidroxicloroquina como o tratamento adequado à Covid-19, promovido assim, por interesses econômicos — independentemente dos riscos que estes implicavam à saúde individual e coletiva —, representando a solução do (des)governo de Jair Bolsonaro.

3.1.2 Descrédito nas vacinas

Neste cenário enunciativo da desqualificação, do negacionismo e do descrédito nas vacinas, entram em disputa os sentidos de legitimação do “tratamento alternativo” em detrimento à adoção de imunizantes como prática de Estado, pois, quando foi apresentada ao governo federal a oportunidade de compra das vacinas, observamos o estranhamento causado devido à contradição discursiva de Jair Bolsonaro na defesa de um tratamento sem comprovação científica, juntamente com a não validação dos imunizantes sob a alegação de serem experimentais. Neste momento, proponho um deslocamento projetado na adesão tanto no discurso como nas ações governamentais de Estado de Jair Bolsonaro do medicamento milagroso em contraponto com a relutância da não aceitação da vacina. A proposta de leitura consiste na realização de um gesto de interpretação que nos permita, pela rede da memória, pensar sobre as ações do uso da cloroquina no combate à Covid-19.

Assim, esses discursos remontam o discurso negacionista e anticientífico do ex-chefe de Estado, que promovia o “tratamento alternativo” na incidência da cura, mesmo sem comprovação científica. No contraponto discursivo, enquanto Bolsonaro colocava em dúvida a eficácia das vacinas por não serem seguras, eram instauradas narrativas que subvertiam a razão, produzindo efeitos de verdade e irrefutabilidade no quesito tratamento alternativo. Nesse movimento contraditório de manutenção de um tratamento e demonização do outro, percebe-se, discursivamente, a regularização quanto à adoção do tratamento alternativo. Assim, o que

⁶³ Referências à nota de rodapé nº 3, itens I, II, III e IV. Acrescido da referência disponível no site da Agência Brasil (2020), em notícia sobre o novo protocolo para uso da cloroquina em tratamento para pacientes com Covid-19.

se vai sustentando nesse jogo contraditório por parte do governo federal são os ataques à vacinação contra a Covid-19. Desse modo, o efeito de sentido que se dá pela repetibilidade e a contradição faz com que funcione o discurso de Jair Bolsonaro que contraria dados de especialistas, ao desqualificar e minimizar a pandemia e criticar as medidas de restrição; e, em contraponto, institucionalizar ações governamentais de Estado de que a cloroquina era a solução, visando um instrumento e solução rápidos para a economia não parar.

Na corrida pelo desenvolvimento de uma vacina, grandes laboratórios mundiais investiram em pesquisa e desenvolvimento de um imunizante, a fim de combater o SARS-CoV-2, causador da Covid-19. Segundo o Instituto Butantan⁶⁴, essa investida tecnológica de combate à SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) vinha acontecendo desde 2003, quando ocorreu o primeiro surto global envolvendo o coronavírus. Deste modo, a universidade de Oxford — que estudava o SARS-CoV — já tinha dois dos estudos clínicos em humanos, mas nenhum imunizante chegou a ficar pronto, visto que a pandemia acabou antes. Logo, quando o surto chegou no final de 2019, já existiam estudos consistentes — e tecnologia — que auxiliassem o enfrentamento ao coronavírus, de modo que assim coube aos cientistas adaptarem a vacina para combater o novo vírus.

Quando os laboratórios a colocaram no mercado, o governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB), num acordo com o laboratório SINOVAC em parceria com o Butantan, promoveu o desenvolvimento da Corona Vac. No contexto governamental federal⁶⁵, a aposta era no acordo da Fiocruz para a produção da vacina da AstraZeneca/Oxford. Com isso, houve a renúncia de alguns imunizantes já disponíveis, como o da Pfizer/BioNTech, Moderna ou Johnson & Johnson — além da própria Corona Vac. O então ministro, Eduardo Pazuello, chegou a anunciar a aquisição da vacina em outubro, porém, horas depois, foi desmentido pelo ex-chefe de Estado, desencadeando na célebre declaração do ministro: "Um manda, o outro obedece". Na sequência, Bolsonaro deu uma declaração de que a vacina não seria adquirida, pois não havia comprovação científica da sua eficácia. Na mesma data, Bolsonaro publicou nas redes sociais que o governo não compraria vacina sem comprovação científica, e que o povo não seria cobaia. Na investida malsucedida, Jair Bolsonaro e seus aliados travam uma verdadeira guerra política contra a vacina, ao denominá-la como “vacina chinesa”, bem como

⁶⁴ BUTANTAN. A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. **Portal do Butantan**, São Paulo, [2021?]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>. Acesso em: 8 maio 2023.

⁶⁵ Tomamos como referência os dados disponíveis em texto de Felipe Betim, intitulado: As ações de Pazuello durante a pandemia de covid-19 que agora o colocam em xeque, publicado em 24 janeiro de 2021, no *El País*.

“em 13 de janeiro de 2021, em declaração aos seguidores, Bolsonaro ironizou a eficácia de 50,38% da Corona Vac: ‘Essa de 50% é boa?’” (Brasil, 2021, p. 726), colocando-a em descrédito.

No estabelecimento das políticas governamentais de uma escolha consciente pela cloroquina em detrimento à vacina, cabe pensar que, quando há facilitação ao acesso ao medicamento, emerge o equívoco, produzindo efeitos de sentido de que, para vacina, precisa de comprovação. No entanto, para a cloroquina/hidroxicloroquina, não. Nesse movimento da contradição na SD 15, Bolsonaro declara abertamente a campanha antivacina, capitaneando-a à falta de segurança, morte, invalidez, anomalia, e que a “cura” pelo tratamento proposto seria menos oneroso, quando comparada à vacina.

Em contrapartida, nas SDs 16 e 17, quando o ex-presidente enuncia que as vacinas são experimentais, e que não apresentam comprovação científica, ele deixa claro ao povo brasileiro a não obrigatoriedade de vacinar-se, indicando que a melhor vacina seria o franqueamento à tese da imunidade de rebanho⁶⁶, alinhado assim, à não comprovação científica das vacinas e acrescentando que essas são experimentais. Ainda, na SD18, é instaurado o efeito de sentido autoritário do ex-presidente, ou seja, o que sustenta o discurso voltado ao ataque às vacinas contra à Covid-19. No tom da ordem, marcado pelo emprego imperativo do verbo mandar, e associado à declaração autoritária de “*o presidente sou eu*”, “*não abro mão da minha autoridade*”, observa-se um padrão de enunciação que projetam uma franca escalada à desinformação e autoritarismo, afrontando, portanto, a ciência e a democracia.

SD 15 — “não transmite segurança pela sua origem”

⁶⁶ A tese da imunidade de rebanho foi defendida por Jair Bolsonaro desde o início da pandemia, influenciado pelo gabinete paralelo, conforme Relatório final da CPI: “[...] a estratégia pela busca da imunidade de rebanho por infecção levou o Presidente da República a resistir fortemente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como o uso de máscara e o distanciamento social, bem como a não promover a celeridade necessária na aquisição de vacinas. Ademais, levou o chefe do Poder Executivo Federal a dar ênfase ao uso de medicamentos comprovadamente ineficazes no combate da covid-19. Tudo isso colaborou para a propagação do vírus da covid-19”. (Brasil, 2021, p. 34).

“Pelos provas colhidas, foi possível concluir que o Presidente da República, assessorado pelo gabinete paralelo, defendia o atingimento da imunidade de rebanho por meio da contaminação coletiva pelo vírus. A estratégia era favorecer a propagação do novo coronavírus, contrapondo-se à adoção de medidas não farmacológicas que contribuíssem para evitar a contaminação, sobretudo o distanciamento social e o uso de máscaras.”(Brasil, 2021, p. 50).

“Diante do que restou apurado, portanto, nota-se que o governo federal estava alinhando com a ideia da imunidade de rebanho por contaminação natural, não só em época que não se sabia sobre agressividade do vírus, como depois que se verificou que estávamos diante de uma doença para a qual não havia vacina ou tratamento, ou seja, com alto poder de letalidade. Da mesma forma, verificou-se que a estratégia adotada foi temerária e ignorou o fato de nenhuma pandemia ter sido, até hoje, controlada por meio da imunidade de rebanho pela infecção.” (Brasil, 2021, p. 57).

“mais barato ou mais fácil investir na cura do que na vacina”

“morte, invalidez, anomalia”

“fazendo mal para si mesmas” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 682)

SD 16 — “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina” (*Ibid.*, p. 694)

“um país só estará imune ao vírus, já que não tem vacina, quando uma parte da sua população for infectada e adquirir anticorpos”. (*Ibid.*, p. 694)

SD 17 — “Queriam obrigar a gente tomar a vacina? Vacinas experimentais!” e “A vacina também é experimental. Tá usando de forma emergencial. Não tem uma comprovação científica.” (Bolsonaro, 2021 *apud* Brasil, 2021, p. 693)

SD 18 — “já mandei cancelar, o presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 238)

Enquanto nas SDs anteriores há, discursivamente, marcas das regularidades que promovem a não segurança da vacina atrelada à desobrigação individual de imunização, na SD 19, emerge a explicitude da institucionalização do tratamento alternativo, quando Jair Bolsonaro afirma que o então ministro Pazuello, numa missão difícil, continuou na investida de prescrição da hidroxicloroquina. Ou seja, a utilização da vacina na fala de Bolsonaro implica ser “cobaia”, mas a utilização de medicamentos inúteis, não. Como também, ser “mais barato e mais fácil investir na cura do que nas vacinas”, a quem esse custo baixo foi concedido? Convenientemente, aos interesses daquele governo que na pauta governamental seria “livre” de acordos espúrios, mas que atendeu “a tal necessidade de “produzir esperança para corações aflitos” foi a razão apresentada para o fato de o insumo adquirido em 2020 custar 167,21% a mais do que aquele comprado em 2019” (Brasil, 2021, p. 113). Dessa forma, a materialização discursiva estabelecida nesta SD é pautada pela “missão difícil, qualquer situação, receitar-se hidroxicloroquina”. Nessa via, é regido um plano governamental de Estado do uso desse fármaco no combate à Covid-19 como a cura possível.

SD 19 — “É uma **missão difícil** e então o Pazuello continuou e resolveu mudar, não foi protocolo, foi orientação. Foi orientação. O Pazuello resolveu mudar a orientação e botou ali então, em **qualquer situação**, aplicar-se a, ou melhor, **receitar-se a hidroxicloroquina**, de modo que a possibilidade de receitar a hidroxicloroquina, que o médico pudesse ter a sua liberdade”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 147, grifos nossos).

Nesse processo discursivo, as SDs 20, 21 e 22 circunscrevem a tomada de posição contra a vacina, e ratificam o discurso falacioso de convencimento aos brasileiros e brasileiras que a imunidade de rebanho e o tratamento precoce são eficazes no combate à pandemia. Essas

regularidades são marcadas quando o ex-chefe da nação simula discursivamente pela reiteração de que estudos são confiáveis, sem apontar quais. Aliado ao uso da 1ª pessoa do singular, projeta a validação do que é enunciado por um chefe de Estado por si só já seria suficiente para cancelar um tratamento, em detrimento ao que ciência já sinalizava como tratamento ineficaz, mais uma vez, colocando-se no lugar do cientista, falando como se fosse um, na tentativa de homogeneizar o tratamento para combater o vírus da Covid-19. Portanto, nessa busca da validação de um tratamento, sustenta-se a ideia de que “*estudos confiáveis*” apontam que a tese de imunidade de rebanho forneceria mais anticorpos que as vacinas, assim como a defesa subjetiva do “presidente da nação” de que o tratamento alternativo é viável e seguro, retirando dos brasileiros a capacidade da razão sob o discurso daquele que deveria pensar e estabelecer ações governamentais de Estado a fim de proteger a vida. Assim, o que podemos compreender, pelas análises, é que se trata de narrativas que subvertem a razão, provando que, nessas regularidades, ressoam os sentidos neoliberais. A cloroquina/hidroxicloroquina é o instrumento, a solução para que os trabalhadores voltassem à normalidade e, por consequência, a economia não sofresse impacto.

SD 20 — “que ‘estudos confiáveis’ indicam que contaminados pelo novo coronavírus teriam seis vezes mais anticorpos do que as pessoas vacinadas” (Bolsonaro, 2021 *apud* Brasil, 2021, p. 904)

SD 21 — “Eu sou uma prova viva” [da eficácia do tratamento precoce]. (*Ibid.*, p. 693)

SD 22 — “Eu tive a melhor vacina, foi o vírus, sem efeito colateral” (*Ibid.*, p. 1044)

SD 23 — “[...]o Brasil tem 210 milhões de habitantes, um mercado consumidor de qualquer coisa enorme, os laboratórios não tinham que estar interessados em vender pra gente? Por que então eles não apresentam a documentação na Anvisa? O pessoal diz que eu que tinha que ir atrás, quem quer vender, se eu sou vendedor, eu quero apresentar”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p.320)

Por fim, fundamentado nas regularidades discursivas analisadas, compreendemos que, a partir da autoridade do presidente (SD 18), são engendrados os sentidos da tese da imunidade de rebanho, aliados ao tratamento precoce, como tratamento viável à Covid-19. No contraponto, emergem as dúvidas quanto à segurança das vacinas, como a apresentada na SD 23, que delega aos laboratórios a obrigação de apresentar a documentação quanto à segurança das vacinas. Nessa esteira, cabe o questionamento: todos os países estavam na corrida das vacinas, por que o Brasil teria tratamento diferenciado? E a resposta é: porque o tratamento já havia sido apresentado — conforme a materialidade presente na SD 20 “estudos confiáveis”, isto é, com validação científica — e apontava a imunidade de rebanho como mais efetivo do que as vacinas

no combate à Covid-19. Neste panorama, mostras são repetidas *ad nauseam* pelo chefe de Estado, provocando nas interações sociais a dúvida, já que “se o presidente está afirmando, quem sou eu pra discordar”.

Ademais, nesses processos discursivos marcados pela repetição, coadunamos com Orlandi (2023, p. 61) que propõe que vejamos no argumento uma noção expandida de gesto de Pêcheux, ou seja, “o de apontar em certa direção de sentido. Dirigir os sentidos, ao interpretar, no jogo das formações discursivas”, isto é, um processo argumentativo que foi sendo projetado pelo ex-chefe de Estado que sustenta os sentidos contra a vacinação, como “quando uma formulação faz funcionar um “confronto” ideológico” (*Ibid.*, p. 61); e que se mostra pela disputa de sentidos entre um nome e outro, uma palavra e outra, uma proposição e outra. Questão de interpretação, questão de ideologia.” (*Ibid.*, p. 61). Portanto, quando Bolsonaro enuncia: “*não transmite segurança pela sua origem*”, “*morte, invalidez, anomalia*”; “*Queriam obrigar a gente tomar a vacina? Vacinas experimentais!*”; “*Não tem uma comprovação científica.*”; e “*Quem tomar vacina vai virar jacaré*”, projeta que “seu argumento é um gesto contra a vacinação. Enquanto a voz da ciência diz que todos devem ser vacinados. No confronto ideológico, confrontam-se interpretações. Disputa de sentidos. Deslocamento. Isso é argumentação” (*Ibid.*, p. 61).

3.2 A (des) harmonia entre a vida e o capitalismo

A cidade estava ameaçada pela doença, com seu comércio prejudicado pelas medidas da quarentena e o turismo, já ativo no final do século XIX, comprometido pelo alarme que se fazia. A população, temerosa da morte iminente que uma epidemia de peste enunciava, também previa que essas principais atividades, comércio e turismo, iriam estagnar. A economia ruiria. (Ujvari, 2020, p. 241)

Ao longo da história, as pandemias representaram morte e entraves/ruínas no campo econômico — conforme descrito por Ujvari (2020), quando apresenta a preocupação das políticas públicas com as epidemias de febre amarela, tuberculose, malária e ampliação da vacinação contra a varíola no Brasil do século XIX. No entanto, no ano de 1899, a chegada da peste bubônica representou para os governantes um entrave. Oriundo da cidade do Porto, em Portugal, um navio atracou no porto de Santos, e dele desembarcaram, na cidade santista, imigrantes portugueses e roedores que trouxeram a peste. Não demorou para que os primeiros óbitos acontecessem. O médico sanitário Vital Brazil foi deslocado à cidade para fazer investigações frente ao surto, e confirmou, pelas análises feitas no microscópio, que se tratava

de um caso de peste. Ou seja, com a confirmação, Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, juntamente com as autoridades públicas, estabeleceram medidas a fim de conter a disseminação da doença, no entanto a aflição evidente foi com o fechamento do comércio e a respectiva estagnação da economia, resultando, portanto, na sua ruína.

Como ecos que falam antes, em outros lugares, as declarações do ex-presidente acerca da pandemia de Covid-19 representaram a face da preocupação com a economia, e não com a vida. Desse modo, segundo Grigoletto e De Nardi (2020), quando a memória é entendida como parte das condições de produção, “estamos entendendo, à luz das preleções de Pêcheux ([1969], 1997, p. 85), que todo processo discursivo é atravessado por diferentes representações imaginárias, as quais resultam “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.”

Esses indicativos são marcados discursivamente nas SDs 24 a 27, quando Jair Bolsonaro enuncia a preocupação de que a implantação das medidas não farmacológicas (MNF) no combate à pandemia de Covid-19 prejudicaria o trabalho — alinhado, também, à crítica de que os brasileiros não deveriam ficar em casa. Em vista disso, os efeitos de sentido que se deixam à mostra nessas discursividades, para além das estruturas enunciativas, são de que a vida só é pautada na produtividade do trabalho. Para Žižek (2020, p. 10) “o Coronavírus parece ter posto à luz a verdade latente em nossa forma de vida neoliberal: é preciso acelerar sempre, é impossível parar, quem está contra o mercado é comunista, queremos o Estado mínimo — e a opção final: vida ou economia?”.

Portanto, considerando a perspectiva teórica adotada, podemos ver outras teias do dizer, isto é, os funcionamentos discursivos que enredam o dizer de que a economia é que regula as falas do ex-chefe de Estado, os quais, por sua vez, se entrelaçam nos dizeres/ações governamentais de Estado. A fim de ratificar que esses indicativos do capital que se sobrepõe à vida, tomamos as sequências discursivas:

SD 24 — “Viram o que o diretor da OMS falou? **Tem que trabalhar**. Sempre falei que temos dois problemas: **o vírus e o desemprego**. [...] Quando comecei a falar isso me chamaram de genocida. Ele estava um pouco constrangido, mas falou a verdade. OMS se associa a Jair Bolsonaro” (Bolsonaro, 2020 *apud* Brasil, 2021, p. 721, grifos nossos).

SD 25 — “parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte **a questão do desemprego**”. (*Ibid.*, p. 174, grifo nosso).

SD 26 — “Infelizmente o vírus chegou e infelizmente continua levando pessoas a óbito, infelizmente. Em especial os mais idosos e o pessoal que tem algum tipo de doença. Mas uma verdade que ninguém contesta, né, que 0% a 70% da população vai ser infectado. Ninguém

contesta esse número. Só a partir daí, diz gente do mundo todo, que o país começa a realmente entrar em uma normalidade, poder dizer que está ficando livre do vírus. Agora, a **questão do emprego, que foi sendo destruído desde lá de trás, sempre foi uma preocupação minha**, vocês não imaginam o como apanhei da mídia brasileira. Aquela sempre história, né? **Vida você não recupera, economia recupera. Dois problemas, acredito**". (*Ibid.*, p. 138, grifos nossos).

SD 27 — “Vocês não pararam durante a pandemia. Vocês não entraram na **conversinha mole de 'fica em casa'**. Isso é para os fracos”. (*Ibid.*, p. 175, grifo nosso)

Nessa dinâmica discursiva vai sendo estimulado, conservado e legitimado esses discursos da ordem do capital, evidenciadas nas SDs:

- **“Tem que trabalhar”**;
- **“está chegando e batendo forte a questão do desemprego”**;
- **“[...] o vírus chegou e infelizmente continua levando pessoas a óbito, infelizmente. Em especial os mais idosos e o pessoal que tem algum tipo de doença.”, “Vida você não recupera, economia recupera. Dois problemas, acredito.”**;
- **“Vocês não entraram na conversinha mole de 'fica em casa'. Isso é para os fracos.”**

Logo, nas marcas linguísticas do dizer do ex-chefe da nação, Jair Bolsonaro, são mobilizados sentidos pelo imperativo ao trabalho, já que sua falta culmina no desemprego, alinhado ao chavão de que *“o fica em casa seria para os fracos”*. Nessa lógica capitalista, o povo brasileiro precisa enfrentar o vírus e trabalhar, caso contrário terá três problemas: o desemprego, a fome e a morte. Além disso, é acrescentada às discursividades a lógica contábil do sacrifício, a qual é naturalizada para os produtivos, enquanto os idosos, doentes, incapazes, inaptos são deixados à margem do Estado para morrerem, assim como o caminho político de Hitler na segunda Guerra mundial, o qual: *“começou a eliminar doentes terminais e crianças deficientes mentais — porque elas eram um peso para o Estado.”* (Žižek, 2020, p. 15). Nessa investida analítica, quando tomamos as SDs que arrolam a repetição do trabalho, do desemprego, e da defesa — para que as pessoas seguissem suas rotinas —, sobressaem-se os sentidos de que a economia é o que importa; ou ainda, segundo a lógica de Jair Bolsonaro seriam, na verdade, dois problemas, pois, conforme enuncia na SD 26, a morte e o desemprego, equiparados, têm o mesmo peso.

Por fim, a fim de refletir acerca das discursividades de Jair Bolsonaro como ex-presidente da nação, no período que delimitamos neste trabalho — e frente à escuta discursiva empreendida —, são arrolados, pois, para além dos entrelaçamentos na defesa da normalidade e de um tratamento inefetivo no combate à pandemia, os efeitos de sentido também apontam

para a perspectiva de que a economia torna a vida descartável numa forma de capitalismo bárbaro. Conforme analisado por Indursky (2020, p. 383), alguns enunciados do presidente sobre a pandemia, “mostram a sua incapacidade de solidarizar-se com a dor do outro”. Dessa forma, compreendemos, de acordo com nossas análises, juntamente com os indicativos de Indursky (2020), que esses dizeres são alinhados à formação ideológica capitalista, ou seja, o capital toma o protagonismo, e, nesse espaço, cabe considerar, principalmente, onde ficam “os mais idosos e o pessoal que tem algum tipo de doença” (SD 26), assim como as práticas nazistas que via esses grupos como um peso ao Estado. Por isso, entram em disputa os sentidos da estratificação social de fracos e fortes, numa lógica meritocrática e capitalista em que os sentidos são de que somente os fortes sobrevivem — ou pela condição física, ou pela condição do trabalho.

Portanto, como um nevoeiro que se dissipa, conseguimos enxergar a falta de planejamento no enfrentamento à pandemia, pois, uma vez que a causa do acometimento da doença passa a ser uma questão individual, o Estado nada pode fazer. Nesse modo de dizer, calcado na ideologia capitalista — cujos sentidos refletem a precificação —, as pessoas tornam-se objetos de consumo que podem ser descartados. Nessa lógica do capitalismo bárbaro, a única e exclusiva utilidade é a geração do lucro e acúmulo de capital. Com a chegada da pandemia, a produtividade foi reduzida, seja pelas orientações da OMS, seja pelas comorbidades, ou pela condição de vulnerabilidade. Nessa esteira, a não produção, ou redução da produção, implicou onerar o Estado, já que demandam auxílio emergencial e auxílio-doença sobrecarregam a previdência social — no caso de idosos e deficientes. Nessa dinâmica capitalista, Jair Bolsonaro, ao declarar, no período pandêmico, que teríamos dois problemas — vida e economia equiparados — aponta para os efeitos de sentido de que aqueles que não produzem devem ser eliminados. Logo, compreendemos que a naturalização/individualização da morte representa um dos aspectos do funcionamento do negacionismo no combate à pandemia de Covid-19, pois representa o efeito de sentido que justifica a inoperância do Estado. Nessa dinâmica de transferência do poder ao outro, isto é, a necessidade/obrigatoriedade de cada um cuidar de si, retira do governo, do Estado a obrigatoriedade de estratégias e políticas públicas ao enfrentamento da Covid-19.

3.2.1 O impacto aos povos originários — pauta governamental de Estado

Os dizeres do ex-presidente, pautados na negação da pandemia de Covid-19, refletem os efeitos de sentido sobre a vida e a ciência — já que ele ocupa a posição de presidente da

nação. Explorando o *corpus* desta pesquisa, não poderíamos deixar de perceber esses efeitos de sentido à vida dos indígenas — que tiveram impactos bastante significativos quando a pandemia tocou suas comunidades. Os modos de dizer de um presidente, no qual pratica uma língua política que remete a “um dizer produzido no exercício de poder” (Indursky, 2020, *apud* Zoppi-Fontana, 2011, p. 69), desencadeou ações governamentais de Estado que impactaram os povos originários. Com isso em mente, resgatamos o histórico das epidemias, dos combates, da perseguição e da tentativa de escravização dos povos nativos no final século XVI⁶⁷ que, praticamente, dizimou a população de índios no litoral brasileiro. Assim, em pleno século XXI, com a chegada da pandemia de Covid-19, não foi muito diferente no âmbito das comunidades indígenas, visto que, apesar de aparentemente ressignificadas, as mesmas práticas ainda ressoam pelo tempo: a perseguição exercida por invasores que cobiçam as riquezas naturais, a discriminação e a falta de assistência por parte do Estado.

Nessa investida, conforme levantamento do Relatório final da CPI, está em destaque a desassistência a esses povos. Não houve uma preocupação por parte do governo de Jair Bolsonaro com a chegada do vírus de Covid-19 a essas comunidades; muito pelo contrário, são alinhadas algumas diretrizes visando atender ao Estado mínimo, produzindo — tanto antes, quanto durante ou depois da posse do governo de Jair Bolsonaro — uma verdadeira pauta integralista dos povos originários. Segundo Relatório final da CPI:

A ideia de que dominar, integrar e dissipar culturas seria um processo benevolente e civilizatório apenas mascara a dominação do mais fraco pelo mais forte, agravada pela supressão de culturas, que hoje denominamos etnocídio. Submeter a sociedade a modelos culturais, raciais e religiosos de matriz europeia, integrando marginal e subalternamente todos que não se encaixem nesses padrões, é típico do colonialismo ou do totalitarismo. (Brasil, 2021, p. 588).

⁶⁷ Ao resgatarmos a subjugação cultural, social e econômica imposta aos povos originários pelo colonizador, estamos resgatando a vulnerabilidade desses povos. Segundo Ujvari (2020, p. 85), “Desde os primeiros anos que se seguiram ao Descobrimento Brasil, eram constantes as expedições portuguesas trazendo agentes infecciosos aos indígenas [...]. Os índios derrubaram a madeira e a armazenavam ao longo da costa, em locais já determinados, e então aguardavam as embarcações, tanto portuguesas quanto francesas, para fazerem o escambo, troca do pau-brasil por artigos diversos, badulaques trazidos pelos europeus. Não sabiam que também recebiam nessas trocas agentes causadores de infecção”. Muito mais do que atrelar o efeito da dizimação desses povos inculcida ao colonizador de forma direta, é preciso refletir sobre os aspectos indiretos que marcaram os nativos que aqui habitavam, destacando os microrganismos que foram trazidos nos navios para os povos que os desconheciam; ou ainda, como, na visão colonialista de “civilizar”, esses povos repercutiam ações que visavam destruir a identidade, a consciência nacional, a língua e a cultura. Em certa medida, foi isso que ocorreu nos idos de 1500 quando o “descobridor” aqui se instalou até os dias atuais com um único e exclusivo interesse: econômico.

Para materializar essa discursivização da validação dessa integração, tomamos a declaração proferida no dia seguinte à sua posse no Executivo, bem como declarações anteriores à pandemia, quando Jair Bolsonaro explicitou que:

SD 28 — “nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós.” (Bolsonaro, 2018 *apud* Brasil, 2021, p. 592)

SD 29 — “lugares isolados do Brasil de verdade”, prometendo “integrar esses cidadãos”. (*Ibid.*, p. 594)

SD 30 — “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”. (Bolsonaro, 2019 *apud* Brasil, p. 594).

SD 31 — “animais em zoológicos”. (Bolsonaro, 2018 *apud* Brasil, 2021, p. 594).

SD 32 — “fedorentos”, “animais em zoológicos” e “homens das cavernas”, “falsos índios”, “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”. (Bolsonaro, 2014 *apud* Brasil, 2021, p. 605).

SD 33 — “não tem essa historinha de estado laico, é estado cristão”, somada à declaração de que “as minorias têm que se curvar à maioria”. (*Ibid.*, p. 605).

A escuta discursiva mostra que a materialização dos dizeres de Jair Bolsonaro acerca dos povos originários reflete um discurso da naturalização de ataque a esses povos, que perpassa o de governo e, por sua vez, instala-se no Estado. Esse modo de dizer sustenta seu discurso e os efeitos de sentido que ali ressoam, ou seja, os discursos tanto do ex-presidente como das ações governamentais, voltam-se a não os atender, retirando-lhes, portanto, a capacidade de simbolizar — afinal, eles já são vistos como deslocados do sistema integracionista idealizado pelo regime de Jair Bolsonaro. Diante do exposto, não poderíamos deixar de registrar os sentidos dessa ordem, quando do pronunciamento do ex-presidente. Há uma mobilização nesse encadeamento que provoca os sentidos pautados no desrespeito à alteridade e ao pluralismo, isto é, ao enunciar que os povos originários são comparados aos “*animais de zoológico, fedorentos, homens das cavernas, falsos índios*” (*Ibid.*, 2021, p. 605), ressoa o indizível na constituição social do século XXI. Desta feita, parece-nos que, na mobilização da teoria materialista que, em sua constituição, abarca a heterogeneidade, esse indicativo é desprezado na constituição discursiva do ex-presidente, ou seja: os dizeres proferidos por Jair Bolsonaro instauram sentidos de uma sociedade homogênea e desencadeiam o não respeito à diversidade.

Nessa modalidade enunciativa de estigmatização, produzem-se os sentidos de integração e de eliminação, conforme SD 28: “*nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós.*”

Ao enunciar, um dia após a posse, que as terras indígenas são lugares isolados do Brasil e que pretende integrar esses cidadãos, cabe a reflexão: integrar a que? A quem? Os povos originários não fazem parte do Estado brasileiro? Nota-se nas marcas discursivas que as terras dos indígenas representam, para Jair Bolsonaro, além do plano do governo, um plano de Estado de exploração econômica, no qual os indígenas são um entrave. Logo, nesse plano, que foi sendo fomentado, são figuradas ações governamentais para legitimá-lo. Segundo levantamento do Relatório final da CPI (Brasil, 2021, p. 571):

Apesar do progressivo reconhecimento de direitos e favor dos povos indígenas nas últimas décadas, ainda é grande sua vulnerabilidade. Muitos ainda não têm suas terras demarcadas e mesmo as já homologadas são mal protegidas. Os indígenas sofrem com a discriminação e a falta de assistência adequada, além de serem acossados por invasores que cobiçam as riquezas naturais de suas terras. Nos últimos anos, os ataques armados a indígenas têm crescido e vitimaram diversas lideranças, enquanto o governo prepara medidas que erodem o conceito jurídico de terra indígena e abrem possibilidades para sua exploração econômica por agentes externos, inclusive mediante arrendamento e legalização da mineração.

Nessa regularização discursiva integracionista que vai ganhando legitimação pela implementação governamental de um Estado mínimo pautado, segundo Indursky (2020), no plano de (des)governo de Jair Bolsonaro, são escancarados os desmontes em setores como a educação, saúde, meio ambiente e cultura em prol de um Estado mínimo. Ou seja, as terras indígenas passam pelo projeto do presidente da nação de fazer parte daquilo que ele denomina como “*ser igual a nós*”. Assim, como primeiro passo governamental, foi atribuído ao Ministério da Agricultura a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas. Já a Fundação Nacional do Indígena (Funai) passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça. Logo, a contradição de demarcar e proteger ficou com pastas distintas, e, na esteira desse paradoxo, vem à tona uma falácia discursiva que impõe o sentido de subjugar outro. Dito de outro modo, o Ministério da Justiça possui, nas instâncias ministeriais, as prerrogativas legais para dominar a Funai.

Na declaração materializada na SD 33 — “*as minorias têm que se curvar à maioria*”, escancara um movimento de subjugação. Portanto, pelo movimento do dito e do não dito, emerge: os indígenas devem se curvar ao “outro”, à economia, aos detentores do poder ou aqueles que se julgam “superiores” economicamente e culturalmente. Nessa via, o ex-presidente do Brasil estabeleceu, pelas políticas (des)governo de Estado, a “tomada” dos espaços dos indígenas. Ou seja, os sentidos que circulam atendem aos efeitos pautados em:

ignorar os direitos desses cidadãos brasileiros; o desrespeito à autonomia; e a contrariedade ao que determina a Constituição, visando única e exclusivamente aos interesses capitalistas. Nesse viés, resgatamos Indursky (2020, p. 385):

Enquanto as barreiras legais vão sendo derrubadas, garimpeiros avançam em território indígena, o agronegócio desmata e queima a floresta amazônica e a fauna perece junto ela. Essa forma de tratar o patrimônio ambiental revela o alto apreço que o tenente-capitão nutre pelo agronegócio, pois esse setor avança pela Amazônia.

Essa voz de desapareço e desumanização aos povos originários sempre esteve nas marcas discursivas de Jair Bolsonaro, ou seja, essa publicidade sem filtros ou recortes foi pública e notória na vida política, escancarada na promessa de campanha, e reafirmada após a posse — conforme elencado nas sequências discursivas anteriores, que demonstram, pelos processos discursivos, a estratégia discursiva de submeter esses povos a processos de assimilação ou destruição. Nesse viés, são discursivizados a inferiorização dos povos originários quando declara: “*não falam a nossa língua, não tem dinheiro, não tem cultura*”. Frente a essa declaração, resgatamos a tese de Klemperer (2009, p. 11) sobre a constituição das palavras portadoras de elementos venenosos: “palavras podem ser como pequenas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar”. Nesse sentido, resgata-se, pelo viés da memória, as práticas nazistas impostas aos judeus que, aos poucos, por meio das palavras, repetições e expressões foi estruturada, infiltrada e aceita — inconsciente e mecanicamente —, culminando no extermínio dos judeus durante o regime nazista na Segunda Guerra Mundial. Deslocado ao panorama dos povos originários, quando Jair Bolsonaro declara, colocando a língua, a cultura e o poder econômico dos indígenas no patamar inferior, ressoam os sentidos do não direito desses povos de simbolizar, isto é, de existir como o diferente. Do exposto, são regulados discursivamente táticas de implementar uma sociedade homogênea, “*o índio é um ser humano igual a nós*”. Enquanto apaga-se, na materialização, a heterogeneidade, são dissipados o não respeito à Constituição Federativa do Brasil⁶⁸ em relação à regulação dos direitos individuais e coletivos do povo brasileiro. Portanto, assim como aconteceu com os judeus — em que foram instaurados, pelo regime nazista, discursos e práticas que legitimaram o extermínio desses

⁶⁸ Conforme Art.5 da Constituição da República Federativa do Brasil: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,[...]. Disponível em: chrome-extension://oemmnadbldboiebfnladdacbfmadadm/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

povos⁶⁹ deixando prevalecer a supremacia da raça ariana —, o mesmo pode estar sendo instaurado no Estado brasileiro com os povos originários.

SD 34 — “os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura.” (Bolsonaro, 2015 *apud* Brasil, 2021, p. 594)

Ademais, as declarações enunciadas por Jair Bolsonaro (SDs 35 e 36) explicitam a postura do então deputado federal quanto à contrariedade na demarcação das terras indígenas — justamente, por entender que são áreas exploráveis economicamente. Logo, na materialização discursiva, ele verbaliza que não haveria um centímetro de demarcação para terras indígenas e quilombolas, já que esses povos seriam utilizados por potências estrangeiras para inviabilizar o progresso do Brasil.

SD 35 — “já se extrapolou essa verdadeira psicose no tocante a demarcações” (Bolsonaro, 2019 *apud* Brasil, 2021, p. 594)

SD 36 — “A área mais rica do mundo é exatamente demarcada como terra indígena [...] Um país que tem tudo isso aqui, com boas parcerias, com bons acordos, com bons países, nós temos como vencer essa crise. Aqui apenas... são reservas indígenas no Brasil, né? Onde tem uma reserva indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. Mas nós não temos, hoje em dia, mais autonomia para mudar isso daí. Entregou-se tanto a nossa nação que chegamos a esse ponto. Mas dá para mudar o nosso país. [...] Se a gente esperar que isso vai se acomodar, com essas pessoas que têm se apresentado como pré-candidatos por aí, que vão continuar a fazer exatamente o que os seus antecessores fizeram... se a gente acreditar nisso, o nosso destino vai ser um dia sair do Brasil. Aí eu vou lá para a Itália, se é que vão me aceitar lá... não sei... e a gente sair do Brasil. Nós temos batido recorde, nos últimos anos, de pessoas que pedem a dupla cidadania. Nós temos como resgatar o nosso Brasil. [...] Mas eu falo, como vocês falam, que nós somos brasileiros, como em alguns países se fala também, porque as pessoas são patriotas... é a maneira que nós temos de nos unirmos e buscar dias melhores para a nossa nação, e não dividir. [...] **Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombolas!** [...] Mas nós somos a maioria, nós acreditamos em Deus... a cultura judaico-cristã está em nosso meio... nós aqui somos brasileiros.”⁷⁰ (Bolsonaro, 2017 *apud* Brasil, 2021, p. 596-597, grifos nossos)

⁶⁹ Tomamos em referência Klemperer (2009), que narra as ações do nazismo contra os judeus: as leis raciais de Nuremberg, decretadas em 1935. A partir de 1938, o regime nazista proibiu que judeus frequentassem bibliotecas; neste mesmo ano, ocorre a noite dos cristais (*Kristallnacht*) que consistiu em ataques generalizados contra judeus e sinagogas. Em 1941, todos os judeus foram obrigados, sob o risco de morte, a portar a estrela de David pregada na roupa, dentre outras ações nefastas contra os judeus.

⁷⁰ A SD 36 foi pronunciada por Jair Bolsonaro durante um evento realizado em 5 de abril de 2017 no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro. “A área mais rica do mundo é exatamente demarcada como terra indígena [...] “Um país que tem tudo isso aqui, com boas parcerias, com bons acordos, com bons países, nós temos como vencer essa crise. Aqui apenas... são reservas indígenas no Brasil, né? Onde tem uma reserva indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. Mas nós não temos, hoje em dia, mais autonomia para mudar isso daí. Entregou-se tanto a nossa nação que chegamos a esse ponto. Mas dá para mudar o nosso país. [...] Se a gente esperar que isso vai se acomodar, com essas pessoas que têm se apresentado como pré-candidatos por aí, que

Em face das análises discursivas, cabe ainda destacar que foi durante a Pandemia que, segundo Relatório final da CPI, tramitou o projeto de Lei nº 191, de 2020, com a finalidade de legalizar a mineração em terras indígenas, sem que os indígenas fossem ouvidos. Em janeiro de 2020, o governo federal iniciou a revisão de dezessete processos demarcatórios já avançados, sob pretexto de submetê-los à tese do marco temporal. Ainda se destaca, sob a metáfora declarada pelo então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, de que se deveria aproveitar o momento da pandemia para “passar a boiada” no Congresso. Ou seja, sob a cortina de fumaça, a pandemia “facilitou” o avanço de projetos de agricultura, mineração e energia em terras indígenas, enquanto, também, promoveu vetos à Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, a qual reconhece a extrema vulnerabilidade desses povos e estabelece medidas de apoio à sua saúde. No tocante a esses vetos, alguns foram derrubados pelo Congresso Nacional, mas não impuseram restrições às medidas consideradas necessárias para o enfrentamento da pandemia junto aos indígenas como:

[...] acesso à água potável, a distribuição de materiais de higiene, limpeza e desinfecção, oferta emergencial de leitos hospitalares e de UTI, aquisição de ventiladores, abertura de créditos extraordinários para atender à saúde indígena, elaboração e distribuição de materiais informativos sobre a pandemia (inclusive em línguas indígenas), provimento de acesso à internet para evitar deslocamentos, distribuição de cestas básicas e de insumos agrícolas, elaboração de planos de contingência para contato com indígenas isolados, elaboração de planos de contingência para surtos e epidemias entre povos de recente contato, bem como facilitação do acesso ao auxílio emergencial em áreas remotas para evitar deslocamentos, entre outras medidas. (Brasil, 2021, p. 610).

Foi nessa construção discursiva que se implantou, na conjuntura governamental de Estado, que os povos originários deveriam ser deixados à deriva quando o vírus da Covid-19 chegou ao Brasil. Logo, projetam-se, como efeito de sentido, o ódio, o preconceito, a destruição e a cobiça das terras desses brasileiros, mascaradas pela instauração de um Estado mínimo, graças a uma pauta dita integracionista. Conforme defendido pelo capitão reformado José Magalhães Filho, no exercício do cargo de Coordenador Regional da Funai:

[...] nós temos que preparar esse indiozinho, essa indiazinha, para frequentar a escola urbana. E assim a namorar com um pretinho, um branquinho. E essa integração vem surgindo automaticamente. Essa forma é nossa política a ser implantada³. Na mesma

vão continuar a fazer exatamente o que os seus antecessores fizeram... se a gente acreditar nisso, o nosso destino vai ser um dia sair do Brasil. Aí eu vou lá para a Itália, se é que vão me aceitar lá... não sei... e a gente sair do Brasil. Nós temos batido recorde, nos últimos anos, de pessoas que pedem a dupla cidadania. Nós temos como resgatar o nosso Brasil. [...] Mas eu falo, como vocês falam, que nós somos brasileiros, como em alguns países se fala também, porque as pessoas são patriotas... é a maneira que nós temos de nos unirmos e buscar dias melhores para a nossa nação, e não dividir. [...] **Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombolas!** [...] Mas nós somos a maioria, nós acreditamos em Deus... a cultura judaico-cristã está em nosso meio... nós aqui somos brasileiros.” (*Ibid.*, p. 596-597).

ocasião, completou seu raciocínio confirmando que o “objetivo do governo é a integração do índio à sociedade. (Brasil, 2021, p. 599).

Ainda, nessa toada integracionista, segundo Relatório final da CPI, aliam-se os discursos desqualificadores/negacionistas do presidente da nação, cujos efeitos de sentido ressoam no âmbito desses povos como: restrição aos itens básicos para combate à pandemia; não adesão às medidas não farmacológicas; disseminação de notícias falsas sobre como as vacinas fariam mal à saúde, mudariam o sexo das pessoas, ou as transformariam em jacarés, com o objetivo de submeter esse grupo específico da população ao risco de contágio. Tudo isso aliado à intensificação de invasões de terras indígenas por madeireiros e por garimpeiros — deixando-os vulneráveis, como ocorrido no século XXI —, bem como a distribuição a povos indígenas do chamado Kit Covid, ou de seus componentes isolados — cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina.

Essa foi a estratégia de enfrentamento da pandemia de Covid-19 assumida por órgãos do governo federal — exposição e tratamento precoce —, enquanto faltavam medicamentos necessários à intubação de pacientes; garantias do acesso à água; itens de higiene básicos; e medidas que limitaram contatos externos e preveniam aglomerações. Segundo Relatório final da CPI (Brasil, 2021, p. 611), “esse conjunto de atitudes indica que, com relação aos indígenas, o governo tratou o vírus não como um risco, mas como uma oportunidade”.

O atual governo repete essa crença retrógrada, de que o indígena nada mais é do que um empecilho ao desenvolvimento, que deve ser diluído na mestiçagem, aculturado ou simplesmente eliminado. Ignora a economia verde, a agroecologia e a riqueza da biodiversidade, que inclui conhecimentos tradicionais sobre patrimônio genético e variedades localmente adaptadas para favorecer uma agropecuária ultrapassada, baseada na expansão de pastagens sobre florestas, já abandonada pelo agronegócio moderno, sujeitando nossos exportadores a sanções comerciais. O governo ostenta suas intenções anti-indígenas, traduzidas em políticas integracionistas ou na inobservância de seus deveres de proteger e assistir. O Presidente da República, num aparente narcisismo, declara repetidamente que os indígenas querem ser como nós, enquanto continua a vandalizar os direitos e garantias duramente construídos. (Brasil, 2021, p. 607).

Pelas análises estabelecidas nesse capítulo 3, as sequências discursivas — na sua materialização — estabelecem que, ao enunciar, Jair Bolsonaro incitava a não adesão às MNF, pois, de certa forma, a imposição de retomada imediata ao trabalho denotaria que, se alguns morressem, implicaria no ônus aceitável para preservar a economia. Isso não foi diferente no âmbito dos indígenas — numa tomada que se inicia desde a vida política de Jair Bolsonaro instalada na presidência da república. Nessa esteira, segundo o Relatório final da CPI:

[...] o vírus se apresentou como oportunidade para intensificar uma ofensiva multifatorial que já estava em curso, patrocinada pela atual gestão. O estímulo à presença de intrusos nas terras indígenas e a negligência deliberada do governo federal

em proteger e assistir os povos originários foram aliados do vírus, produzindo efeitos combinados. (Brasil, 2021, p. 572).

De igual modo, não foi somente o vírus que impôs ameaça aos povos originários. São destacadas, pelos discursos de Jair Bolsonaro, a perseguição e a desigualdade, mascaradas pelas promoções do ex-governo. Logo, aquele que deveria ter a alcunha de proteção elege os indígenas como alvo de uma campanha de desvalorização, com franco objetivo de tirar sua autonomia e diversidade, visando suas terras para exploração econômica. Portanto, quando a pandemia chegou, encontrou os indígenas já fragilizados, desassistidos e acossados.

Em franco desrespeito à alteridade e ao pluralismo, o governo federal buscou, sistematicamente, promover danos físicos e psicológicos aos povos indígenas, com a intenção de que desaparecessem fisicamente ou fossem diluídos e amalgamados na sociedade circundante, mediante atos de hostilidade, incitação aos invasores, políticas de assimilação e omissão criminosa no cumprimento de deveres legais. A essa motivação, soma-se a cobiça pelas riquezas naturais das terras indígenas, publicamente declarada. (Brasil, 2021, p. 641).

Nesse processo discursivo que nega/desqualifica a pandemia, emergem os sentidos dos atravessamentos capitalistas e das práticas eugenistas impostas aos povos que vivem à margem da sociedade — neste recorte, os indígenas. Assim, ao não se identificar com o diferente, o governo prega a integração, quando, na verdade, está tentando torná-lo inimigo numa franca empreitada para anulá-lo física e simbolicamente. Portanto, a partir das análises, ficam escancarados os sentidos de que, em nome do capital, valem os ataques, as mentiras, o ódio e, principalmente, as práticas governamentais de Estado, consolidadas nos discursos do ex-presidente e instauradas no Estado brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com o discurso de Jair Bolsonaro foi um tanto desafiador, mas, ao mesmo tempo, um gesto de resistência. Ao longo do processo, estive consciente de que os dizeres do então presidente do país no período da pandemia mobilizaram, no meu íntimo, desconforto e mal-estar, uma vez que na conjuntura discursiva o dizer abusivo foi ganhando espaço nas ações governamentais de Estado durante o combate à Covid-19. Na construção teórica sobre o funcionamento da argumentação pelo viés da AD, alinhamos nossa perspectiva com Orlandi (2023, p. 62), que nos coloca em uma situação paradoxal em relação ao dizer e ao silenciar, em outras palavras, entre “as fronteiras do dizer (e não dizer), do compreensível (e do não compreensível)” em que são engendrados “uma ampla forma de silêncio que se dá nas fronteiras da significação, nos acenando para um quase impossível de significar, que nos constrange”. Frente a essa angústia real, é preciso resgatar “para onde vão os sentidos que estão nos silenciando?” (*Ibid.*, p. 62), e refletir como entender um presidente que compara a Covid-19 a uma gripezinha? Ou que declara: “Quem tomar vacina vai virar jacaré”? Foi nesse caminho do dizer abusivo que nos constrange, mobilizado por Orlandi (2023), que buscamos analisar, com ênfase no negacionismo, os dizeres de Jair Bolsonaro e tentamos, no percurso da pesquisa, encontrar esses sentidos outros a partir do Relatório final da CPI Covid-19 (Brasil, 2021).

Nesse viés, pareceu-me demasiadamente relevante dedicar-me e refletir acerca desses dizeres e dos seus efeitos de sentido sobre a vida e a ciência, fazendo registrar e circular os não-ditos, ou seja, fazer trabalhar a memória discursiva, sobre a qual Pêcheux (1999, p. 46) postula que “surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível”. Ou seja, resgatar a lembrança e a repetição, desvelando os sentidos que ficam à deriva mesmo quando ressignificados, uma vez que fazem evocar o espaço de memória de sua proveniência (Indursky, 2013, p. 101). Portanto, nesse movimento teórico e analítico, percebemos que nos dizeres de Jair Bolsonaro há uma memória trabalhando intrincada na união da língua, da memória e do discurso. Assim, para o processo de leitura e análise, é premente polir as opacidades à estreira dos ensinamentos de Pêcheux (2015, p. 48) na preocupação de entender o discurso, um discurso silencioso, (re)atualizado, isto é, “de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido”.

As sequências discursivas analisadas nesta pesquisa apontam para um discurso performado pela ordem da repetibilidade, da contradição, do equívoco. Assim, os dizeres do

então presidente da nação foram sendo projetados durante o combate à pandemia de Covid-19 calcados numa argumentação. Conforme teoriza Orlandi (2023, p. 45), a argumentação não visa convencer ou persuadir, conforme retórica tradicional, tampouco pelo “cálculo produzido pelas intenções do sujeito”, mas põe em movimento as relações entre posições-sujeito e formações discursivas na produção de efeitos sentido. Desse modo, para a autora, “argumentar é produzir sentidos afetado pelo jogo ideológico da relação entre formações discursivas”. Diante disso, essa argumentação projetada por Orlandi (2023, p. 35) “não implica a crença, nesse caso, mas a relação do sujeito com o real da língua e o real da história, atravessado pela ideologia”. Nesse caminho argumentativo, nossas análises das sequências discursivas mostram como elas projetam sentidos de que a pandemia não representava algo grave, legitimam um tratamento sem amparo científico de eficácia, associado à imunização da população por meio da contaminação natural, o que se assoma ao desestímulo do uso de medidas não farmacológicas e descrença nas vacinas. Temos, então, um leque de discursividades produzidas por um chefe de Estado desencadeando efeitos de sentido que impactam sobremaneira no social. Portanto, acreditamos que este trabalho consegue fazer “uma escuta discursiva que se constitui no encontro da memória com a atualidade” (Orlandi, 2023, p. 64), fazendo ressoar os sentidos outros.

Atrelados aos objetivos desta pesquisa, observamos para isso, a partir da revisão da literatura, que os dizeres de Jair Bolsonaro são negacionistas, pois implicam em uma prática obscurantista que visa negar os fatos, rejeitando a realidade para manter, reproduzir a lógica de exploração. No período da Covid-19, destacamos, a partir das análises, a força inculcada na lógica do capital, sobrepondo-se ao bem-estar coletivo e à ciência, bem como a utilização e/ou falseamento das práticas científicas. Indicativos estão materializados nas falas do ex-presidente pelo questionamento da gravidade da disseminação do Sars-Cov-2, da infecção causada pelo vírus, assim como a incompreensão das adoções das medidas preventivas, o não atendimento às orientações das autoridades públicas, a descrença nas vacinas e na própria existência da pandemia, tudo isso mobilizando que o negacionismo está regido pela ideologia do capital, cujos efeitos não somente promovem a exclusão do outro, do diferente e daquilo que lhe é desconhecido, como também se apropria, se adapta e subverte. Assim, pontuamos que, para a AD, o negacionismo vai além do princípio da evidência, pois é mobilizada a intrincada relação entre língua, história e ideologia.

Esse caminho interpretativo foi possível graças ao resgate das condições de produção desses dizeres, que mobilizam o resgate na história, a (des)construção no plano governamental de Estado, a irrupção da pandemia e as marcas discursivas do negacionismo. Essas últimas se

fazem relevantes para a leitura dos dizeres de Jair Bolsonaro sob o viés da AD no que tange à organização do texto na relação da língua com a história, do sujeito em relação com o mundo e a memória. Para tal, procuramos estabelecer a trajetória de Jair Bolsonaro na política brasileira e suas costuras até a sua chegada à presidência da república (Campean, 2019), mobilizando a sua filiação à FD da direita, aos saberes da linguagem fascista, da extrema-direita, e aos atravessamentos da ideologia do capital (Indursky, 2020). Assim, reafirmamos que o discurso de Jair Bolsonaro é negacionista, não somente pela (re)configuração dos negacionismos que habitam a história da humanidade, mas sobretudo, com vistas a atender não somente aos interesses capitalistas, como também nas diferentes formas de profusão instaladas nas políticas governamentais de Estado no período da Covid-19. Ou seja, o ex-presidente se pauta numa construção argumentativa permeada de repetições, contradições e equívocos, que, desveladas pelas análises, buscam promover controvérsias, um tratamento sem comprovação científica, a dúvida quanto às MNF e às vacinas.

A partir das SDs analisadas, concluímos que os dizeres do ex-presidente são engendrados na argumentação e no entendimento de que ao desqualificar e negar a ciência e relativizar a vida e a morte diante da economia, mobilizam os efeitos de sentido de que a economia não pode parar em detrimento à vida, atrelado ao condicionamento de um tratamento por cloroquina/hidroxicloroquina que não apresenta comprovação científica. Dessa maneira, impõem-se aos brasileiros e brasileiras um tratamento ineficaz, projetando a esses cidadãos uma esperança para que não deixassem seus postos de trabalho. Portanto, a negação da pandemia, aliada à convocação para a “normalização” da vida e, especialmente, do consumo e do trabalho, deixa marcado o atravessamento dos ideais capitalistas constituintes da argumentação de Bolsonaro, além dos ecos da linguagem fascista, e a opção por um ou outro tratamento que adquiriu, principalmente no Brasil, um sentido político, e de Estado. Foram esses indicativos que nos fizeram pensar em uma caracterização negacionista, pois de tudo quanto precede, as sequências discursivas analisadas projetam um discurso regido pelo negacionismo da autoridade máxima do país. Propomos essa leitura entendendo tais sequências não como um discurso marcado pelas negações, mas como um discurso que se caracteriza por sua enunciação a partir de uma posição-sujeito presidente, veiculados a uma formação ideológica capitalista que legitima o negacionismo pavimentado não somente na produção de negações, mas sobretudo, porque adquire novos contornos quando ganha desdobramentos nas políticas governamentais de Estado. Nesse percurso, desvelamos a sua complexidade e percebemos os efeitos de sentido que repercutiram no social sustentada por esses atravessamentos: engendrar nos brasileiros e brasileiras a ilusão de um tratamento legítimo, aliado ao plano da “imunidade

de rebanho”, para que trabalhadoras e trabalhadores retornassem às suas atividades, escancarando, segundo Žižek (2020), “a contabilidade obscena entre vida e economia”. Nessa balança é enredado um ponto inquestionável: a economia não pode parar, assim chancelando o (des)governo do 38º presidente do Brasil que cumpre a sua função: diminuir o papel do Estado através das práticas neoliberais e conservadoras. Dito de outro modo, segundo Indursky (2020, p. 368), Bolsonaro, a opacificar a desconstrução do país, é “o presidente certo para fazer o serviço que dele é esperado e para qual foi eleito”, o estabelecimento de um Estado mínimo.

Por fim, é preciso pensar o sentido de dias difíceis na história, a exemplo do que brasileiros e brasileiras viveram e em respeito às centenas de seres humanos que tiveram suas vidas ceifadas pela Covid-19, e, assim, deixamos o registro deste trabalho como fonte de reflexão e escuta sobre o importante papel da linguagem nesse período no país. O discurso negacionista impetrado pelo 38º presidente parece ter encontrado as condições ideais para se estabelecer na estrutura do Estado brasileiro com ares de legítimo, isso porque durante a pandemia de Covid-19 os negacionistas, disfarçados de cientistas bem-intencionados, projetavam que a vida é sempre inferior ao valor econômico. A economia precisa andar. Assim sendo, como analista do discurso, é preciso entender que a leitura para a AD “jamais nos levará para ‘a’ interpretação, dando-nos, ao contrário, a possibilidade de encontrar os sentidos múltiplos, e, assim, a possibilidade da produção de outros sentidos” (De Nardi, 2003, p. 72). Nesse caminho, de múltiplos sentidos, porém não quaisquer sentidos, buscamos apreender, em seus efeitos possíveis pelo dispositivo analítico, e ter a compreensão das estratégias do discurso negacionista em vigor nesse período que entre a vida e a economia, afirmou que “é preciso salvar o CNPJ e o lucro dos donos do capital, numa clara sinalização de quanto o trabalhador é descartável para esse (des)presidente: morre um, muitos outros, desempregados, estão a postos para preencher a vaga no dia seguinte”. (Indursky, 2020, p. 383).

E, com isso em mente, consciente de que somos sujeitos de uma determinada formação social, é preciso posicionar-se no mundo e despir-se dos sentidos que se reproduzem nos discursos de dominação, para então incidirmos o sentido de resistência deixado por Pêcheux ([1982] 1990, p. 17): “não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio: mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras”. Portanto, a partir desse lugar no mundo e na reflexão trazida por Pêcheux (1983) sobre a linguagem que aceita o desconforto do já feito, mobilizada na introdução deste trabalho, é preciso como gesto de ousadia e revolta

pensar no devir, ou seja, nesse lugar a frente, no futuro, para que essa prática negacionista instalada no Estado não se repita. Nessa relação em que a língua faz falar na perspectiva discursiva:

[...] através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (Pêcheux, 1990, p. 8 – grifos do autor)

Neste espaço do alhures, gostaríamos de projetar que o Relatório final da CPI de Covid-19 fez encaminhamentos aos órgãos competentes, dentre eles, o indiciamento do ex-presidente, Jair Bolsonaro pelos crimes de charlatanismo, prevaricação, contra a humanidade, de responsabilidade por políticas contra os indígenas. Apesar disso, o relatório foi arquivado pelo ex-procurador Augusto Aras. No entanto, após a descoberta na fraude do cartão de vacinação do ex-presidente em março de 2024⁷¹, o indiciamento volta à cena, uma vez que o novo dado representa o agravamento das acusações contra Jair Bolsonaro. Dessa forma, para finalizarmos este percurso, consideramos que não basta somente materializar a importância do Relatório final da CPI de Covid-19 como uma resposta do Estado frente ao descontrole da pandemia, na identificação e na sistematização das práticas que se instalaram no Estado brasileiro, é preciso que os indiciamentos sejam retomados para que não fiquem na impunidade. Ensejamos, enfim, que esta prática teórica, analítica e, sobretudo, política da AD que desvela essas marcas linguísticas-discursivas que enredam presente, passado e futuro, seja também instrumento e caminho para que o relatório não caia no esquecimento e seus resultados sigam ressoando como vozes que cobram a ação do Estado e a responsabilização de seus agentes pelos desmandos cometidos.

⁷¹ RODRIGUES, Basília. Relatório da CPI da Pandemia ganha força após indiciamento de Bolsonaro por fraude em cartão de vacina. **Blog Basília Rodrigues**, CNN Brasil, [S. l.], 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/basilia-rodrigues/politica/relatorio-da-cpi-da-pandemia-ganha-forca-apos-indiciamento-de-bolsonaro-por-fraude-em-cartao-de-vacina/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção sujeito de uma formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 361-376.

AGÊNCIA BRASIL. Ministério da Saúde apresenta novo protocolo para uso da cloroquina. **Agência Brasil**, Saúde, Brasília-DF, 20 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/ministerio-saude-apresenta-novo-protocolo-para-uso-cloroquina>. Acesso em: 8 maio 2023.

ALVES, Gabriel. Novo livro dissecar teorias negacionistas como terraplanismo e negação ao holocausto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/11/novo-livro-disseca-teorias-negacionistas-como-terraplanismo-e-negacao-ao-holocausto.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

AMARAL, Luciana; PADEIRO, Carlos; MARQUES, Gilvan; NEVES, Rafael. Bolsonaro entrega pedido de impeachment contra ministro Alexandre de Moraes. **UOL**, Brasília; São Paulo, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/20/bolsonaro-pedido-impeachment-moraes-stf.htm>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BALDINI, Lauro José S.; DI NIZO, Patrícia L. O cinismo como prática ideológica. **Estudos da linguagem**, Vitória da Conquista-ES, v. 13, n. 2, p. 131-158, 2015.

BEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

BETIM, Felipe. As ações de Pazuello durante a pandemia de covid-19 que agora o colocam em xeque. **El País**, Brasil, São Paulo, 24 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-24/as-acoes-de-pazuello-durante-a-pandemia-de-covid-19-que-agora-o-colocam-em-xeque.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. **O que é COVID-19?**. Portal do Gov.br, Ministério da Saúde, [2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. **CPI dos medicamentos —Relatório final aprovado**. Câmara dos deputados, 30 maio 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpicovid/relatfinal.html/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Número de óbitos e casos por COVID-19 no Brasil**. Painel Coronavírus, dados de 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL 247. Ernesto Araújo, que falou em 'comunavírus' e 'pesadelo comunista', mente à CPI e diz nunca ter feito ataques à China. **Brasil 247**, CPI Covid, [S. l.], 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/cpicovid/ernesto-araujo-que-falou-em->

comunavirus-e-pesadelo-comunista-mente-a-cpi-e-diz-nunca-ter-feito-ataques-a-china. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRONZATTO, Thiago; MATTOS, Marcela. 6 de setembro de 2018: um dia para entrar na história. **Veja**, Política, [S. l.], 6 set. 2019/ atualizado em 4 jun. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/facada-bolsonaro-um-ano/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BUTANTAN. Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem. **Portal do Butantan**, São Paulo, [2020?]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BUTANTAN. A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. **Portal do Butantan**, São Paulo, [2021?]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>. Acesso em: 8 maio 2023.

CAMPEAN, Frederico Antonio Pereira. **O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil**. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2019.

CARTA CAPITAL. Em meio à crise do coronavírus, Bolsonaro cobra tom mais político de Mandetta. **Carta Capital**, Política, [S. l.], 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-crise-do-coronavirus-bolsonaro-cobra-tom-mais-politico-de-mandetta>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. Em pronunciamento, Bolsonaro usa argumento contestado por Drauzio Varella. **Correio Braziliense**, Política, [S. l.], 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_politica,836436/em-pronunciamento-bolsonaro-usa-argumento-contestado-por-drauzio-vare.shtml. Acesso em: 21 out. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político — O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: UFSCar, 2009.

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação da língua com discurso. **Revista Organon**, Instituto de Letras/ UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 65-83, 2003.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e Negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista**. Curitiba: Appris, 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GRIGOLETTO, Evandra. 2005. **O discurso de divulgação científica**: Um espaço discursivo intervalar. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil**: Mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 123-134.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: CAZARIN, E.A.; GRIGOLETTO, E. ; MITTMANN, Solange (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias – sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. Ideologia, memória, sentido: reflexões acerca do enunciado “Não pense em crise, trabalhe” e suas (re)atualizações em discursos de resistência. **Revista Letras & Letras**, [S. l.], v. 36, p. 38-56, jun. 2020.

GRIGOLETTO, E.; GALLI, F. C. S. O funcionamento discursivo das hashtags: processo de (des)identificação ou aderência? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da (Orgs.). **Ousar se revoltar**: Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil. Campinas-SP: Pontes Editores, 2021. p.235-252

GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T., C. da C. Os efeitos do corpus transversal no funcionamento do Grindr. **Traços de Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 96-112, 2023.

GUEDES, Paulo. Discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante cerimônia de transmissão de cargo em 02 de janeiro de 2018. Texto na íntegra. **Poder 360**, [S. l.], 2018. Acesso em: 20 mar. 2023.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (1994). **Discurso e arquivo**: experimentações em Análise do Discurso. Tradução de Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

GZH POLÍTICA. Entrevista de Bolsonaro ao ‘Estado’ em 99 com elogios a Chávez agita militância. **Jornal Digital Gaúcha ZH**, Política, Estadão Conteúdo, Porto Alegre, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/12/entrevista-de-bolsonaro-ao-estado-em-99-com-elogios-a-chavez-agita-militancia-cjb3q07ug00dm01o3kmw5e92p.html>. Acesso em: 11 mar. 2023.

G1. CPI da Covid: veja as principais conclusões do relatório final. **G1 – Portal de notícias**, CPI da Covid, Brasília, 20 out. 2021. <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/cpi-da-covid-veja-as-principais-conclusoes-do-relatorio-final.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2024.

G1. Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1-Portal de notícias**, Juiz de Fora, 6 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. P.9-33.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011. P.67-89.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señá**, Buenos Aires, Argentina, v. 1, n. 24, p. 91-104, dez. 2013.

INDURSKY, F. Que sujeito é este? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; DA SILVA SOBRINHO, H. F. (OrgS.) **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. P. 79-102.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário de desconstrução do Brasil. **Revista da Abralin**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

Klemperer, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro:Contraponto, 2009.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30023>. Acesso em: 19 mar. 2023.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Glossário de Termos do Discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

LEME, Tiago. Primeiro no uso de cloroquina contra coronavírus, médico francês é alvo de controvérsia. **Folha de São Paulo**, Coronavírus, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pioneiro-no-uso-de-cloroquina-contracoronavirus-medico-frances-e-alvo-de-controversia.shtml>. Acesso em: 4.abr. 2023.

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. (1982). Análise sintática e paráfrase discursiva. Tradução de Cláudia Pfeiffer. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. P. 163-173.

LIMA, H. Discursos negacionistas disseminadas em rede. **Revista Abralin**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 389-408, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758/>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOPES, Nathan. Por que Moro deixou o governo Bolsonaro?. **Portal de notícias UOL**, Política, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/moro-ministro-da-justica-deixa-governo-bolsonaro-motivos.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MAGENTA, Matheus. Eleições 2018: como Bolsonaro superou a bolha radical na internet e terminou o 1º turno na liderança. **BBC News Brasil**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45768006>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MARIN, Denise Chrispim. ‘**Temos de desconstruir muita coisa**’, diz Bolsonaro a americanos de direita. **Veja**, Política, [S. l.], 18 mar. 2019/ atualizado em 1 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Nelson; PIRES, Yolanda. Falta de ações claras e ações coordenadas para distanciamento social prejudica combate à covid. **Senado Federal**, Agência Senado, [S. l.], 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/04/falta-de-normas-claras-e-de-acoes-coordenadas-para-distanciamento-social-prejudica-combate-a-covid>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OPAS. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. **Portal da OPAS**, OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde)/ OMS (Organização Mundial da Saúde), [S. l.], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 25 fev. 2023.

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? *In: Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo. Editora Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Argumentação e Análise do discurso: conceitos e análises**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault à Spinoza. *In: TOLEDO, M. M. El discurso político*. México: Nueva Imagem, 1980. p.41-57.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7–24, 1990. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 11 out. 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso – Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. *et al.* Papel da memória. Pontes, 1999. p.43-51.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, [S. l.], v. 1, n. 4, art. 15, p. 1-22, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. [1983]. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Foi “Propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. (1982). Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 57-67

PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise do discurso em Perspectiva: Teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

PEZZOTTI, Renato. Típico de SP, tubaína nasceu como marca e é associada às classes mais baixas. **UOL**, Mídia e Marketing, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/20/a-historia-da-tubaina-famoso-refrigerante-do-interior-de-sao-paulo.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PINHEIRO, Chloé. **Grande estudo mostra como o coronavírus chegou e se espalhou pelo Brasil**. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/grande-estudo-mostra-como-o-coronavirus-chegou-e-se-espalhou-pelo-brasil/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

PLANO de governo Lula 2002. **Um Brasil para todos — Crescimento, Emprego e Inclusão Social: Propostas de Plano de Governo**. Brasília-DF, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

PLANO de governo Bolsonaro 2018. **O caminho da prosperidade — O Brasil Livre: Proposta de Plano de Governo**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

PODER 360. Bolsonaro convoca via WhatsApp ato contra Congresso e STF. **Poder 360**, [S. l.], 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-convoca-via-whatsapp-ato-contr-congresso-e-stf/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PODER 360. **Vídeo de ativistas convoca manifestação de apoio a Bolsonaro em 15 de março**. Publicado pelo canal Poder 360, YouTube, 26 fev. 2020. 1 vídeo (1 min 18 seg.).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k2c6moBxRMc&t=71s>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PODER 360. Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Publicado pelo canal Poder 360, YouTube, 17 abr. 2021. 1 vídeo (1 min 30 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 5 maio 2024.

REZENDE, Constança; LOPES, Raquel. Ambição política moveu ‘gabinete paralelo’ de Bolsonaro, hoje principal foco da CPI da Covid. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/ambicao-politica-moveu-gabinete-paralelo-de-bolsonaro-hoje-principal-foco-da-cpi-da-covid.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

RODRIGUES, Basília. Relatório da CPI da Pandemia ganha força após indiciamento de Bolsonaro por fraude em cartão de vacina. **Blog Basília Rodrigues**, CNN Brasil, [S. l.], 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/basilia-rodrigues/politica/relatorio-da-cpi-da-pandemia-ganha-forca-apos-indiciamento-de-bolsonaro-por-fraude-em-cartao-de-vacina/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SILVA SOBRINHO, H. F. Michel Pêcheux e a crítica do capitalismo: “É preciso ousar se revoltar”. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (Org.) **Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. **Polifonia**, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 130–150, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. AAD-69: uma referência incontornável. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p. 340–352, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i44.8657820. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657820>. Acesso em: 1 maio 2024.

SOUZA, F. F. N. **Diz-me como me chamas que te direi quem és: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TAKIMOTO, Erika. **Como dialogar com um negacionista**. São Paulo: Livraria da Física, 2021. p.81-97.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia de novo Coronavírus. **Portal da UNA-SUS**, Ascom SE/UNA-SUS (Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde), [S. l.], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 02 maio 2024.

UOL. Apuração de votos e resultado das Eleições 2018: Presidente, governador, senador e deputados eleitos. **UOL**, UOL-Eleições 2018, [S. l.], out. 2018a. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/1turno/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

UOL. Segundo turno Jair Bolsonaro X Fernando Haddad: Apuração dos votos e resultado das Eleições 2018. **UOL**, UOL-Eleições 2018, [S. l.], out. 2018b. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/2turno/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

VEJA. O artigo em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**, Redação, [S. l.], 15 maio 2017/ atualizado em 30 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 07 out. 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020

APÊNDICE A

Título	Autor (a) (es)(as)	Ano	Resumo
<i>O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil</i>	Frederico Antônio Pereira Campean	2019	<p>“O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso e as formações discursivas produzidas a partir do surgimento, campanha, posse e primeiro semestre do governo de Jair Bolsonaro. Utilizando para tal os aparatos teóricos da Análise de Discurso criada por Michel Pêcheux e desenvolvida por Eni Orlandi. Realizamos recortes de textualizações de diversas fases da História do Brasil, principalmente o golpe de 1964, para compararmos com o discurso produzido sobre e pelo bolsonarismo. Nossa hipótese central é analisar discursivamente o fato de estarmos sob um regime de extrema direita, e os riscos e impactos que podem ser produzidos sobre o Brasil. Também se o governo possui natureza fascista ou tendente ao fascismo e como isso afetaria as minorias. Realizamos, também, um cotejamento entre a história constitucional brasileira e a atual Constituição da República Federativa do Brasil e o discurso de Jair Bolsonaro e seus seguidores.” (Campean, 2019, p. 7, grifo nosso).</p>

<p><i>Discurso, política e poder: o negacionismo na pandemia de Covid-19 no Brasil</i></p>	<p>Daniela Varnier Gilson</p>	<p>2022</p>	<p>“O presente estudo, sob os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha materialista, investiga o funcionamento do discurso negacionista do Governo Federal em relação à pandemia de Covid-19 no Brasil. Como materialidade de análise, elegemos sequências discursivas de falas do presidente, nas quais se refere à pandemia e às medidas de enfrentamento relacionadas à crise sanitária. A partir dessa análise, buscamos entender de que formas se reveste o negacionismo e quais os funcionamentos imbricados nesse tipo de discurso. Durante nosso percurso de pesquisa, realizamos uma busca sobre outros momentos na história em que o negacionismo se fez presente, a fim de investigar aí filiações de sentido relacionadas à memória discursiva e à repetibilidade no que diz respeito a um funcionamento do negacionismo. Analisando as condições de produção que possibilitam a circulação do discurso negacionista em relação à Covid-19, é possível compreender o negacionismo para além de uma negação, como no caso da prevalência de enunciados afirmativos. Também apontamos funcionamentos que não visam apenas a negar a pandemia, mas a revesti-la de um fatalismo, a entendê-la como um problema individual e um funcionamento político que objetiva realizar manutenção da imagem pública do presidente. Essa conjuntura de análise levou-nos a concluir que existe uma correlação entre o discurso negacionista em relação à Covid-19 e as práticas político-econômicas neoliberais.” (Gilson, 2022, p. 6, grifo nosso)</p>
--	-------------------------------	-------------	---

<p><i>A construção do discurso negacionista frente à pandemia da Covid-19 no Brasil: um recorte da fala presidencial de Jair Messias Bolsonaro</i></p>	<p>Vanessa Aline de Souza Almeida Aivi; Rosemere de Almeida Agüero</p>	<p>2021</p>	<p>“O presente trabalho trata do discurso negacionista frente à pandemia da Covid-19, enunciado em rede nacional pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. O objetivo é analisar pelo viés dos estudos discursivos como é construído o discurso negacionista do presidente frente à pandemia da Covid-19, quais as práticas discursivas do sujeito enunciatador, qual a formação discursiva (FD) com a qual se identifica esse sujeito e quais os efeitos de sentido são instaurados em seu discurso. O corpus do estudo é constituído por 5 (cinco) sequências discursivas (SD) extraídas do pronunciamento do presidente à nação brasileira, analisados na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), a partir da voz teórica de Michel Pêcheux. A metodologia inclui o fechamento do espaço discursivo, o levantamento das condições de produção, a individuação da formação discursiva na qual se inscreve o sujeito e a identificação da posição-sujeito e dos efeitos de sentido presentes em seu discurso. As análises mostraram que o discurso do sujeito Jair Messias Bolsonaro inscreve-se na formação discursiva (FD) de chefe de Estado e a sua posição-sujeito é de negação à gravidade da doença e à necessidade de medidas mais restritivas para o controle do vírus. Os efeitos de sentido instaurados nas sequências discursivas (SD) evidenciam a posição-sujeito negacionista do enunciatador e apontam a primazia de questões econômicas sobre as emergências de saúde, menosprezando a periculosidade da doença.” (Aivi; Agüero, 2021, p. 24, grifo nosso).</p>
--	--	-------------	---

<p><i>DESINFORMAÇÃO</i> <i>NEGACIONISMO: estratégia discursiva de Jair Bolsonaro contra a vacina da covid-19</i></p>	<p><i>E</i> Kennedy Anderson Cupertino de Souza; Ruth de Cássia dos Reis</p>	<p>2021</p>	<p>“A desinformação e o negacionismo são os pontos principais deste artigo. O paper argumenta como a utilização de conteúdos fraudulentos e a negação dos acontecimentos históricos podem ser utilizados para legitimar narrativas paralelas aos fatos. Para isso, analisamos a estratégia discursiva do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro contra a vacina da covid-19 no Brasil. Consideramos como fundamento metodológico as premissas da análise de discurso francesa (Foucault, 2008; Pêcheux, 2015; Orlandi, 1999). O corpus deste artigo foi construído a partir de uma coleta no Twitter. Com o auxílio da ferramenta “twitonomy”, coletamos os tweets com as palavras-chave "vacina" e "vacinação" durante o mês de outubro de 2020 — mês de grande discussão sobre a aquisição de vacinas no Brasil. O Presidente Brasileiro Jair Messias Bolsonaro buscou através das publicações nas redes sociais digitais criar uma narrativa paralela aos fatos para desqualificar a vacina e a vacinação contra o coronavírus no Brasil.” (De Souza; Reis, 2021. p. 1, grifo nosso).</p>
--	--	-------------	--

<p><i>Contextos discursivos e pandemia: a construção de objetos de discurso na narrativa bolsonarista</i></p>	<p>Denise Teixeira Marques</p>	<p>2021</p>	<p>“Neste artigo, discutimos a construção de objetos de discurso na narrativa bolsonarista durante o contexto pandêmico de Covid-19, focando na compreensão de quais estratégias são escolhidas na construção do discurso bolsonarista para que ele seja ou não considerado negacionista. Assim, com base nos estudos da linguagem inseridos no campo da Linguística Textual a partir da perspectiva sociocognitiva, este artigo tem como objetivo analisar as estratégias discursivas empregadas por Jair Bolsonaro em dois discursos públicos. Os resultados da análise indicam que a narrativa bolsonarista indicia uma posição negativista por meio de escolhas referenciais sobre a crise global provocada pela pandemia de Covid-19.” (Marques, 2021, p. 1, grifo nosso).</p>
<p><i>Uma análise semiolinguística do discurso antivacina no governo Bolsonaro</i></p>	<p>Thiago Costa da Silva; Patrick Neves de Paula da Silva; Cláudia Cristina Mendes Giesel</p>	<p>2022</p>	<p>“O presente trabalho irá apresentar uma análise do discurso performado pelo Presidente Jair Bolsonaro em relação à pandemia e às medidas sanitárias instauradas, tendo estas o intuito de retardar os efeitos nocivos da covid-19. Além disso, iremos realizar uma apreciação crítica de seus ataques direcionados à busca de vacina e às medidas preventivas recomendadas pela OMS. Este artigo possui como justificativa comprovar que o discurso antivacina, balizado por encenações negacionistas e ideológicas, desencadeou um gerenciamento político ineficaz durante a pandemia, promovendo uma alta taxa de contaminação e óbitos. Para a realização das</p>

			<p>análises dos depoimentos proferidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, utilizaremos a Teoria Semiolinguística, desenvolvida pelo pesquisador francês Patrick Charaudeau (2019, 2011, 2005, 1999), para buscar saber se seu projeto de influência pretendeu causar efeitos de sentido que motivaram e incentivaram a população brasileira a abrandar os cuidados profiláticos em relação à pandemia. A presente pesquisa possui como objetivos averiguar algumas condutas psico-sóciolinguageiras manifestadas pelo presidente do Brasil em relação à vacina contra o Covid-19; examinar a influência negacionista exercida e os efeitos causados por Bolsonaro, no imaginário sociodiscursivo, à população e analisar o posicionamento do Chefe de Estado quanto à periculosidade da ação do vírus para a saúde humana; e às recomendações de medicamentos sem comprovação científica.” (Da Silva; Silva; Giesel, 2022, p. 33, grifos nossos).</p>
<p><i>Covid-19 e o discurso da morte: o incentivo à necropolítica nas falas do presidente Bolsonaro</i></p>	<p>Ângela Paula Nunes Ferreira; Joseeldo da Silva Junior; Regina Baracuhy</p>	<p>2021</p>	<p>“Este artigo visa investigar a constituição de uma prática biopolítica cujos efeitos recaem na massificação da morte de idosos no Brasil vítimas da Covid-19. Parte-se do pressuposto de que os discursos do presidente Jair Bolsonaro fomentaram a disseminação do vírus e potencializou o descuido da população. No primeiro ano de pandemia, Bolsonaro investiu incisivamente para atrapalhar as ações em favor do combate à doença, com movimentos interessados em beneficiar a economia e, conseqüentemente, desproteger a saúde populacional, numa série de atos que Mbembe (2018) chama de necropolítica, em que</p>

			<p>fazer viver e deixar morrer cede espaço para deixar morrer e fazer viver, numa política que favorece o morticínio. Amparado no ‘método arqueogeneológico’ de Michel Foucault, nosso estudo analisa os dizeres do presidente numa série enunciativa constituída desde o início da pandemia, de onde extrai-se o entendimento de que Bolsonaro instituiu uma política baseada no negacionismo e anticientificismo.” (Ferreira A; Da Silva Junior; Baracuchy, 2021, p. 1, grifos nossos).</p>
<p><i>A biopolítica do risco e o discurso negacionista sobre vacinação contra Covid-19</i></p>	<p>Carlos Renato Lopes</p>	<p>2022</p>	<p>“O ensaio propõe uma articulação entre os conceitos de biopolítica e risco buscando entender o funcionamento do discurso negacionista em torno da pandemia da Covid-19 no contexto brasileiro, particularmente no que se refere à decisão de se vacinar. Entendendo biopolítica, a partir de Michel Foucault, como um conjunto de práticas heterogêneas, tecidas em rede e operando simultaneamente nas dimensões do saber, poder e subjetividade, mostro como o discurso do negacionismo científico em relação às vacinas confere materialidade a tal conjunto de práticas, ressignificando no nível das decisões individuais o que se propõe como política de saúde pública na governança das populações. Por meio da análise discursiva preliminar de um áudio circulando no início de 2021 em grupos de um aplicativo de mensagens, aponto para a construção local dos saberes sobre a vacinação, alicerçada aqui, em grande parte, na indistinção entre opinião e</p>

			(des)informação e em argumentos de suposta autoridade científica.” (Lopes, 2022, p. 103, grifo nosso)
<i>Jair Bolsonaro e a pandemia de Covid-19 nas capas da Carta Capital e da Veja: análise de transitividade de manchetes e lides</i>	Fábio Alexandre Silva Bezerra; Anderson Alves de Souza	2021	“Considerando o papel da mídia em criar representações de agentes sociopolíticos e de questões sociais complexas, é premente o desenvolvimento de práticas de leitura crítica (KELLNER; SHARE, 2008) para uma participação cidadã ativa e consciente. Nesse contexto, este artigo investiga como as revistas Carta Capital e Veja representaram Jair Bolsonaro, mais especificamente no tocante à maneira como (não) tem atuado no enfrentamento à pandemia de COVID-19. Para tanto, são feitas análises de transitividade (Halliday; Matthiessen, 2014) de manchetes e lides das capas publicadas no período entre 05/03/2020 e 05/03/2021. Resultados gerais revelam postura de forte oposição da Carta Capital ao destacar a maneira irresponsável com que Bolsonaro (não) tem agido para combater a pandemia em nosso país. Apesar de também tecer críticas, a Veja, por sua vez, procede de maneira mais branda, utilizando-se de estratégias de nominalização e de relações oblíquas entre Bolsonaro e a pandemia.” (Silva Bezerra; Alves de Souza, 2021, p. 1, grifo nosso).
<i>Discursos negacionistas disseminados em rede</i>	Helcira Lima	2020	“O negacionismo tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas,

sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam garantir credibilidade ao discurso. Teses revisionistas sobre eventos históricos e descobertas científicas, ganham cada vez mais adeptos em todo o mundo, assim como os discursos negacionistas. O propósito deste artigo é, nesse contexto, **apresentar, no âmbito dos estudos da argumentação no discurso, uma reflexão a respeito do negacionismo e, mais especificamente nesse momento, do negacionismo científico.** Pretendemos articular **ressentimento, emoções como medo, indignação e ódio a determinados valores de cunho conservador que parecem ser dominantes nos discursos em pauta.** Essa articulação contará ainda com a construção discursiva da vitimização e tomará como objeto uma página do Facebook responsável pela disseminação de discursos contrários às vacinas. Pretende-se, desse modo, colaborar com uma melhor compreensão da estrutura e do funcionamento do discurso negacionista, uma vez que se trata de um discurso de larga difusão na contemporaneidade.” (Lima, 2020, p. 389, grifos nossos).

<p><i>O “gabinete das sombras” e o discurso negacionista no Brasil</i></p>	<p>Hélio Oliveira</p>	<p>2021</p>	<p>“Este trabalho explora algumas características do discurso negacionista, como sua necessidade de legitimação e seu enunciador prototípico, a partir da análise de declarações feitas por integrantes do chamado “gabinete das sombras” ou “gabinete paralelo” – uma rede de apoio ao presidente da república e a outros agentes do governo federal, que tem tentado ocupar espaços institucionais durante a pandemia de covid-19. O objetivo principal é entender a natureza do discurso negacionista, sobretudo seu caráter anticientífico, levando em conta a proposta de Maingueneau (2010), no âmbito da Análise do Discurso, sobre a problemática dos discursos tópicos e atópicos: enquanto os primeiros são plenamente aceitos pela sociedade, os segundos são relegados à clandestinidade. Dentre os resultados da análise, identifica-se que o discurso reproduzido pelos membros desse gabinete é marcado por um aparente paradoxo (seus integrantes se apresentam como especialistas e cientistas, mas rejeitam teses e metodologias científicas), além de estratégias argumentativas que obscurecem os sentidos, traços que caracterizam esse discurso como atópico. Em termos de legitimação, embora o negacionismo desfrute de muito espaço e algum poder no contexto brasileiro atual, com graves consequências para o enfrentamento da pandemia no país, há indícios de que ele permanece atópico.” (Oliveira, 2021, p. 1, grifos nossos).</p>
--	---------------------------	-------------	---

<p><i>O discurso bolsonarista sobre o viés ideológico na pandemia da COVID-19</i></p>	<p>Eric Duarte Ferreira; Ana Cristina Agnolotto; Mariana Kássia Tischer Seraglio</p>	<p>2021</p>	<p>“Neste artigo, apresentamos uma análise do discurso político do governo Bolsonaro em relação à atuação da OMS no combate ao coronavírus. Para isso, seguimos pela esteira de conceitos-chave da Análise de Discurso de orientação franco-brasileira: ideologia, memória, formação discursiva e governamentalidade. O objetivo é examinar como se produzem os efeitos de sentido relacionados à composição da marca discursiva do ‘viés ideológico’ em pronunciamentos do presidente e do ministro das relações exteriores durante a pandemia de COVID-19. Buscamos compreender como a discursividade antiglobalista se materializa nesses discursos, imprimindo ao “viés ideológico” sentidos que seriam filiados à esquerda do espectro político brasileiro, contra os quais os sujeitos governantes se opõem.” (Ferreira; Agnoletto; Seraglio, 2021, p. 301, grifos nossos).</p>
<p><i>E daí? O sujeito fora e dentro da cena de sua fala</i></p>	<p>Pedro de Souza</p>	<p>2022</p>	<p>“Este artigo tem como objeto de análise uma precisa declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre o avanço da pandemia da COVID-19, em todo o território brasileiro, proferida nos dois primeiros meses daquele período. Metodologicamente, procedemos à análise deste evento pontual de fala no intuito de descrever o ato de enunciação realizado em primeira pessoa. Vamos considerar como fonte da declaração em foco no artigo tanto o que foi veiculado em telejornais, como o que foi noticiado em sites de jornais diários. Os conceitos operatórios que regem o procedimento analítico são os da parresía, dramática do discurso e</p>

			<p>ato de fala performativo. O fio condutor teórico é o de Michel Foucault. O objetivo é produzir um ensaio teórico e analítico a respeito do ato de enunciar como função de certo processo de subjetivação, atravessado pela ordem política, que sustenta práticas de governabilidade vigentes no país. O resultado esperado é um estudo que possa contribuir com novos procedimentos analíticos alinhados à perspectiva foucaultiana de discurso.” (Souza, 2022, p. 530, grifo nosso).</p>
<p><i>O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil</i></p>	<p>Freda Indursky</p>	<p>2020</p>	<p>O artigo analisa a fala pública de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Nesse sentido, a autora vai fazer uma “distinção entre seguidores e apoiadores com base no jogo cruzado das formações imaginárias, através dos modos de dizer do governante em relação a esses dois grupos e também em relação a si mesmo.’ Os dois grupos vão dando legitimidade às suas práticas e sustentando as reformas de um sistema neoliberal. Ações como: desconstrução do patrimônio cultural e ambiental, desmonte da saúde e da educação. As práticas dos saberes fascistas ficam na cortina de fumaça da aparente liberdade da democracia. Segundo Indursky, “A escuta discursiva mostrou que esse discurso se materializa em uma língua política fascista, inscrita em um regime de repetibilidade, que faz ressoar saberes do fascismo”. (Indursky, Freda, 2020, p. 365).</p>

<p><i>É propaganda mesmo, presidente</i></p>	<p>Andréia da Silva Daltoé</p>	<p>2019</p>	<p>“Com Pêcheux, aprendemos que a história não é cronológica; é uma disciplina de interpretação (2006, p. 42). Para Robin (2016, p. 31), o passado nunca está livre; é gerido, contado, comemorado, odiado; nós o inventamos e o reconfiguramos para fins políticos, religiosos e nacionais. Said (2011, p. 34) nos fala da sempre incerteza: se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, sob outras formas. Com Marx (2011, p. 25), emendando a frase de Hegel, a história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa. E com Pêcheux e Gadet (2011, p. 100), sabemos que o próprio sistema linguístico permite “deslocamentos históricos dentro do campo das formulações possíveis” e, por sua vez, a memória (PÊCHEUX, 2010, p. 56) “não é um frasco sem exterior”; é sempre um espaço móvel de divisões, deslocamentos, conflitos e regularização.” (Daltoé, 2019, p. 1).</p> <p>“Procurando organizar o <i>non sense</i> destes tempos, trago então alguma leitura que tenta acompanhar este fio da história que vem e volta, perguntando-me como os sentidos da Ditadura enredam passado, presente e futuro, e, principalmente, a que tudo isso serve no atual momento da política brasileira?” (<i>Ibid.</i>, p. 1, grifo nosso).</p> <p>“Nosso objetivo nesta comunicação é, portanto, discutir os efeitos deste discurso que alimenta os sentidos da Ditadura enquanto propaganda de governo, um negócio estratégico, que se faz com</p>
--	--------------------------------	-------------	---

			imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos (Pêcheux, 2011c, p. 74).” (<i>Ibid.</i> , p. 2)
--	--	--	---